

O Partido Socialista e a União Europeia: Análise da Evolução das Posições Programáticas de 1973 a 2021

João Carlos Ribeiro Nunes

**Dissertação em Ciência Política e Relações Internacionais
(Especialização em Estudos Europeus)**

Dezembro, 2021

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais,
especialidade em Estudos Europeus, realizada sob a orientação científica do
Professor Doutor Marco Lisi.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Marco Lisi por todo o seu apoio ao longo desta jornada. Sem a sua orientação incansável, esta dissertação nunca teria sido terminada. Uma palavra de apreço também à Professora Ana Santos Pinto que teve um papel importante na escolha do tema desta dissertação.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer à minha família pela paciência, apoio e motivação. Deixar-vos orgulhosos será sempre um dos meus objetivos.

Em terceiro lugar, gostaria de agradecer ao Bruno e à Eduarda por toda a motivação e apoio. Convosco esta jornada foi ainda mais especial. Por fim, o meu maior agradecimento vai para o Vasco por nunca me ter deixado baixar os braços, por nunca ter duvidado de mim e por ser o meu farol e a minha fonte de inspiração nos últimos anos.

O Partido Socialista e a União Europeia: Análise da Evolução das Posições Programáticas de 1973 a 2021

João Carlos Ribeiro Nunes

Resumo

PALAVRAS-CHAVE: Partido Socialista; Portugal; Social-Democracia; União Europeia; Europeização; Análise Programática; Programas de Governo; Programas Eleitorais; Manifestos Eleitorais

O Partido Socialista foi fundado em 1973 e, após a revolução do 25 de abril de 1974, afirmou-se como um dos dois principais partidos do sistema político português e como a maior força política à esquerda no espectro político português. Destacou-se como o motor da integração de Portugal nas Comunidades Europeias e é considerado, ainda hoje, o partido português de referência em matérias europeias. Após contextualizar teoricamente e historicamente a Social-Democracia e conceitos como Europeização e Euroceticismo, esta investigação procura mapear e analisar a evolução das posições programáticas do Partido Socialista, em relação às temáticas europeias. Tudo isto, partindo da análise de artigos científicos, programas eleitorais, programas de governos e manifestos às eleições europeias. Por fim, esta investigação compara os posicionamentos do Partido Socialista, em certos momentos históricos, com as posições assumidas pelo Partido Social-Democrata Alemão, o Partido Social-Democrata Sueco e o Partido Socialista Operário Espanhol.

Esta investigação permitiu perceber que o Partido Socialista seguiu quase os mesmos passos da evolução ideológica que até então os restantes partidos socialistas e sociais-democratas europeus tinham seguido, embora com algumas variações em termos temporais. Foi possível concluir que as posições adotadas pelo Partido Socialista em relação às matérias europeias sofreram algumas oscilações, atingindo o seu pico positivo nas eleições legislativas de 1991 e apresentando posições mais críticas, em especial, quando o partido se encontrava na oposição. Importa realçar que os líderes do Partido Socialista que formaram governo participaram também ativamente em momentos-chaves da história da integração portuguesa e da própria construção da União Europeia. Por fim, esta investigação indica que uma das principais clivagens internas da social-democracia europeia não se prende na integração europeia em si, mas sim que dimensões (políticas, militares, económicas e sociais) da integração devem estar incluídas ou ser aprofundadas.

O Partido Socialista e a União Europeia: Análise da Evolução das Posições Programáticas de 1973 a 2021

João Carlos Ribeiro Nunes

Abstract

KEYWORDS: Socialist Party; Portugal; Social-Democracy; European Union; Europeanization; Government Programs; Electoral Programs; Euromanifestos

The Portuguese Socialist Party was founded in 1973 and after the revolution of April 25th 1974, the party established itself as one of the two main political parties in the Portuguese political system and as the largest political force on the left of the political spectrum. The Socialist Party stood out also as the driving force behind Portugal's integration into the European Communities. After theoretically and historically contextualising Social-Democracy and concepts such as Europeanisation and Euroscepticism, this research seeks to map and analyse the evolution of the programmatic positions of the Portuguese Socialist Party in European issues. To do so, an analysis of scientific articles, electoral programmes, government programmes and manifestos issued to the elections to the European Parliament was undertaken. Finally, this research compares the positions of the Socialist Party at certain historical moments with the positions of the German Social Democratic Party, the Swedish Social Democratic Party and the Spanish Socialist Party.

This research concludes that the Socialist Party followed almost the same steps in its ideological evolution that other European socialist and social-democratic parties had followed before, although with some variations in time. It was possible to conclude that the positions adopted by the Portuguese Socialist Party about European topics suffered some oscillations, reaching its positive peak in the electoral program for the 1991 legislative elections, and had more critical positions when the party was in opposition. It should be noted that the Portuguese socialist leaders who formed government had active participation in key moments of the history of Portuguese integration and of the construction of the European Union itself. Finally, this research indicates that one of the main internal cleavages of European social democracy is not about the European integration per se, but about which dimensions (political, economic, military and social) of integration should be included or deepened in the project.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Lista de Abreviaturas	vi
Introdução	1
Capítulo 1: Contextualização Teórica	4
1. 1. Partidos Políticos e Partidos <i>Catch-all</i>	4
1. 2. Evolução da Social-Democracia	6
1. 3. Terceira Via	10
1. 4. Europeização dos Partidos Políticos	13
1. 5. Notas Conclusivas	19
Capítulo 2: Contextualização Histórica	20
2. 1. Partido Socialista: Origem e Período da Transição Democrática..	21
2. 2. O Partido Socialista e a Consolidação Democrática.	25
2. 3. O Partido Socialista e a Entrada na CEE.....	29
2. 4. Do Tratado de Maastricht até à atualidade.....	34
2. 4. 1. Do Tratado de Maastricht até ao Tratado de Lisboa	34
2. 4. 2. Do Tratado de Lisboa à atualidade	41
2. 5. Notas Conclusivas.	48
Capítulo 3: Análise Programática.....	49
3. 1. Da criação do Partido Socialista ao Período de Transição Democrática	49
3. 2. O Partido Socialista e a Consolidação Democrática.	52
3. 3. O Partido Socialista e a Entrada na CEE	56

3. 4.	Do Tratado de Maastricht até à atualidade.....	61
3. 4. 1.	Do Tratado de Maastricht até 2000	61
3. 4. 2.	De 2000 ao Tratado de Lisboa	65
3. 4. 3.	Do Tratado de Lisboa às eleições de 2015	66
3. 4. 2.	Da Geringonça à atualidade	70
3. 5.	Notas Conclusivas	73
Capítulo 4:	Análise Comparativa	74
4. 1.	Partido Social-Democrata Alemão (SPD).....	74
4. 2.	Partido Social-Democrata Sueco (SAP).....	77
4. 3.	Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE)	80
4. 4.	A Ratificação do Tratado de Maastricht	84
4. 5.	A Introdução da Moeda Única.....	85
4. 6.	Tratado Constitucional de 2004.....	87
4. 7.	Crise Financeira de 2008 e da Zona Euro	88
4. 8.	Notas Conclusivas	90
Conclusão.....		93
Referências Bibliográficas.....		98

Lista de abreviaturas

AD – Aliança Democrática
ASP – Ação Socialista Portuguesa
BCE – Banco Central Europeu
BE – Bloco de Esquerda
BPN – Banco Português de Negócios
BPP – Banco Privado Português
CDS – Centro Democrático Social
CDS-PP – Partido do Centro Democrático Social-Partido Popular
CDU - União Democrata-Cristã Alemã
CE – Comunidade Europeia
CEE – Comunidade Económica Europeia
COPCON – Comando Operacional do Continente
EUA – Estados Unidos da América
FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
FEIE – Fundo Europeu de Investimento Estratégico
FMI – Fundo Monetário Internacional
FRS – Frente Republicana Socialista
IESD – Identidade Europeia de Segurança e Defesa
IS – Internacional Socialista
MFA – Movimento das Forças Armadas
LO - Confederação Nacional de Sindicatos
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN/NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC – Política Agrícola Comum
PAN – Partido Pessoas-Animais-Natureza
PCE – Partido Comunista Espanhol
PCP – Partido Comunista Português
PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa
PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento

PES – Partido Socialista Europeu
PESC – Política Externa e de Segurança Comum
PEV – Partido Ecologista “Os Verdes”
PIB – Produto Interno Bruto
PP – Partido Popular
PPD – Partido Popular Democrata
PPM – Partido Popular Monárquico
PREC – Processo Revolucionário Em Curso
PRD – Partidos Renovador Democrático
PS – Partido Socialista
PSD – Partido Social Democrata
PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol
QCA – Quadro Comunitário de Apoio
RDA – República Democrática Alemã
RFA – República Federal Alemã
RTP – Rádio e Televisão de Portugal
SAP – Partido Social-Democrata Sueco
SME – Sistema Monetário Europeu
SPD – Partido Social-Democrata Alemão
UCD – União de Centro Democrático
UDP – União Democrática Popular
UE – União Europeia
UEM – União Económica e Monetária
ZEE – Zona Económica Exclusiva

Introdução

“Mário Soares compreendeu que só numa democracia consolidada poderíamos atingir os níveis de progresso económico e social dos países mais desenvolvidos da Europa e que sem esse progresso a democracia reconquistada permaneceria frágil, instável, ameaçada. O extraordinário desenvolvimento económico e social de Portugal nestes 30 anos de integração europeia, a plena consolidação democrática e 80% dos portugueses a afirmarem hoje sentir-se também cidadãos da União Europeia, provam o acerto da sua visão estratégica” (Discurso de António Costa, por ocasião da abertura do ano académico 2017-2018 do Colégio da Europa Bruges, 15 de setembro de 2017). Como é visível neste excerto do discurso feito pelo então Primeiro-Ministro António Costa, no Colégio da Europa em 2017, o Partido Socialista (PS) afirma-se como um partido europeísta e o principal partido impulsionador da adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

O Movimento das Forças Armadas realizou em 25 de abril de 1974 a Revolução dos Cravos, colocando fim ao Estado Novo e iniciando o período de transição democrática. O Partido Socialista, fundado em 1973 e membro da Internacional Socialista, tornou-se então num dos partidos políticos mais preponderantes em Portugal. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, era uma figura reconhecida a nível europeu e defendia que Portugal deveria encarar o projeto europeu como um garante de uma transição para uma democracia pluralista, bem como um meio de conseguir o financiamento necessário para dar resposta à grave crise económica e financeira em que o país se encontrava (Sablosky, 1996). Desde logo, a matriz europeísta mostrou muito presente nos princípios ideológicos do partido, sofrendo alguns ajustes que acompanharam o próprio processo de integração europeia. As posições do PS tornaram-se, em vários momentos, na posição de Portugal face à integração, porque o partido estava dentro do arco governativo.

O conceito e a forma de interpretar a integração europeia foi variando ao longo dos anos. Inicialmente, existia apenas cooperação europeia com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, moldando-se a partir da década de 60 para um projeto de integração europeia. Os anos 70 alteram novamente a definição e a forma de ver a integração europeia. Passou de ser apenas um projeto económico de aprofundamento de relações comerciais entre países e transformou-se num projeto económico, político e social de

expansão aos restantes países europeus, concretizado nos consequentes alargamentos e nas sucessivas revisões aos Tratados.

Tendo como pergunta de partida, “Qual foi a evolução do posicionamento do Partido Socialista em termos de integração europeia, nas suas várias dimensões, desde 1973 até à atualidade?”, esta investigação procurará fazer um mapeamento da evolução das posições do Partido Socialista em relação à integração europeia, desde a fundação do partido em 1973 até às eleições legislativas de 2019. Isto é, procurará perceber qual foi a evolução dos posicionamentos do partido em relação às várias dimensões (política, económica, militar e social) da integração europeia. Além disso, procurará identificar quais os fatores que determinaram as alterações ou a estabilidade desses posicionamentos. Esta investigação pretende, fundamentalmente, compreender as alterações políticas e ideológicas no Partido Socialista em resposta ao processo de integração europeia, tendo em conta os ajustes entretanto ocorridos no que respeita à sua visão sobre a Europa e sobre a integração. Posteriormente, iremos procurar perceber se a evolução das posições europeias de outros partidos socialistas e sociais-democratas europeus são semelhantes ou coincidentes com a evolução das posições do Partido Socialista.

Em termos de metodologia, esta investigação segue uma abordagem exploratório-descritiva, bem como uma análise qualitativa de documentos. Investigação qualitativa é focada na compreensão dos fenómenos. A análise documental tem em consideração que os documentos podem desempenhar o papel de atores sociais, sendo produtos da sua própria realidade e, ao mesmo tempo, produzir a sua própria realidade (Silverman, 2014). Os documentos providenciam então o mecanismo e o veículo para a compreensão de práticas sociais e organizacionais (Coffey, 2014). Neste caso, é importante a forma como os documentos constroem a realidade, invés de tentar perceber se o conteúdo é verdadeiro ou falso (Silverman, 2014). Ou seja, a análise de conteúdo permite comparar, contrastar e categorizar informação (Hignett & McDermott, 2013). A interpretação qualitativa dos documentos pode variar em profundidade da análise e em nível de abstração (Graneheim et al., 2017). É usada como forma de compreender os conceitos e fenómenos e perceber como é que estes documentos são usados para descrever o tópico em investigação (Hignett & McDermott, 2013). Nesta investigação, será dado especial enfoque às fontes primárias e secundárias de informação (Scott, 1990), através da análise de artigos científicos, programas eleitorais, textos biográficos, programas de governo, discursos dos principais líderes socialistas e manifestos eleitorais às eleições europeias.

Esta investigação encontra-se dividida em quatro grandes capítulos. No primeiro capítulo, iremos procurar apresentar uma revisão de literatura referente aos principais conceitos abordados na presente dissertação, começando com o conceito de partido político, de partidos catch-all, de Social-Democracia e a sua evolução até à atualidade, e terminando nas diferentes abordagens aos conceitos de Europeização e Euroceticismo, de forma a perceber o impacto destes conceitos no sistema político-partidário português. No segundo capítulo, iremos abordar a evolução histórica do PS desde a sua criação até à atualidade, dividindo esta exposição em vários períodos históricos. No terceiro capítulo, é apresentada a evolução do posicionamento do PS em relação aos temas europeus, através da análise temporal das posições socialistas presentes nas Declarações de Princípios, nos Programas Eleitorais, nos Programas de Governo e nos Manifestos às Eleições Europeias. Após a análise dos programas eleitorais, dos programas de governo e dos manifestos às eleições europeias, no quarto e último capítulo, iremos analisar e comparar os posicionamentos de três partidos socialistas e sociais-democratas europeus, o Partido Social-Democrata Alemão (SPD), o Partido Social-Democrata Sueco (SAP) e o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), em momentos-chave da história da construção europeia: a ratificação do Tratado de Maastricht, a introdução da moeda única, a ratificação do Tratado Constitucional de 2004 e a crise da zona euro.

Capítulo 1: Contextualização Teórica

O Partido Socialista (PS), criado em 1973, insere-se numa determinada tipologia de partido político, que procurou maximizar o seu eleitorado, através da aproximação ao centro e de aplicação de políticas eleitoralistas, ou seja, que sejam populares junto do eleitorado. Apesar da sua designação, o PS encontra-se no domínio da social-democracia, assume-se como europeísta e como um dos motores da integração de Portugal na União Europeia. Ao longo deste capítulo, iremos procurar apresentar uma revisão de literatura referente aos principais conceitos abordados na presente dissertação. Iniciando com a definição de partido político, segue-se uma análise das principais características dos partidos *catch-all*, tipologia partidária em que o PS insere no sistema político-partidário português. Além da tipologia, é importante analisar a ideologia seguida pelo PS, a Social-Democracia, desde o seu surgimento, no século XIX, e a sua evolução até aos dias de hoje, aprofundando a Terceira Via, de forma a conferir se as diferentes etapas identificadas da evolução da Social-Democracia podem ser encontradas no Partido Socialista. Por fim, iremos analisar as diferentes abordagens aos conceitos de Europeização, Euroceticismo, de forma a perceber o impacto de ambos os conceitos no PS e no sistema político-partidário português.

1.1. Partidos Políticos e Partidos *Catch-all*

O reconhecimento dos partidos políticos deu-se através de um processo lento. Os partidos políticos modernos têm uma função institucional e representativa da população. Sartori (1976) caracterizava um partido moderno como um grupo político identificado por princípios comuns que se apresenta a eleições com o objetivo de colocar candidatos em cargos políticos. Desta forma, cria-se o paralelo caracterizante do partido moderno, que são por um lado responsáveis pelo processo de tomada de decisão e pela elaboração de políticas, mas, por outro lado, são responsivos perante os cidadãos que os elegeram, de forma a irem de encontro à defesa dos seus interesses. Ao longo dos anos, os politólogos procuraram desenvolver tipologias e modelos de partidos políticos com diferentes categorias e critérios de análise, numa tentativa de capturar as principais características dos partidos que eram alvo da sua análise. Os modelos teóricos apresentados são, na sua totalidade, apenas representativos dos partidos da Europa Ocidental e produtos de um contexto temporal e geográfico específico (Gunther e Diamond, 2003). Os modelos de tipologia podem ser baseados em critérios funcionalistas (Neumann, 1956; Kitschelt,

1989; Wolinetz, 2002; Gunter e Diamond, 2003), critérios organizacionais e critérios programáticos. Uma nova tipologia de partido político surge num contexto social e tecnológico específico que pode evoluir ao longo do tempo. No entanto, esta evolução nem sempre ocorre porque o nível de institucionalização, as mudanças sociais e as motivações programáticas e estratégicas dos líderes partidários desempenham um papel importante nessa transformação (Gunter e Diamond, 2003).

No pós-II Guerra Mundial, os partidos de massas acabaram por se tornar vítimas do próprio sistema. O Estado começou a desempenhar as funções por eles reivindicadas, retirando-lhe um pouco a sua força motriz. No entanto, num contexto de modernização socioeconómica, de diversificação social, de mudanças no sistema de comunicação, de expansão das políticas sociais e de mudanças das democracias parlamentares, os partidos passaram a aceitar o *status quo* social e económico.

Os partidos *catch-all*, conceito cunhado por Kirchheimer (1966), são um produto da sociedade pós-industrial, não emergiram do Estado nem da sociedade civil, mas sim através dos dois. Pretendem influenciar o Estado e sistema, mas não do mesmo modo que um partido de massas: os partidos *catch-all* procuram alterar e moldar o *status quo*, controlando temporariamente as políticas públicas para atingir objetivos a curto prazo (Katz e Mair, 1995).

Devido a este contexto histórico, este tipo de partido eleitoralista, ou seja, de ideologia pouco definida e orientação predominantemente eleitoral (Gunter e Diamond, 2003), sofreu um esvaziamento ideológico, em prol de um carácter mais programático, como forma de conseguir uma maior moderação ideológica, um maior alcance eleitoral e uma consequente redução do espaço de competição. Esta moderação e centrismo ideológico refletiu-se numa orientação de maximização de votos, na criação de um eleitorado mais volátil e versátil e na consequente marginalização da classe trabalhadora, característica dos partidos de massas. A orientação política de influenciar o Estado e o sistema, moldando o *status quo* através do controlo das políticas públicas, tornou estes partidos alvo de influências e financiamentos de uma pluralidade de grupos de interesse, o que contribuiu para uma irrelevância dos filiados, nomeadamente no que toca às campanhas e recursos financeiros. Os partidos *catch-all* beneficiaram imensamente com a transformação e modernização dos meios de comunicação, o que levou a um reforço das lideranças, através da retórica e da própria personalidade e carisma do líder (Katz e Mair, 1995).

1.2. Evolução da Social-Democracia

Muitos autores tentaram explicar a emergência e ascensão da família política “socialista” ou “social-democrata”. Começando por Polanyi, este autor identificava a social-democracia como um dos contramovimentos intervenientes durante o século XIX, século do desenvolvimento do capitalismo industrial. Polanyi considerava que o projeto social-democrata tinha uma implementação utópica, sendo visto em parte, assim como o movimento trabalhista, como agentes de proteção do trabalho humano. Como tal, era de si esperado a defesa da legislação social e de medidas que procurassem promover a socialização do mercado laboral. Teóricos como Wallerstein, consideravam a social-democracia como um movimento antisistémico, criado em oposição ao desenvolvimento histórico do capitalismo. Lipset e Rokkan (1967) usavam a teoria da clivagem social que situava a social-democracia no segundo lado da dicotomia “patronato/trabalhadores” e consideravam que essa clivagem era a sua principal contribuição para a homogeneização dos sistemas partidários da Europa Ocidental.

Os partidos sociais-democratas procuraram mobilizar apoios e votos a partir da base social da classe trabalhadora, que advinha das consequências inerentes da industrialização e da urbanização. Além disso, outros fatores têm de ser tidos em conta para compreender as diferenças entre as organizações de classes a nível nacional e a forma como elas se relacionam a um nível institucional e organizacional com o movimento social-democrata ou socialista (Bartolini, 2000). Uma das características mais marcantes da social-democracia é a sua heterogeneidade, que tem sido particularmente forte ao longo da sua história. Uma das tipologias mais conhecidas divide a família social-democrata em três ramos: trabalhista, social-democrata e socialista. Este primeiro ramo caracteriza as organizações de influência britânica. O segundo ramo pode ser encontrado na Europa Central e na Península Escandinava, sendo o SPD o partido modelo deste ramo porque, além da ligação próxima aos sindicatos, mantinham uma vasta rede de contactos com outras organizações dentro da sociedade, conseguindo assemelhar-se a uma verdadeira sociedade sombra dos trabalhadores. O seu principal pensador e defensor foi o alemão Eduard Bernstein. Por fim, o terceiro ramo é o socialista, encontrado nos países do Sul da Europa, também chamado de socialismo democrático, caracterizado por um grande nível de pluralismo ideológico e uma tendência endémica para divisões e conflitos doutrinários (Ferreira, 2013). No entanto, estas características podem ser explicadas pela falta de ligação aos sindicatos e uma elitização das camadas superiores dos partidos,

impedindo assim a hegemonia deste ramo da esquerda no espectro político-partidário (Escalona, Vieira e De Waele, 2013).

Devido a estas diferentes tipologias e à heterogeneidade característica da social-democracia, teóricos como Berger demonstraram alguma dificuldade em encontrar traços comuns na social-democracia europeia, além do consensual compromisso com a democracia e a solidariedade social. Ao longo da sua história, como será possível perceber abaixo, a família social-democrata manteve uma frágil homogeneidade ideológica e solidariedade intrapartidária, no entanto, esse tipo de coerência foi um pouco perdida pelos herdeiros contemporâneos da social-democracia (Escalona, Vieira e De Waele, 2013).

A social-democracia surgiu da doutrina da Segunda Internacional, fundada em 1889, que defendia a conquista de direitos políticos dentro de cada sistema político para os colocar ao serviço dos trabalhadores e retirar o poder e a influência à classe burguesa. Ainda tendo bem presente o fracasso da Primeira Internacional, os anarquistas foram excluídos e as associações de trabalhadores apoiaram a legitimidade da ação parlamentar e o respeito e a preservação da autonomia partidária. A evolução ao longo do século XX da social-democracia pode ser sumariada em três vagas ou momentos históricos, em que esta doutrina conseguiu os seus melhores resultados eleitorais, em grande parte dos países da Europa Ocidental. A primeira vaga corresponde ao período pós-I Guerra Mundial e durou até ao final dos anos 20. A segunda vaga, considerada o momento áureo da Social-Democracia, durou entre o final da II Guerra Mundial e o choque petrolífero e consequente crise dos anos 70. Por fim, a terceira vaga iniciou-se no início dos anos 90, com a “Terceira Via”, no entanto, durante os anos 2000, perdeu força e acabou por colapsar com a crise de 2008 (Benedetto, Hix e Mastrococco, 2020).

O eclodir da Primeira Guerra Mundial, em 1914, mostrou que a solidariedade internacional dos trabalhadores não passava de ficção. Os partidos de esquerda não estavam preparados estrategicamente e ideologicamente para responder a uma situação de guerra inevitável. Aliás, uma das consequências da I Guerra Mundial foi a sólida divisão entre os comunistas e os sociais-democratas, que rejeitavam as regras adotadas pelos movimentos comunistas na Revolução de Outubro de 1917. Esta rutura permitiu a abertura da participação governamental aos partidos sociais-democratas, que se mostrou muito benéfica na década posterior à I Guerra Mundial, tendo em conta os resultados eleitorais e a sua capacidade de fazer aprovar medidas sociais.

Além disto, a abertura da social-democracia ao liberalismo político permitiu iniciar a sua acomodação ao sistema capitalista, que mais tarde seria importante para o corte total com o Comunismo. No entanto, nos anos 30, a social-democracia viu-se incapaz de prevenir e conter as consequências de Grande Depressão e da ascensão do fascismo. Só no final da II Guerra Mundial é que a social-democracia conseguiu alcançar uma hegemonia sem precedentes a nível europeu.

O apogeu da social-democracia alcançado no pós-II Guerra Mundial até final dos anos 70 corresponde com o período Keynesiano da social-democracia. A teoria keynesiana, elaborada por John Keynes, influenciou a social-democracia do pós-II Guerra Mundial com a criação do Estado Providência, no campo económico e social. O Estado Providência é uma perspetiva político-económica, na qual o Estado tem um papel central como regulador da vida social e económica do país, de forma a amenizar ou evitar que as consequências dos movimentos cíclicos do mercado tivessem um grande impacto na qualidade de vida dos cidadãos. Esta abordagem, conjugada com uma política de grandes obras públicas e de apoio social aos mais desfavorecidos, levou a social-democracia a alcançar por quase toda a Europa os melhores resultados eleitorais da sua história. A sua ascensão à alternância governativa conduziu a importantes conquistas em termos de direitos sociais, redução de desigualdades e melhoria da qualidade de vida.

Apesar da sua presença no poder executivo ter sido temporalmente e geograficamente desigual pelo continente europeu, a social-democracia detinha uma hegemonia ideológica incontestável. No entanto, a sua relação com o capitalismo mantinha-se ambígua. Era claro que o consenso político social-democrata criou fortes limites às atividades capitalistas e que a intervenção estatal na economia era maioritariamente bem acolhidas pelas classes trabalhadoras. Não obstante, era notória a ausência de uma transformação radical dos meios de produção e consumo, no sentido de uma democracia económica plena e de uma desconstrução das relações sociais capitalistas.

A fase hegemónica da social-democracia chegou ao fim durante os anos 70 devido à crise do modelo fordista e ao fim do sistema de Bretton Woods, que colocou um ponto final à compatibilidade de interesses entre os detentores de capital e as classes trabalhadoras, gerando um aumento dos conflitos laborais, uma queda da produtividade e uma crescente transnacionalização dos meios de produção (Dockès, 2003). O Estado-Providência, que permitiu um crescimento sustentável durante as décadas anteriores, tornou-se um problema em termos de endividamento, pesando cada vez mais nos

orçamentos estatais. Além disso, a emergência de uma nova geração de trabalhadores assalariados com preocupações e recursos diferentes concretizou-se num conflito geracional, que tornou a clivagem social ainda mais forte (Hine, 1986). Por fim, o aumento da influência dos meios de comunicação audiovisuais apresentou-se como um desafio a superar para os modelos de comunicação e expressão dos partidos tradicionais. Tal como se tinha assistido nos anos 30, a social-democracia não conseguiu apresentar soluções para enfrentar as consequências das mudanças qualitativas na estrutura social, ditando o fim do seu apogeu e uma diminuição substancial do seu eleitorado. A social-democracia teve de enfrentar então uma mudança do seu eleitorado para uma direção mais liberal e libertária. É nesse período que partidos de esquerda libertária ocupam o espaço no espectro político aberto pela diminuição da influência dos partidos sociais-democratas.

Importante realçar que este declínio da social-democracia ocorreu também de forma desigual em termos geográficos e temporais, ocupando não só anos 70, mas também a primeira metade dos anos 80. Por exemplo, o apogeu da social-democracia na Europa do Sul ocorreu apenas no final dos 70 e início dos anos 80, o que ajudou a desenhar a identidade da nova social-democracia, que ainda estava por teorizar e identificar no decorrer da década seguinte (Berman, 2006). Os partidos sociais-democratas do Sul da Europa conseguiram dominar de forma hábil os novos meios de comunicação e instituir-se no quadro da competição e alternância governativa. No entanto, para assegurar a sua supremacia à esquerda, os sociais-democratas necessitaram de se moderar e encaminhar para o centro do espectro político, sem sofrer perdas eleitorais, de forma a conseguirem tornar-se a principal alternativa aos conservadores (Kitschelt, 1994). Uma vez no poder, implementaram políticas pró-mercado, orientadas para a luta pela competitividade, orçamentos equilibrados, baixa inflação e redução da dívida.

Esta reabordagem de alguns membros da família política foi acompanhada por esforços permanentes em torno de uma europeização autêntica do partido e do grupo parlamentar que juntava os sociais-democratas a um nível europeu. Aliás, a década de 80 marcou a conversão dos sociais-democratas ao projeto comunitário, visto que inicialmente, estes partidos não eram muito euro-entusiastas e o seu envolvimento na primeira fase da integração foi bastante reduzido. No entanto, a aceitação e o seu crescente envolvimento ao longo da década de 80 nunca foram acompanhados por uma reflexão acerca da natureza das instituições europeias ou mesmo do projeto europeu em si. Mais tarde, isso refletiu-se numa subordinação das políticas sociais-democratas ao quadro institucional europeu, originado por um conjunto de tratados.

1.3. Terceira Via

No final dos anos 80 do século XX, iniciou-se um novo processo “revisionista” da ideologia social-democrata, por parte de vários partidos de centro-esquerda no Norte da Europa, que começaram a debater as bases da social-democracia tradicional, de forma a conseguirem dar resposta às exigências do eleitorado e conseguir a sua manutenção no quadro governativo nacional. Por exemplo, ainda durante a década de 70, o Partido Social-Democrata dinamarquês implementou um programa de redução das reformas antecipadas e aplicou outras reformas ao mercado laboral, que se concretizaram numa redução significativa dos subsídios de desemprego. A escolha deste tipo de reformas causou problemas ao partido. Internamente, surgiu uma divisão entre os “tradicionalistas” e os “revisionistas”. Além disso, o partido entrou em conflito com alguns setores do movimento sindical, culminando num esfriamento dos laços formais entre ambos (Green-Pedersen e van Kersbergen, 2002).

Foi no Reino Unido que se concretizou um dos processos revisionistas mais ensaiados pela Europa ao longo da década de 80, aquilo que hoje é conhecido como “Terceira Via”. Este novo processo “revisionista” não foi homogéneo e não atingiu a totalidade dos partidos sociais-democratas, mas foi com os Trabalhistas britânicos que este processo mais se aprofundou e se tornou mais visível. Este processo advém das sucessivas vitórias eleitorais da linha neoliberal, tanto no Reino Unido, como nos Estados Unidos da América (EUA) ou noutros países europeus. O Partido Trabalhista e os restantes percursos da “Terceira Via” consideravam como inevitável a aceitação de alguns princípios neoliberais, de forma a conseguir apresentar uma alternativa governativa e política ao neoliberalismo.

Após a chegada de Tony Blair à liderança do Partido Trabalhista, em 1994, este assumiu o compromisso de traçar o novo caminho ideológico, diferente do então tomado pelo partido e não coincidente com o caminho seguido pelo Partido Conservador. Em 1997, quando o Partido Trabalhista venceu as eleições, a reformulação ideológica podia finalmente ser colocada em prática. A “Terceira Via”, nome cunhado por Anthony Giddens, procurou ser um caminho intermédio entre a social-democracia clássica (“a velha esquerda”) e o neo-liberalismo (“nova direita”), e procurou ser também uma modernização da social-democracia, mantendo algum do seu património ideológico (Giddens, 1998). No entanto, reforçavam que a social-democracia tradicional não tinha capacidade de responder aos desafios colocados pela política e pela economia

contemporânea, portanto, era necessária uma alternativa à social-democracia comprometida cegamente com a redistribuição de riqueza. Neste aspeto, a social-democracia tradicional tornou-se numa vítima do seu próprio sucesso porque o eleitorado começou a tomar por garantidas conquistas-chave das políticas sociais-democratas e começaram a criticar as consequências inesperadas do Estado-Providência como o controlo burocrático do Estado sobre serviços ou a falta de individualidade e liberdade em serviços sociais, educacionais e de saúde (Kitschelt, 1994).

A nível ideológico, a “Terceira Via” incluía uma aceitação do mercado como o mecanismo indicado para conseguir certos resultados, no entanto, também colocava um forte enfoque na intervenção estatal. O cerne ideológico desta corrente ideológica era a criação de emprego e manutenção do mercado de trabalho, sendo que a forma correta de o conseguir era através da economia de mercado, conjugada com alguma intervenção do Estado (Green-Pedersen e van Kersbergen, 2002). No entanto, a adoção de parte da doutrina neoliberal não impediu o desenvolvimento de conceitos pós-materialistas e de uma retórica predominante de justiça social. Outra das alterações visíveis foi a substituição do conceito de igualdade de oportunidades por igualdade de resultados, o que representa uma verdadeira quebra com os teóricos sociais-democratas do pós-II Guerra. Desenvolveu-se a aceitação de uma visão particular do processo de globalização, sobretudo no que respeita à livre circulação de bens, serviços e capitais, realizada num mercado à escala mundial, que resultaria teoricamente numa forma dos Estados conseguirem um funcionamento mais livre dos mercados. Para tal, era necessária uma desregulação das transações comerciais e financeiras, apostar em políticas de privatizações e de flexibilização das leis laborais, retirando ao máximo ao Estado o seu anterior papel de regulador de mercado e de detentor e prestador de serviços. Assistiu-se, portanto, a uma neoliberalização da social-democracia, embora isso não signifique uma adoção total do neoliberalismo por parte dos partidos sociais-democratas.

O final dos anos 90 poderia ter significado um renascimento da social-democracia, nos seus novos moldes, visto que os partidos sociais-democratas chegaram ao poder ou mantiveram-se no poder na maioria dos países da União Europeia durante este período. Esta realidade pode ser explicada pela janela de oportunidade criada pelo descontentamento acumulado dos eleitorados em relação ao fundamentalismo de mercado praticado pelos partidos de direita. Isto permitiu aos partidos sociais-democratas, que mantiveram o seu estatuto dominante à esquerda no espectro político, aproveitar o

momento para concretizar uma alternativa, com os diversos movimentos revisionistas da social-democracia tradicional (Ferreira, 2013).

Basicamente os sociais-democratas deixaram de ser apresentar ao eleitorado como reguladores cautelosos do sistema capitalista, com o objetivo e missão de proteger a sociedade das consequências negativas de uma economia de mercado e tornaram-se muito mais tecnocratas. Esta mudança foi acompanhada por uma elitização das lideranças, muito escolarizadas e cujas preferências em vários assuntos divergia das preferências do eleitorado tradicional de esquerda (Berman e Snegovaya, 2019).

Esta alteração da doutrina económica por parte da social-democracia com a “Terceira Via” foi apoiada pela grande maioria dos economistas convencionais e permitiu efetivamente uma recuperação económica depois da estagnação dos anos 80, no entanto, as consequências desta mudança foram muito profundas e revelaram-se negativas, a longo prazo, para a social-democracia.

Ano	Média da Percentagem Eleitoral obtida dos Partidos Sociais-Democratas
1920	24%
1930	25%
1940	II Guerra Mundial – 27% (1938)
1950	33%
1960	32%
1970	30%
1980	29%
1990	25%
2000	28%
2010	26%
2017	23%

Tabela 1: Percentagem média de votos para os partidos sociais-democratas por ano em 31 países (Benedetto, Hix e Mastrococco, 2020).

O declínio da “Terceira Via” começou no início dos anos 2000, atingiu o seu pico com a crise financeira de 2008 e com a consequente crise da Zona Euro, levando a que grande parte dos partidos sociais-democratas, entre 2000 e 2017, obtivessem os níveis de apoio mais baixos desde 1918 (Benedetto, Hix e Mastrococco, 2020) (ver tabela 1). Ao alterar um dos seus paradigmas mais nucleares e aceitar as políticas neoliberais então praticadas, a social-democracia encontrou-se numa posição mais fragilizada para

conseguir captar o eleitorado ressentido e revoltado com as políticas neoliberais, que causaram uma enorme desigualdade e insegurança económica, evidenciada com a crise de 2008 e com a crise da Zona Euro (Berman e Snegovaya, 2019).

Com a esquerda tradicional incapaz de captar o crescente descontentamento popular com o neoliberalismo, com as elites e com os partidos que tinha adotado essa tendência, surgiu um espaço no espectro político que foi aproveitado por uma corrente ideológica, que se veio a transformar no que hoje conhecemos como Populismo (Berman e Snegovaya, 2019).

A aceitação e a adoção de algumas políticas neoliberais por parte da esquerda na Europa Ocidental não só teve grandes consequências domésticas, como influenciou a evolução dos partidos de esquerda na Europa de Leste pós-comunista. Como forma de conseguir ganhar legitimidade, muitos partidos de esquerda na Europa de Leste modelaram-se à imagem dos seus homólogos da Europa Ocidental, ou seja, adotaram as políticas neoliberais e apresentaram-se como partidos tecnocratas e programáticos. Além de ter proporcionado à direita populista uma oportunidade política de conquistar eleitorado, também permitiu que o foco do debate político mudasse para questões sociais e culturais, aumentando assim a saliência dos ressentimentos sociais e culturais. Por norma, a esquerda consegue alcançar melhores resultados eleitorais quando a insatisfação com os resultados da economia de mercado é alta e o foco do debate político é em temas económicos. Isto ocorre porque a base eleitoral dos partidos à esquerda é mais diversa do que à direita (em termos culturais, sociais, religioso ou de identidade sexual), criando algumas divisões e dinâmicas eleitorais que podem encorajar apelos sociais e culturais divisionistas (Berman e Snegovaya, 2019).

1.4. Europeização dos Partidos Políticos

Europeização é um termo que penetrou insidiosamente na literatura relativa ao processo decisório da União Europeia e que tem sido crescentemente usado para nomear ou descrever o processo de transformação das dinâmicas domésticas, como resultado da integração europeia ou das instituições europeias em si. No entanto, o consenso em relação à definição deste conceito não foi alcançado, podendo ser usado para descrever a transferência *de jure* de parte da soberania nacional para o nível europeu (Lawton, 1999); a partilha de poderes entre os governos nacionais e a União Europeia (Andersen e Eliassen, 1993); um processo no qual áreas de política doméstica são crescentemente subjugadas ao processo de construção de políticas europeias (Bürzel, 1999); a emergência

e o desenvolvimento a nível europeu de estruturas que formalizam as interações entre os vários atores políticos (Cowles, Caporaso e Risse, 2001); a mudança política e estratégica de certos partidos, alterando a sua orientação negativa para positiva em relação à adesão à União Europeia (Moxon-Browne, 1999); o desenvolvimento das instituições a nível europeu e o aumento das suas competências políticas (Cowles, Caporaso e Risse, 2001); e a expansão das fronteiras de um espaço político para além dos seus Estados-Membros (Kohler-Koch, 1999). Autores como Radaelli (2000) e Ladrech (1994) colocam o foco da Europeização na adaptação organizacional e nas mudanças de políticas, defendem que o conceito se refere a um conjunto de processos através dos quais as dinâmicas políticas, sociais e económicas na União Europeia são incorporadas pelos atores nacionais na lógica discursiva, na identidade, nas estruturas e nas políticas públicas domésticas.

O debate específico relativamente ao processo de Europeização dos sistemas e partidos políticos é relativamente recente. A explicação pode estar no facto da análise dos partidos políticos se ter focado demasiado nos sistemas políticos domésticos e nas variáveis que advêm das características de cada sistema nacional, seja este institucional, social, económico ou cultural (Ladrech, 2012). No entanto, tem emergido uma área de investigação que combina o conceito de Europeização com o estudo da atividade dos partidos políticos. Autores como Mair (2000) consideram que, para compreender o impacto da integração europeia num sistema partidário, é necessário verificar se ocorreram alterações no formato (aparecimentos de novos partidos) e nos mecanismos (modelos de interação entre os partidos) desse sistema que estejam diretamente relacionadas com a dimensão europeia. Mair (2000) concluiu que a integração europeia não afeta os partidos ou o sistema partidário de forma direta. Ladrech (2012) defende que os incentivos da integração europeia para os partidos são reduzidos porque um dos objetivos principais dos partidos nacionais é maximizar os votos e conseguir constituir governo, sendo que a integração europeia em si não contribui diretamente para nenhum dos dois.

No entanto, Mair (2000) destaca também que a análise dos impactos diretos é insuficiente e limitada, pelo que é necessário ter em atenção os potenciais impactos indiretos. Estes impactos ou efeitos indiretos são mudanças no sistema político nacional que podem modificar algumas características internas e comportamentais dos partidos. Mair (2000) aponta como uma das mudanças que pode produzir estes efeitos indiretos, as restrições à flexibilidade das políticas governamentais, que se manifestam através da limitação do espaço disponível para a entrada de novos partidos na arena de competição

política, na redução dos instrumentos políticos à disposição dos governos nacionais e na limitação do número de políticas nacionais.

A Europeização dos partidos é um fenómeno complexo de identificar. Ladrech (2002, 2008, 2012) sugere que as evidências da Europeização podem ser encontradas na dimensão interna dos partidos e apresenta um modelo com cinco áreas de investigação, que permitem avaliar a Europeização dos partidos, da atividade partidária e dos sistemas partidários. A primeira área é referente às mudanças programáticas, ou seja, as modificações nos programas partidários. Estas mudanças podem ser quantitativas, o aumento de referências à União Europeia em termos de políticas europeias em si ou em políticas tradicionalmente domésticas, ou qualitativas, ou seja, referências à União Europeia como um fator adicional na prossecução de políticas tradicionalmente consideradas domésticas como o emprego, migrações e asilo, entre outros. Além disso, essas mudanças programáticas podem ser identificadas com referências a cooperações com organizações partidárias transnacionais e com instituições europeias. Vários estudos usaram métodos comparativos em manifestos partidários como forma de detetar, em termos quantitativas e qualitativas, referências à União Europeia (Sanches & Pereira, 2014; Guedes, 2012; Pennings, 2006). De uma maneira geral, as referências políticas e programáticas ao papel da União Europeia como fator determinante nas prossecuções das políticas nacionais foram tornando-se mais sofisticadas e subtis ao longo do tempo, à medida que a reconhecimento do impacto da União Europeia se torna claro. No entanto, esse impacto não é traduzido diretamente nos manifestos dos partidos (Pennings, 2006).

A segunda área é relativa às mudanças na organização interna dos partidos, isto é, analisar as modificações que a integração europeia pode ter na autonomia das lideranças dos partidos e/ou no aperfeiçoamento de posições relacionadas com a União Europeia dentro dos partidos. A afiliação com instituições a nível europeu pode gerar algumas modificações ao longo do tempo, em termos de regras internas ou estatutos do partido, de forma a refletir o perfil superior das políticas europeias. Poguntke et al. (2007) detetaram, nas suas análises, mudanças nas relações das elites com o resto do partido, mas uma clara ausência de mudanças significativas em relação a novas regras ou à influência dos assuntos europeus. Aliás, os resultados mostram que os militantes que se dedicam às políticas europeias têm na sua maioria vindo a perder influência junto dos seus partidos nacionais.

A terceira área diz respeito às mudanças nos padrões da competição partidária. Esta dimensão é que mais segue o debate de Mair (2000) sobre o impacto que os

constrangimentos das políticas europeias têm na competição partidária nacional, materializando-se numa estagnação dos sistemas de partidos da Europa Ocidental, em relação à sua posição face à União Europeia. A politização dos temas europeus a nível nacional pode tornar-se um problema para a gestão partidária, podendo levar à formação de novos partidos.

A quarta área analisa as relações entre os governos e os partidos que os apoiam. A participação dos líderes governamentais em reuniões de negociação intergovernamental, como conferências intergovernamentais, o Conselho da União Europeia ou o Conselho Europeu, pode levar o governo a distanciar-se das posições programáticas do partido que o suporta. Isto pode levar a tensões internas entre a parte do partido que está no governo e os restantes militantes. As relações entre o partido e o governo nos assuntos europeus podem assumir, por norma, uma tendência “push-pull”. O governo é empurrado pelo partido para posições mais complexas conforme os assuntos forem mais próximos do programa partidário. Da mesma forma, o governo é também puxado pelo partido a moderar e a simplificar a sua posição em temas de mudanças institucionais, como por exemplo, maior integração porque vai contra as noções de soberania nacional. Isto revela uma tendência de os partidos preferirem manter controlo nacional sobre áreas políticas que envolvam benefícios diretos para os partidos.

A quinta e última área analisa as relações dos partidos para além do sistema partidário nacional. A Europeização pode resultar em novas perspetivas de cooperação transnacional com partidos de outros Estados-Membros, envolvendo dois tipos de organizações: os grupos partidários no Parlamento Europeu e as organizações transnacionais de partidos, como o Partido Socialista Europeu. Niedermayer teorizou um modelo de desenvolvimento de relações que levam a uma organização partidária a nível europeu, dividindo-o em três etapas: contacto, cooperação e, por fim, integração (Ladrech, 2002).

Apesar desta tipologia, existe algumas críticas relativas à homogeneização da análise da Europeização dos partidos porque as circunstâncias das adesões e a própria estrutura da União Europeia foi evoluindo ao longo do tempo e ao longo dos alargamentos. Por exemplo, as Comunidades Europeias foram concebidas inicialmente como um projeto de integração económica, com o objetivo de criar um mercado único, eliminar as barreiras alfandegárias e permitir a livre circulação de bens, capitais, trabalhadores e serviços. No entanto, após a assinatura do Tratado de Maastricht, a União Europeia passou a ser também um projeto político e os países candidatos à adesão teriam

de cumprir os Critérios de Copenhaga (Henderson, 2009). Durante os últimos anos, a União Europeia tornou-se uma entidade política com vários níveis, nos quais as instituições europeias partilham poderes e autoridade com governos nacionais, em várias áreas políticas, incluindo política ambiental, concorrência, políticas sociais, políticas regionais, entre outras (Marks e Wilson, 2000). Além disso, de forma simplista, a direita tende a preferir integração económica enquanto a esquerda tende a preferir integração política. Portanto, a integração europeia oferece algo a todos, exceto os extremistas: algo que foi fundamental para a viabilidade do projeto europeu (Henderson, 2009).

Como tal, a Europeização dos sistemas partidários não é meramente um fenómeno superficial e transitório, sendo importante analisar cada sistema partidário tendo em conta o contexto da sua adesão. Por exemplo, em Estados que pretendem agora alcançar a adesão à União Europeia (UE), a integração tem o potencial de afetar diretamente a estrutura da competição partidária e o sistema partidário (Henderson, 2009).

Em relação à Europeização dos partidos políticos portugueses, o principal foco tem sido a análise do nível de euroceticismo dos partidos e do próprio sistema político. Inicialmente, é importante perceber o que se entende por Euroceticismo, conceito geralmente associado a apresentar uma atitude crítica face à integração europeia, mas que pode ter diferentes variações (Verney, 2011). Por exemplo, Kopecky e Mudde (2002) defendem que só devem ser definidos como eurocéticos, aqueles que acreditam na integração europeia, no entanto, não concordam com a atual forma de integração. No entanto, euroceticismo pode também ser definido como uma oposição direta e sem reservas ao processo de integração europeia (Taggart, 1998). Além disso, pode ser feita a distinção entre *hard eurocepticism* e *soft eurocepticism*, sendo o primeiro definido como rejeição à adesão e ao processo de integração europeia no seu todo, desde a integração económica à integração política. O segundo vai de encontro à definição de Kopecky e Mudde acima apresentada, em que pode não existir uma rejeição da integração europeia, mas existe uma oposição ao atual processo e às futuras trajetórias planeadas de aprofundamento desse mesmo processo (Szczurbiak & Taggart, 2003).

Nos últimos anos, vários estudos sobre os níveis de euroceticismo dentro no sistema partidário e no sistema político português foram feitos, bem como análises comparativas do caso português com outros países da Europa do Sul, onde o euroceticismo registou sempre níveis inferiores à média europeia (Freire & Moury, 2014; Lisi, 2020; Lobo & Magalhães, 2011; Magalhães, Cancela & Moury, 2016; Sanches & Pereira, 2010; Verney, 2011). Portugal, apesar de apresentar percentagens de apoio

superiores à média europeu, ficou quase sempre abaixo das taxas apresentadas pela Grécia e por Espanha. Estes estudos mostram que, dentro de um sistema partidário, existem vários cenários para um partido assumir uma posição mais eurocética: os partidos posicionados nos extremos do espectro político são tendencialmente mais eurocéticos que os partidos do centro, partidos que estejam na oposição são tendencialmente mais eurocéticos que os partidos que estejam no governo e partidos que pertençam ao arco de governação são tendencialmente menos eurocéticos que os partidos excluídos do arco governativo. Em Portugal, o único partido que sempre apresentou uma postura eurocética, desde o momento da adesão, foi o Partido Comunista Português (PCP) que confirma as três hipóteses apresentadas (Sanches & Pereira, 2010). Atualmente, este papel eurocético é dividido com outro partido, o Bloco de Esquerda. No início dos anos 90, o Partido do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP) assumiu também uma postura eurocética durante a liderança de Manuel Monteiro, votando contra a ratificação do Tratado de Maastricht. No entanto, no final da década de 90, voltou a ter uma posição mais europeísta (Sanches & Pereira, 2010; Lobo & Magalhães, 2011). O Partido Socialista (PS), partido que iniciou e se assumiu como motor do processo de integração europeia, consegue confirmar um dos cenários. Desde a adesão de Portugal às Comunidades Europeias e até à atualidade, o PS assumiu quase sempre as posições mais europeístas de todos os partidos do espectro político português. Este padrão foi apenas quebrado durante os anos do governo de Cavaco Silva, em que o PS se viu confinado ao papel de partido da oposição e assumiu uma posição menos euro-entusiasta que o Partido Social Democrata (PSD) (Lobo & Magalhães, 2011). Em Portugal, o euroceticismo dos partidos está ligado à dicotomia ideológica esquerda-direita, os partidos mais eurocéticos no sistema partidário português encontram-se à esquerda, e à situação económica do país, ou seja, quando o país entra em crise económica, os níveis de apoio e aprovação da UE tendem a diminuir (Lisi, 2020).

É importante realçar que os baixos níveis de euroceticismo podem não refletir exatamente a posição da opinião pública porque o foco do debate político é sempre de carácter interno, mesmo durante o período de eleições europeias (Lisi, 2020). A crise da Zona Euro alterou esta realidade e levou as taxas de confiança e aprovação a mínimos históricos nos países da Europa do Sul, como consequência das fortes medidas de austeridade aplicadas nestes países. Para essa perceção contribuiu o facto de estas políticas terem sido apresentadas pelas elites políticas e entendidas pela opinião pública como uma imposição por parte da UE (Freire & Moury, 2014). Em Portugal, a crise

contribuiu para fortalecer o euroceticismo, visto que, após 2008, os eleitores eurocéticos aumentaram, materializando-se numa maior polarização de posições face aos temas europeus. No entanto, a UE continua a ser um tema debatido essencialmente pelas elites políticas, sendo este debate suavizado ou enfatizado por estas, num contexto específico pelas elites definido. Prova disso, foi o apoio parlamentar dado pelos dois partidos eurocéticos de esquerda ao governo formado pelo PS em 2015, apesar das divergências entre as partes em relação aos assuntos europeus. Os partidos despolitizaram o tema e colocaram como prioridade a alteração das políticas económicas até então seguidas pelo governo formado pelo PSD e pelo CDS-PP (Lisi, 2020).

1.5. Notas Conclusivas

Concluindo, ao longo do presente capítulo, foi possível fazer um retrato da tipologia de partido em que o PS se insere, os partidos *catch-all*; delinear a evolução ideológica da social-democracia até à atualidade, começando pelo seu surgimento no século XIX, o seu esforço para se distanciar do comunismo, o seu papel na criação do conceito de Estado Social, a aceitação da economia de mercado e a Terceira Via. Esta exposição permite assim organizar e destacar as diferentes etapas dessa evolução, permitindo assim verificar se a evolução ideológica do PS seguiu os mesmos passos, apesar do partido ter sido fundado nos anos 70 do século XX. Por fim, a revisão de literatura feita aos conceitos de Europeização e de Euroceticismo, as várias aplicações e análises que os conceitos podem oferecer, bem como os resultados de estudos acima apresentados, permitiram criar bases teóricas para proceder à análise da evolução das posições do Partido Socialista face às matérias europeias.

Capítulo 2: Contextualização Histórica

Após o fracasso de algumas organizações, como o Movimento de Unidade Democrática ou a Resistência Republicana e Socialista, em apresentar ao país uma alternativa unitária mais moderada de oposição ao regime, em 1964, Mário Soares, Francisco Ramos da Costa e Manuel Tito de Morais criaram a Ação Socialista Portuguesa (ASP), em Genebra. Esta assumia-se como uma organização apartidária e apresentava as mesmas ambiguidades ideológico-programáticas e fragilidades organizativas que ditaram o fracasso das organizações acima referidas. A ASP procurou desde logo a sua autonomia face aos restantes movimentos oposicionistas, rompendo a sua ligação com a Ação Social-Democrata (oposição conservadora) e com a Frente Patriótica de Libertação Nacional (oposição comunista).

Em 1968, com a escolha de Marcelo Caetano para a Presidência do Conselho e o início do período da Primavera Marcelista, criaram-se algumas expectativas para uma prometida reforma, abertura e liberalização do regime. A ASP mostrou-se receptiva a dialogar com o regime. No entanto, as eleições de 1969 e os fracos resultados obtidos pela Comissão Democrática Eleitoral (composta por comunistas, católicos progressistas e setores mais radicais dos socialistas) e pela Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (composta pela ASP, alguns católicos progressistas e ainda vários monárquicos) terminaram com as esperanças de que o marcelismo iria procurar liberalizar o regime.

Nos primeiros anos da década de 1970, a ASP procurou aprofundar relações com os partidos “irmãos” europeus e uma consequente clarificação ideológico-programática foi concretizada, de forma a consagrar várias premissas fundamentais do socialismo democrático. Além disso, a ASP promoveu também uma aproximação a várias organizações políticas internacionais, culminando com a sua adesão como membro de pleno direito à Internacional Socialista (IS), em junho de 1972.

Apesar destas tentativas, a institucionalização da ASP teve um alcance muito restrito, continuando a ser um movimento fluído, baseado em relações pessoais e profissionais e sem capacidade de mobilizar apoios perante um partido ideologicamente coeso como o Partido Comunista Português (PCP). Tudo isto, conduziu à dissolução da ASP e à criação do Partido Socialista (PS), em 1973 (Martins, 2005). Neste capítulo, iremos abordar a evolução histórica do PS desde a sua criação até à atualidade. Esta exposição encontra-se dividida em vários períodos históricos: inicia-se na fundação do PS e na transição democrática, passando pelo papel do PS na consolidação democrática

do sistema político português, na entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), na assinatura do Tratado de Maastricht e na assinatura do Tratado de Lisboa até à atualidade.

2.1. Partido Socialista: Origem e Período da Transição Democrática

No dia 19 de abril de 1973, numa reunião realizada em Bad Munstereifel, na Alemanha foi oficialmente criado o Partido Socialista português, tendo sido aprovada a sua criação por maioria. A decisão não foi unânime, visto que quase todos os delegados do interior, ou seja, vindos de Portugal, respeitaram a orientação de voto contra dada por Salgado Zenha. Nesta reunião foram identificados os três problemas principais da situação portuguesa: a emigração, a situação moral do país e a inevitabilidade da perda de África. Mário Soares, então Secretário-Geral da ASP, defendeu perante os delegados a necessidade da criação de uma organização partidária e afirmou também a necessidade de uma definição programática. Após a votação e a criação do novo partido, Mário Soares manteve o cargo de Secretário-Geral e a presidência foi ocupada por António Macedo. De forma a dar resposta ao impasse e à estagnação organizativa do partido, era necessária a adesão de novos militantes, de forma a conseguir uma maior renovação ideológico-programática. Como tal, Mário Soares procurou iniciar diálogos com o grupo da “Seara Nova”, liderado por Mário Sottomayor Cardia, e com o “grupo de Genebra”, responsável pela revista *Polémica*, com o objetivo de apelar e negociar a sua adesão ao partido.

A discussão da Declaração de Princípios e do Programa do Partido Socialista ocorreu em agosto de 1973, nas instalações da Fundação Leo Lagrange, em Paris. Estes documentos eram mais radicais ideologicamente e pouco consensuais, mesmo entre os membros do partido, dividindo o debate entre os defensores de uma versão mais moderada (entre eles, Mário Soares) e os defensores de uma versão mais radical. Era assim visível a influência dos novos membros do partido, António Reis, Marcelo Curto e Mário Sottomayor Cardia. Apesar de vencido, Mário Soares conseguiu suavizar a radicalização do programa com a nota introdutória, onde indicava que o programa era uma obra inacabada, imperfeita, passível de ser alterada. Como tal, devia ser visto com um objeto de estudo, de base e de inspiração e não como um conjunto estanque de soluções ou normas obrigatoriamente a seguir.

Desde a sua fundação até ao 25 de abril, a ação do Partido Socialista dividiu-se entre o plano externo, com a sensibilização dos principais partidos da IS para a necessidade de condenação política do regime português; e o plano interno, com a

construção de uma política de alianças e de acompanhamento das movimentações que se iniciavam no seio das Forças Armadas. No plano externo, multiplicaram-se os encontros e as declarações conjuntas com os diversos partidos “irmãos”, como o Partido Trabalhista Britânico, o Partido Socialista Francês, o Partido Socialista Belga, o Partido Trabalhista Holandês, o Partido Socialista Suíço e o Partido Social-Democrata Alemão (SPD). Todas as declarações tinham um teor semelhante de condenação da guerra colonial, de oposição à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), de apoio de expulsão de Portugal da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO) e de reforço do apoio e cooperação com o Partido Socialista português (Martins, 2005). No plano interno, procurou estabelecer diálogo com o PCP, conseguindo em 1973 um comunicado comum onde expunham os seus objetivos prioritários de luta conjunta, ou seja, os pontos de convergências. A ligação às Forças Armadas e, em especial, ao Movimento dos Capitães foi assegurada por Álvaro Guerra. Relativamente à posição apresentada por António Spínola em relação às colónias, que defendia uma solução federalista, o PS rejeitou totalmente essa tese.

Foi nesse clima que a Revolução dos Cravos ocorreu. No dia 28 de abril de 1974, Mário Soares retornou do exílio, tendo sido recebido em Lisboa por milhares de pessoas. O prestígio que alguns dirigentes socialistas tinham contribuiu imenso para reforçar a credibilidade e o crescimento do partido. Prova disso foi o convite feito por Spínola a Mário Soares, Salgado Zenha e Raúl Rego para integrarem o I Governo Provisório. Enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares participou e apoiou a negociação dos vários processos de independência das colónias portuguesas. O afastamento do PS em relação ao PCP ocorreu após o 28 de setembro de 1974, quando este último assumiu um discurso mais radical. Este afastamento do PS em relação ao PCP ficou materializado na Declaração de Princípios – Programa e Estatutos do PS, documento aprovado no Congresso de 1974. Ao mesmo tempo que se afastavam dos comunistas, os socialistas fizeram uma ligeira aproximação ao centro e começaram a demonstrar interesse na opção da integração europeia (Reis, 2005; Cruz, 2005).

Os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas a 25 de abril de 1975, mostraram que a maioria do eleitorado apoiava posições mais moderadas, dando a vitória ao PS (37,9%), seguido pelo Partido Popular Democrata (PPD) (26,4%). O PCP não foi além dos 12,5%. Apesar de o Conselho da Revolução se ter esforçado em apresentar os resultados como uma grande vitória da esquerda e do socialismo, juntando os votos do PS aos restantes partidos à esquerda, este resultado eleitoral foi

principalmente uma grande vitória para os partidários da democracia parlamentar e da legitimidade eleitoral contra aqueles que defendiam uma democracia popular legitimada pela revolução militar.

Com esta vitória, o PS sentiu-se legitimado para desempenhar um papel determinante na defesa da democracia. No entanto, a aliança não declarada entre o PCP e o Movimento das Forças Armadas (MFA) polarizou o país em duas facções. Assim se iniciou o chamado “Verão Quente de 1975”. Nesse período, assistiu-se a um agudizar das relações dos movimentos comunistas, de extrema-esquerda e o MFA com os partidos mais moderados (PS, PPD, entre outros), com manifestações de apoio e contramanifestações recorrentes em ambas as partes, com ataques a instalações do PCP e de outros partidos à esquerda do PS por parte de manifestantes anticomunistas, culminando com a formação de grupos de extrema-direita como o Movimento Democrático de Libertação de Portugal, com a ocupação de órgãos de comunicação social por parte de trabalhadores afetos a grupos esquerdistas, entre outros. Tudo isto, enquanto o então Presidente da República, Costa Gomes, mantinha a sua confiança política na Assembleia do MFA e no então Primeiro-Ministro provisório, Vasco Gonçalves, que então se encaminhava para constituir o V Governo Provisório (o 4º sobre o seu comando). Após o afastamento de Vasco Gonçalves, o PS mostrou-se disponível para participar no VI Governo Provisório (encabeçado por Pinheiro de Azevedo), desempenhando o seu papel de charneira, ou seja, ponte de ligação entre o PPD e o PCP porque Mário Soares reconheceu a necessidade da presença deste último na solução governativa (Cruz, 2005).

O mês de novembro de 1975 foi marcante por vários motivos. O primeiro deste motivo foi a realização do debate entre Mário Soares e Álvaro Cunhal, a 6 de novembro, na Rádio e Televisão de Portugal (RTP), de onde saiu a célebre expressão “Olhe que não, olhe que não”, proferida por Álvaro Cunhal, quando confrontado com as ambiguidades da ação do PCP desde o 25 de abril. Mário Soares foi considerado o grande vencedor deste debate, que em parte também serviu para legitimar e dar confiança ao VI Governo Provisório. No entanto, a 12 de novembro, uma manifestação de trabalhadores da construção civil cercou o Palácio de São Bento e a residência do Primeiro-Ministro, tendo os deputados da Assembleia Constituinte e os membros do governo ficado sequestrados durante quase 24 horas. Costa Gomes recusou mobilizar os Comandos para dispersar a multidão e apenas quando as reivindicações dos trabalhadores foram cedidas, os deputados foram autorizados a abandonar o edifício. Os deputados do PS, PPD e do Partido do Centro Democrático Social (CDS) foram vaiados enquanto os deputados do

PCP foram aplaudidos. O país encontrava-se à beira da guerra civil quando ocorreu o 25 de novembro, uma tentativa de golpe de Estado de militares afetos ao Comando Operacional do Continente (COPCON). No entanto, este golpe falhou porque foi um movimento restrito e devido à intervenção de forças mais moderadas, afetas ao Grupo dos Nove, que impediram o golpe. O 25 de novembro simbolizou o fim do Processo Revolucionário Em Curso (PREC), o fim das tendências anarquistas no seio das forças armadas e concretizou a ascensão da figura de Ramalho Eanes ao panorama político nacional e ao cargo de chefe do Estado Maior do Exército. Iniciou-se então um período de normalização democrática. Costa Gomes manteve-se como Presidente da República, Pinheiro de Azevedo como Primeiro-Ministro, ocorreu a discussão e a assinatura do 2º Pacto MFA/Partidos que reduziu os poderes militares sobre o processo político-institucional e consagrou a vitória da legitimidade eleitoral sobre a legitimidade revolucionária, refletindo a crescente força dos partidos políticos que as sucessivas eleições irão confirmar (Reis, 2000).

Após este compromisso político, os deputados constituintes terminaram a redação da Constituição num ambiente um pouco mais estável. No dia 2 de abril de 1976, o texto da Constituição foi aprovado na globalidade pela Assembleia Constituinte, com os votos a favor de todos os partidos presentes, à exceção dos deputados do CDS que votaram contra. A Constituição entrou em vigor a 25 de abril de 1976, dia em que se realizaram as primeiras eleições legislativas. Sem surpresas, o PS venceu com cerca de 35%, seguido do PPD, com o CDS em terceiro lugar e o PCP a descer para quarto lugar nos resultados. No dia 27 de junho, realizam-se as eleições para a Presidência da República, elegendo à primeira volta o general Ramalho Eanes. Após ter sido empossado pela Assembleia da República a 14 de julho, Eanes indigitou Mário Soares a formar o I Governo Constitucional, que tomou posse a 23 de julho. Com a tomada de posse do governo, encerrou-se o período de transição entre o regime do Estado Novo e o regime democrático resultante do 25 de abril.

Importante realçar que, ao longo de todo o período de transição democrática, o PS foi fortemente apoiado pela social-democracia europeia, em especial, pelo Partido Social-Democrata Sueco (SAP) e pelo SPD de Willy Brandt, que criaram um Comité de Amizade e Solidariedade com a Democracia em Portugal, na Conferência de Estocolmo, em agosto de 1975. Além dos apoios materiais e financeiros, este Comité apostou fortemente no apoio ideológico. Exemplo disso, foi a organização de um grande comício de apoio ao PS e à democracia portuguesa, com todos os líderes socialistas europeus, no Porto, em março

de 1976, onde o PS lançou o célebre lema “A Europa Connosco”, confirmando assim o início do desígnio de Portugal à integração europeia. Mário Soares considerava que a entrada na CEE era um contraponto essencial para a descolonização, que se revelara traumática e inevitável. Através da adesão, Portugal teria condições para apostar numa nova forma de presença em África, nos moldes de cooperação cultural, político e económica. Como tal, a Europa tornou-se um recurso político para o PS, usado para conquistar eleitorado.

2.2. O Partido Socialista e a Consolidação Democrática

O programa do Movimento das Forças Armadas apresentava três grandes objetivos, os três D's: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. Em 1976, os dois primeiros D's estavam cumpridos, cabia agora às novas instituições democraticamente eleitas completar o último D. O PS, vencedor das eleições legislativas, formou um governo minoritário. O clima era então de anseio por estabilidade, como forma de conseguir superar as graves dificuldades económicas e financeiras. Mário Soares contava negociar pontualmente à esquerda e à direita, para conseguir apoios parlamentares, essenciais para a sobrevivência do executivo ao longo da legislatura. Com a profunda crise económica e com a perda do império colonial, Portugal necessitava de redefinir a sua estratégia no plano internacional. O PS e o Governo, encabeçado por Mário Soares, defendiam a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) (Teixeira, 2017). Soares realizou então uma visita às capitais dos Estados-Membros das Comunidades Europeias e às instituições comunitárias a fim de reunir apoios. A nível interno, esta visão era partilhada pela maioria do eleitorado, pelo que o pedido formal de adesão de Portugal à CEE, a 28 de março de 1977, com o apoio do, já então denominado, Partido Social Democrata (PSD), foi recebido com naturalidade. Este pedido foi formalmente aceite pelo Conselho, pela Comissão Europeia e pelo Parlamento Europeu e as negociações começaram oficialmente a 17 de outubro de 1978 (Teixeira, 2017).

Ao longo do primeiro ano de mandato, o PS revelou uma certa tendência para o isolacionismo político em relação aos restantes partidos. No discurso do 25 de abril de 1977, Ramalho Eanes fez duras críticas e demarcou-se do governo de Soares. Como resposta, o PSD e o CDS começaram a construir algumas pontes de entendimento para fazerem oposição ao governo. Isto colocou um ponto final na aproximação dos socialistas ao PSD porque começaram a surgir preocupações a nível concorrencial, visto que os dois

maiores partidos políticos portugueses estavam condenados a competir pelo flutuante eleitorado do centro (Jalali, 2007).

O agravamento da crise económica tornou inevitável o recurso a um pedido de ajuda externa ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Para conseguir obter esse acordo, o governo necessitava do apoio de uma maioria parlamentar, apresentando para tal, na Assembleia da República, uma moção de confiança ao governo. No entanto, uma votação conjunta do PSD, CDS, PCP e a União Democrática Popular (UDP) contra a moção de confiança provocou a queda automática do governo.

De forma inesperada, a solução governativa surgiu através de uma coligação entre o PS e o CDS, formando assim o II Governo Constitucional. No entanto, esta aliança relevou-se muito frágil porque as bases dos dois partidos não conseguiam aceitar esta nova aliança e o desgaste do PS junto do eleitorado era muito evidente. Após a negociação do acordo com o FMI, o CDS rompeu com o acordo em julho de 1978, devido a divergências em relação à aplicação da Lei de Bases da Reforma Agrária e ao despacho ministerial que lançou as bases do Sistema Nacional de Saúde.

A relação entre o Presidente da República Ramalho Eanes e o PS, na pessoa de Mário Soares, entrou também num período de guerrilha permanente. Eanes decidiu apostar numa fórmula diferente: usou os seus poderes presidenciais para promover a formação de um governo invés de deixar essa responsabilidade aos partidos com assento na Assembleia da República. Indigitou para formar o III Governo Constitucional, o independente Alfredo Nobre da Costa. No entanto, o executivo acabou por cair ainda durante a discussão do seu programa na Assembleia da República, após a aprovação de uma moção de censura apresentada pelo PS e apoiada por outros partidos. Ramalho Eanes avançou para uma segunda tentativa de governo de iniciativa presidencial, convidando Carlos da Mota Pinto, antigo deputado da Assembleia Constituinte pelo PPD e antigo ministro do governo minoritário de Soares, a formar o IV Governo Constitucional. Receando que o eleitorado prejudicasse eleitoralmente o PS por impedir sucessivamente a formação de novos executivos, o PS absteve-se na votação do programa do governo, viabilizando desta forma o IV Governo Constitucional. No entanto, em julho de 1979, após conseguir aprovar o Orçamento de Estado, Mota Pinto apresentou a demissão a Ramalho Eanes, após a Assembleia da República ter chumbado um conjunto de medidas complementares.

Após duas tentativas fracassadas, Ramalho Eanes decidiu dissolver a Assembleia da República e marcar eleições intercalares, devido à pressão imposta por um novo bloco

político à direita sobre o comando de Sá Carneiro, a Aliança Democrática (AD). Para chefiar o governo até à realização das eleições, Ramalho Eanes indigitou Maria de Lurdes Pintasilgo para formar o V Governo Constitucional.

Nas eleições intercalares de 1979, a coligação eleitoral entre o PSD, o CDS e o Partido Popular Monárquico (PPM), a Aliança Democrática, conquistou a maioria absoluta dos lugares parlamentares e o PS enfrentou a sua primeira grande derrota eleitoral, com apenas 27% dos votos. Este resultado introduziu duas novidades no sistema político português: uma solução governativa estável saída diretamente das eleições e um governo de direita. Como se tratavam de eleições intercalares, o VI Governo Constitucional, liderado por Francisco Sá Carneiro, teve uma duração limitada. Durante este período, o PS apostou numa renovação ideológica (através do programa “Dez Anos para Mudar Portugal – Proposta PS para os Anos 80), apostou na desmarxização ideológica e renovou os quadros dirigentes do Secretariado Nacional, no seu 3º Congresso, o que permitiu uma ligeira recuperação nas eleições legislativas de 1980. Este projeto de oposição permitiu a elaboração de um projeto moderno de socialismo democrático (Stock, 2005; Reis, 2005). Mesmo assim, a AD conquistou cerca de 47,5%, reforçando a sua maioria e vencendo a coligação eleitoral feita à esquerda, a Frente Republicana Socialista (FRS), que conquistou apenas 28% dos votos.

Após a AD ter apresentado um candidato às eleições presidenciais, Ramalho Eanes iniciou uma reaproximação ao PS. No entanto, após as eleições de 1980, Ramalho Eanes declarou que o seu projeto político se assemelhava mais à AD, o que deixou os socialistas perplexos e levou Mário Soares a retirar o seu apoio pessoal a Ramalho Eanes e a autossuspender-se das funções de Secretário-Geral, como forma de permitir aos restantes membros do PS decidir imparcialmente se mantinham o apoio ou retiravam. Visto estarem a apenas dois meses do sufrágio e não terem uma alternativa para apresentar ao eleitorado, a esmagadora maioria dos dirigentes socialistas decidiu confirmar o compromisso do PS para com a candidatura de Ramalho Eanes. Esta decisão foi contrária à posição assumida por Soares que pretendia desta forma, sobrepondo um projeto pessoal ao interesse do partido, aniquilar politicamente um dos seus maiores adversários políticos, mesmo que tal significasse um reforço do domínio da AD (Reis, 2005). Iniciou-se assim uma crise interna no PS e uma cisão entre Soares e Eanes apenas terminou em 1987. A confirmação do apoio do PS à sua recandidatura presidencial, o tráfico acidente de aviação que vitimou Sá Carneiro a poucos dias da eleição e a incapacidade do candidato

da AD, Soares Carneiro, de criar empatia junto do eleitorado garantiram a confortável reeleição de Ramalho Eanes com 56% dos votos.

Mário Soares procurou desde logo reconquistar o apoio do partido, saindo vitorioso do IV Congresso do Partido Socialista, onde os seus adversários internos que defenderam a confirmação do apoio à recandidatura de Ramalho Eanes às presidências ficaram reduzidos a um terço dos delegados. Entre estes adversários internos encontravam-se Jorge Sampaio, António Guterres, Vítor Constâncio e Salgado Zenha.

Após a morte de Sá Carneiro, o PSD escolheu Francisco Pinto Balsemão para liderar o partido e, conseqüentemente, para chefiar o VII Governo Constitucional. A AD manteve como principal prioridade a revisão constitucional e, para tal, tinha de mobilizar dois terços dos deputados, sendo necessário um acordo com o PS. Esta negociação tornou-se possível devido ao reforço dos poderes partidários de Soares, conquistados no IV Congresso. A revisão constitucional de 1982 foi negociada entre o PS e a AD e teve como principais alterações: a redução dos poderes presidenciais; a dissolução do Conselho de Revolução; a criação do Conselho de Estado, órgão consultivo do Presidente da República; a criação do Tribunal Constitucional que recebeu a competência de fiscalizar a constitucionalidade das leis, algo anteriormente da responsabilidade do Conselho de Revolução; e a Lei da Defesa Nacional, que consagrava a nova forma de nomeação de chefias militares e que, após ter sido vetada por Eanes, foi novamente aprovada sem alterações na Assembleia da República e promulgada por Ramalho Eanes.

A situação económica do país estava a degradar-se a um ritmo acelerado, desde o 25 de abril, devido à mudança de prioridades da política financeira na III República, que pretendia a criação de um Estado Social, concretizado com o aumento dos salários, a criação do Sistema Nacional de Saúde, aposta na educação e na melhoria das condições de vida. Além disso, desde a morte de Sá Carneiro, a desagregação da AD era notória devido à incapacidade política do governo de Pinto Balsemão e à eclosão de rivalidades internas no próprio PSD. Eanes aproveitou então o pedido de demissão de Balsemão, dissolveu o parlamento e marcou eleições legislativas.

Já em 1982, Mário Soares tinha admitido a hipótese de um acordo entre o PS e o PSD para as futuras eleições legislativas, como forma de conseguir uma plataforma alargada de apoio político, que permitisse resolver a situação económica do país, não descartando a possibilidade de um novo pedido de ajuda externa ao Fundo Monetário Internacional. A necessidade deste acordo era essencial também no contexto das negociações para a integração de Portugal na CEE, visto que era visível uma gradual

diminuição do interesse das Comunidades na adesão de Portugal. Tanto que, na Cimeira de Copenhaga de 1982, as negociações de adesão de Portugal e Espanha foram congeladas, devido às preocupações francesas com as potenciais consequências da potencial concorrência no setor agrícola.

2.3. O Partido Socialista e a Entrada na CEE

As eleições legislativas de 1983 deram a vitória ao PS, com 36% dos votos, seguido pelo PSD com 27%. Perante estes resultados, Mário Soares que mantinha boas relações com o líder social-democrata, Carlos Mota Pinto, viu a oportunidade de apostar numa coligação pós-eleitoral com o PSD. A Comissão Nacional do PS deu o seu aval à elaboração de um acordo político com o PSD. As negociações para a formação do novo executivo arrastaram-se durante semanas, no entanto, após pressão por parte de Ramalho Eanes e da restante classe política, o PS e o PSD chegaram a acordo. O IX Governo Constitucional tomou posse em junho de 1983, com Mário Soares como Primeiro-Ministro, Mota Pinto como Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa e com Ernâni Lopes, que chefiava as negociações para a entrada de Portugal nas Comunidades Europeias, como Ministro das Finanças. Pela segunda vez na história da III República e novamente com Soares a chefiar o executivo, Portugal fez um pedido de ajuda financeira externa ao FMI. Dada a profunda crise económica, as medidas de austeridade adotadas foram muito fortes, exigentes e rigorosas. No entanto, estas medidas também permitiram uma ligeira liberalização da economia, necessária para uma adesão mais suave às Comunidades Europeias.

Logo em julho de 1983, Ernâni Lopes, o principal responsável pelas negociações junto das Comunidades Europeias, declarou estar confiante de que a conclusão do processo negocial estava para breve. No entanto, na cimeira europeia do final de 1983, os líderes europeus não confirmaram a adesão de Portugal, contrariamente às expetativas do executivo português. Tudo isto porque Espanha estava empenhada em aderir ao mesmo tempo que Portugal e o seu processo negocial ainda se encontrava muito atrasado. Esta atitude gerou muitas críticas por parte de Mário Soares. Além disso, a CEE encontrava-se num impasse porque não conseguia avançar com as reformas necessárias para o alargamento nem avançar com a criação de um verdadeiro mercado único.

Em 1984, realizou-se a Cimeira de Fountainebleau, onde foi reafirmado o empenho da CEE na adesão de Espanha e Portugal e fixada a data de 30 de setembro de 1984 para o final das negociações. Ao longo de 1984, Portugal continuou a tentar fechar

o seu processo negocial, começando a estabelecer-se como objetivo a adesão dos países ibéricos a 1 de janeiro de 1986. No entanto, Mário Soares não pretendia continuar sem garantias do interesse das Comunidades Europeias na adesão de Portugal. Por isso, encontrou-se com o Primeiro-Ministro irlandês, Garrett Fitzgerald, visto que a Irlanda detinha a Presidência Rotativa do Conselho da União Europeia. Deste encontro, saiu um documento inédito em termos de processos de adesão, assinado por Fitzgerald e por Soares, o *constat d'accord*. Este memorando declarava que Portugal reunia as condições necessárias para que o seu processo de adesão às Comunidades Europeias fosse concluído, tendo sido a primeira declaração oficial da disposição das Comunidades em acelerar as negociações para a adesão portuguesa (Avillez, 1996).

Apesar disto, o Governo do Bloco Central encontrava-se em erosão interna, devido à falta de entendimento e o constante sentimento de desconfiança mútua entre o PS e o PSD. Os socialistas acusavam Soares de fazer demasiadas cedências à direita e o contrário acontecia com Mota Pinto. Em 1985, após vários encontros, os membros da antiga Comissão Nacional de Apoio à Reeleição do Presidente Eanes reuniram-se e aprovaram a fundação do Partido Renovador Democrático (PRD). Apesar de não ter tido o envolvimento direto de Ramalho Eanes, o partido “eanista” estava lançado e pronto para Ramalho Eanes assumir o controlo quando saísse da Presidência da República.

Ernâni Lopes conseguiu então concluir, de grosso modo, o processo negocial para a integração de Portugal, durante uma ronda de negociações sobre as pastas das pescas, da agricultura, dos assuntos sociais e dos recursos próprios, realizada sob a presidência italiana, onde os contributos do ministro italiano dos Negócios Estrangeiros, Giulio Andreotti, bom como a boa relação entre Soares, o primeiro-ministro italiano Bettino Craxi, o presidente francês Mitterrand e o chanceler alemão Kohl foram fundamentais (Avillez, 1996). O sucesso do programa de resgate financeiro, que no início de 1985 começou a produzir efeitos positivos na recuperação económica do país, foi também crucial para o desenlace positivo das negociações. A discussão parlamentar do tratado de adesão, aberta por Rui Machete e encerrada por Mário Soares, decorreu sem grandes percalços, visto que apenas o PCP se opunha à adesão.

No entanto, tudo mudou quando no Congresso do PSD de 1985, realizado na Figueira da Foz, um grupo de delegados jovens, entre eles, Marcelo Rebelo de Sousa, José Miguel Júdice, Durão Barroso e Pedro Santana Lopes, apresentaram um potencial novo candidato à liderança do partido, Aníbal Cavaco Silva, antigo ministro das Finanças do governo de Sá Carneiro. Ao longo do congresso, foi conseguindo reunir fortes apoios

por defender o fim do bloco central, acreditar nos benefícios da bipolaridade partidária e conseguiu ser eleito presidente do PSD. Cavaco Silva lançou então uma proposta de renegociação do acordo político com o PS e exigiu a negociação de novas medidas a nível laboral e agrícola. As negociações arrastaram-se durante semanas, sem que as partes chegassem a um acordo. A 1 de junho, António Marta, presidente da Comissão para a Integração Europeia, anunciou o término das negociações para a adesão, no entanto, Cavaco Silva afirmava que as compensações não eram satisfatórias, chegando a colocar como possibilidade o adiamento da assinatura do Tratado de Adesão. Isso poderia colocar em causa a entrada em simultâneo com Espanha na CEE.

No início de junho, o PSD informou o PS da sua intenção de romper com a coligação, no entanto, culpabilizou os socialistas junto da opinião pública pela rutura. O colapso da coligação antes da assinatura do tratado de adesão, agendada para 12 de junho, inviabilizaria a possibilidade de Portugal de assumir esse compromisso. Apesar disto, após pressão política de Soares e Ramalho Eanes, Cavaco Silva concordou que os ministros do PSD apenas apresentariam a demissão a 13 de junho, no dia seguinte à assinatura do Tratado de Adesão. Ainda assim, exigiu que um dos signatários do Tratado fosse Rui Machete, algo que não estava inicialmente previsto e que Soares considerou uma injustiça, no entanto, teve de aceitar, retirando António Marta, presidente da Comissão para a Integração Europeia, da cerimónia de assinatura do tratado, visto este estar protocolarmente estava abaixo do Rui Machete (Avillez, 1996).

A cerimónia de adesão decorreu a 12 de junho, após parecer positivo por parte do Conselho e da Comissão Europeia, no claustro do Mosteiro dos Jerónimos, onde discursaram Mário Soares, Bettino Craxi, Giulio Andreotti e Jacques Delors, então presidente da Comissão Europeia. O tratado foi assinado na parte portuguesa por Mário Soares, Rui Machete, Jaime Gama e Ernâni Lopes. A adesão ficou então marcada para o dia 1 de janeiro de 1986. Isto formalizava uma reformulação da identidade e da política externa portuguesa, que se voltava assim novamente para a Europa (Teixeira, 2017).

No dia seguinte, os membros do governo ligados ao PSD apresentaram a demissão e Mário Soares viu-se forçado a apresentar a demissão, após várias tentativas falhadas de formar um novo governo. Após consultar o Conselho de Estado, Ramalho Eanes decidiu dissolver o Parlamento e convocar eleições legislativas, o que adiou o sufrágio presidencial para janeiro de 1986.

Mário Soares decidiu apostar na sua candidatura às presidências, pressionando o PS a aceitar António Almeida Santos, socialista próximo de Soares, como futuro

primeiro-ministro no caso de vitória eleitoral do PS. O resultado das eleições legislativas provocou um abalo na estrutura político-partidária da III República, com o PSD a vencer com cerca de 30% dos votos e o PS teve uma pesada derrota com 20% dos votos. A grande surpresa foi o resultado do partido eanista PRD, com cerca de 18% dos votos. O PRD entrou na competição partidária e, no seu primeiro sufrágio, conseguiu afirmar-se como a terceira força política no parlamento. Cavaco Silva tornou-se então primeiro-ministro do X Governo Constitucional, governo minoritário viabilizado na Assembleia da República pelo PRD e pelo CDS.

Portugal tornou-se então membro de pleno direito da CEE, a 1 de janeiro de 1986. António Cardoso e Cunha foi nomeado para a Comissão Europeia, onde assumiu a pasta dos Assuntos Marítimos e das Pescas, mantendo como Comissário Europeu até 1993. Cavaco Silva apostou numa política económica expansionista com o apoio dos fundos estruturais vindo da CEE, que incentivaram fortemente o crescimento económico. Além disso, Cavaco Silva colocou como prioridade máxima a plena integração europeia do país. O PS entrou num período de reflexão, de mudança de orientação política e de renovação da classe dirigente devido aos erros cometidos nos últimos anos e à perceção negativa junto da opinião pública que a estratégia soarista do bloco central teve.

Juntando-se a Mário Soares e a Freitas do Amaral, Maria de Lurdes Pintasilgo apresentou também a sua candidatura presidencial, na esperança de conseguir o apoio do PRD. No entanto, o partido eanista e o PCP decidiram avançar com Salgado Zenha, membro fundador marginalizado do PS, por não concordar com a visão soarista para o partido. Freitas do Amaral venceu a primeira volta, no entanto, perdeu a segunda volta para Mário Soares por margem mínima, após o PCP decidir apoiar a candidatura de Soares. Mário Soares foi assim eleito Presidente da República, sendo o primeiro civil a ocupar este cargo desde 1928. Para suceder ao Soares como Secretário-Geral, o Congresso do PS elege Vítor Constâncio, antigo membro do Secretariado. Após a sua investidura como Presidente da República, Soares decidiu seguir uma estratégia de coabitação e diálogo com o PSD, reiterando que a sua principal preocupação era assegurar a estabilidade política e a paz social. Iniciou-se então um período de relações institucionais tranquilas entre os dois órgãos de soberania (Avillez, 1997).

Em fevereiro de 1986, o governo de Cavaco Silva assinou o Ato Único Europeu, que reforçava a coesão entre os Estados-Membros e eliminava os obstáculos fronteiriços e calendarizava os últimos passos para a concretização do Mercado Único.

Após sair da Presidência da República, Ramalho Eanes assumiu o comando do PRD e o partido começou a mostrar uma certa inconsistência nas suas atuações. Depois de ter viabilizado o governo minoritário de Cavaco Silva em várias ocasiões, o partido eanista decidiu apresentar no Parlamento uma moção de censura ao executivo. O PS viu-se coagido a votar a favor da moção de censura e o governo de Cavaco Silva caiu. Mário Soares decidiu então dissolver o Parlamento e convocar eleições legislativas.

As eleições legislativas de 1987 deram a primeira maioria absoluta da III República a Cavaco Silva, com 50,2% dos votos. O PS recuperou ligeiramente conquistando 22,3% dos votos. O PRD sofreu uma pesada derrota, perdendo três quartos dos 45 lugares parlamentares que detinha. O PS assumiu novamente o seu papel como principal partido da oposição e como força mobilizadora do centro-esquerda. As eleições legislativas de 1987 coincidiram com as primeiras eleições portuguesas para o Parlamento Europeu. O PS, que contava com Maria de Lurdes Pintasilgo como cabeça de lista, conquistou basicamente a mesma percentagem de votos que nas legislativas, enquanto a votação à direita se dividiu entre o PSD e o CDS, 37,5% e 15,4%, respetivamente.

Após a sua vitória esmagadora, Cavaco Silva avançou rapidamente para a negociação de uma revisão constitucional com o PS, visto ser necessário o apoio de dois terços dos assentos parlamentares para aprovar a revisão. As negociações levaram à assinatura de um acordo político entre o PSD e o PS a 14 de outubro de 1988, com vista à revisão constitucional, a primeira desde a entrada de Portugal na CEE. Poucos dias depois, Vítor Constâncio apresentou a sua demissão de Secretário-Geral do PS, invocando a contínua interferência crítica de Mário Soares nas suas decisões. Jorge Sampaio foi eleito seu sucessor em janeiro de 1989 e anunciou que iria respeitar o acordo firmado pelo seu antecessor, tendo a revisão constitucional sido aprovado a 2 de junho de 1989. Esta revisão constitucional introduziu uma flexibilização e liberalização da economia, eliminou conceitos coletivistas do texto constitucional, reduziu o número de deputados, colocou fim ao princípio da irreversibilidade das nacionalizações realizadas após o 25 de abril e terminou com o monopólio estatal de quase total da comunicação social.

Em 1989, realizaram-se as primeiras eleições para o Parlamento Europeu de Portugal em simultâneo com os restantes Estados-Membros. O PSD voltou a ser o partido mais votado com 32,7% dos votos, mas o PS, que contava com João Cravinho como cabeça-de-lista, registou uma subida considerável, conquistando 28,5% dos votos. Também nesse ano se realizaram eleições autárquicas, onde o PS conseguiu uma grande

vitória, conquistando um maior número de câmaras municipais que o PSD. A mais marcante foi a conquista da Câmara Municipal de Lisboa, numa coligação entre o PS e o PCP com Jorge Sampaio a encabeçar a lista, vencendo Marcelo Rebelo de Sousa, candidato do PSD. Enquanto Jorge Sampaio foi Secretário-Geral, o PS fez uma viragem à esquerda em termos de orientação política, tendo esta coligação com o PCP para a candidatura a Lisboa sido a mais visível manifestação desta orientação.

Mário Soares foi reeleito Presidente da República em janeiro de 1991, vencendo à primeira volta com o resultado histórico de 70,4% dos votos. Nas eleições legislativas de outubro de 1991, o PSD conseguiu atingir uma nova e mais elevada maioria absoluta, com 50,6% dos votos. O PS recuperou ligeiramente, mas manteve-se abaixo dos 30%. Este fracasso eleitoral levou à demissão de Sampaio e António Guterres foi então eleito Secretário-Geral do PS. António Guterres era um tecnocrata de matriz católica, que muito contribuiu para a desmarxização ideológica e para pragmatização política que ocorreu no PS, ao longo da década de 1990.

2.4. Do Tratado de Maastricht até à atualidade

2.4.1. Do Tratado de Maastricht até ao Tratado de Lisboa

Em dezembro de 1991, foi aprovada em Maastricht a minuta para o novo tratado europeu, no entanto, a assinatura do Tratado de Maastricht ocorreu apenas em fevereiro de 1992. Este tratado deu início à União Europeia como hoje a conhecemos, ou seja, um projeto económico e político. Criou os três pilares da política comunitária: o primeiro pilar, referente às Comunidades Europeias (Mercado Interno, Política Agrícola Comum (PAC), entre outras), que era dirigido pelo processo de codecisão, o processo legislativo ordinário, envolvendo a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia; o segundo e terceiro pilar, referentes à Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e à Justiça e Assuntos Internos, respetivamente, estavam subordinados à Cooperação Intergovernamental. O Tratado de Maastricht, além de consagrar a cidadania europeia, abriu caminho para o início da concretização da união monetária, com o estabelecimento dos critérios de Maastricht, critérios de convergência que tinham por objetivo conseguir uma solidez duradoura das finanças públicas e cujo cumprimento levaria os Estados-Membros a ser aceites na moeda única. Os critérios definiam que o défice orçamental que não podia exceder os 3%, a dívida pública tinha de ser inferior a

60% do Produto Interno Bruto (PIB) e as taxas de inflação, câmbio e juro nominal tinham de estar estabilizadas.

No primeiro semestre de 1992, Portugal conduziu a sua primeira Presidência do Conselho da União Europeia, tendo a assinatura do tratado de Maastricht ocorrido já durante a presidência portuguesa. A presidência portuguesa tinha como lema “Rumo à União Europeia” e como prioridades consolidar o Tratado de Maastricht, reforçar as relações com o resto do mundo e perspetivar o alargamento. Além da assinatura do tratado, a presidência portuguesa ficou marcada pela assinatura do Acordo para o Espaço Económico Europeu, no Porto, e pela Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação entre a CEE e o Brasil. O PSD e o PS acordaram que não era necessária a realização de uma consulta popular para a ratificação do Tratado de Maastricht, tendo sido este ratificado na Assembleia da República nos finais de 1992, o que implicou uma nova revisão constitucional, para inserir certas disposições do tratado no ordenamento jurídico português.

O governo de Cavaco Silva, com o apoio do PS, concluiu que Portugal deveria pertencer aos países vanguardistas na adoção da moeda única, tendo aderido também ao mecanismo das taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu (SME), em abril de 1992. No entanto, tal feito constituiria um grande desafio para a economia portuguesa, porque seria necessária uma rápida adaptação da economia e das finanças nacionais aos parâmetros exigidos para a adesão à moeda única.

A ratificação do Tratado de Maastricht, a adesão ao SME e o fim da presidência portuguesa coincidiram com uma alteração da situação económica do país, cada vez mais dependente da economia europeia, com o país a entrar num período de crise económica. Não obstante, o governo continuou empenhado em cumprir os critérios de Maastricht e alterou a sua tónica expansionista e introduziu algumas medidas de redução de despesa pública. Esta decisão inviabilizou a obtenção de um acordo de concertação com os parceiros sociais e agudizou a hostilidade entre o governo e o Presidente da República, Mário Soares, que desde o início do seu segundo mandato tinha assumido uma atitude mais crítica e confrontativa para com o governo de Cavaco Silva.

As eleições autárquicas de 1993 e as eleições europeias de 1994 foram ambas vencidas pelo PS, o que revelou o desgaste do governo de Cavaco Silva devido à crise económica e ao conflito institucional com o Presidente da República e com os parceiros sociais. No entanto, nas eleições europeias, com António Vitorino como cabeça-de-lista, o PS venceu por margem mínima (34,9% em comparação com os 34,4% conquistados

pelo PSD). Em 1993, João de Deus Pinheiro foi nomeado Comissário Europeu, assumindo a pasta da Cultura, Audiovisual, Transparência, Comunicação e Informação até 1995. Repetiu o seu mandato na Comissão Europeia até 1999 com a pasta das relações com África, Caraíbas e países do Pacífico.

Perante o resultado nas eleições, Cavaco Silva reconheceu o seu desgaste e anunciou que não se iria recandidatar às eleições legislativas de 1995 e que iria abandonar a liderança do PSD. Nas eleições legislativas de 1995, o PS liderado por António Guterres venceu com 43,8%, ficando a apenas quatro assentos parlamentares da maioria absoluta. Enquanto isso, o PSD sofreu uma queda acentuada, conquistando cerca de 34% dos votos. Terminava um longo período de estabilidade política dominada pelo cavaquismo, com uma elevada capacidade reformista e de execução, em consequência das maiorias absolutas conquistadas.

Cavaco Silva anunciou então a sua candidatura a Belém, em outubro de 1995, tendo como adversário o candidato socialista Jorge Sampaio, que venceu à primeira volta com quase 54% dos votos, encerrando de vez o período cavaquista. Com esta vitória, os socialistas viram-se numa posição de destaque porque, pela primeira vez na III República, estavam no executivo e na Presidência da República.

António Guterres, após tomar posse como Primeiro-Ministro, iniciou uma reestruturação ideológica do PS, aceitando os princípios da economia de mercado e implementando várias medidas de natureza social, de forma a humanizar o sistema. Além disso, defendeu um forte investimento na cultura e na educação. Este posicionamento era um reflexo do contexto internacional, onde a chamada “Terceira Via” da social-democracia começava a despontar. Relativamente à integração europeia, o PS usou este tema como uma estratégia centrípeta para se aproximar ainda mais do centro do espectro político (Nunes, 2005). Por fim, Guterres iniciou também negociações com o líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, para uma nova revisão constitucional, que viria a ser promulgada em 1997.

Relativamente à integração europeia, Guterres continuou a política de coesão europeia, ou seja, conseguir que Portugal alcançasse o mesmo nível de desenvolvimento que os restantes Estados-Membros. Para tal, Portugal e o governo contavam com um pacote de fundos estruturais, aprovado durante o último mandato de Cavaco Silva, bem com o Quadro Comunitário de Apoio para a concretização de um Plano de Desenvolvimento Regional, o designado Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional (FEDER). António Guterres pretendia que Portugal passasse a estar no pelotão da frente

dos Estados-Membros, em termos de desenvolvimento e qualificação. Em fevereiro de 1998, Portugal foi anunciado como um dos países fundadores da moeda única, o euro, que seria adotada a 1 de janeiro de 1999, juntando-se assim ao grupo formado pela Alemanha, França, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. No entanto, o euro só passou a moeda corrente em 2002.

As eleições europeias de 1999 vieram reforçar o predomínio do PS na cena política, obtendo 43% dos votos com o histórico Mário Soares como cabeça-de-lista. Este aceitou encabeçar a lista com o objetivo de conseguir a presidência do Parlamento Europeu, cargo que não veio a ocupar devido à vitória dos democratas-cristãos, no conjunto da União Europeia. António Vitorino foi escolhido para ingressar na Comissão Europeia, mantendo como Comissário Europeu da Justiça e Assuntos Internos até 2004. Ainda em 1999, realizaram eleições legislativas que deram a vitória novamente a António Guterres com quase 44% dos votos, ficando a apenas um assento parlamentar da maioria absoluta, enquanto o PSD de Durão Barroso conseguiu apenas 32%. A grande surpresa das eleições foi a entrada do Bloco de Esquerda (BE), fundado poucos meses antes, para a Assembleia da República. O novo governo de António Guterres manteve os moldes do anterior e conseguiu a viabilização dos seus Orçamentos de Estado, através de um acordo com o deputado do CDS-PP, Daniel Campelo.

No primeiro semestre de 2000, Portugal assumiu, pela segunda vez, a Presidência do Conselho. Sob o lema “A Europa no limiar do século XXI”, a Presidência Portuguesa deu prioridade a seis dimensões do processo de integração europeia: o alargamento aos países de Leste; a reforma das instituições; a aposta na reforma económica, no emprego e na coesão social; o aprofundamento da política externa e de segurança comum; a instituição da União Europeia como espaço de liberdade, segurança e justiça; e a aposta na saúde pública e na segurança alimentar. As principais conquistas da segunda presidência portuguesa foram a realização da Primeira Cimeira UE-África; o Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros; o início da nova Conferência Intergovernamental que viria a culminar no Tratado de Nice, adotado em dezembro de 2000 e entrou em vigor a partir de 1 de fevereiro de 2003; e a assinatura da Agenda de Lisboa, um plano de desenvolvimento estratégico, aprovado no Conselho Europeu em Lisboa, em março de 2000, com o objetivo de tornar a economia europeia mais competitiva e dinâmica, acompanhada por uma melhoria da qualidade de vida, do emprego e uma maior coesão social. Este documento pretendia também dar uma maior coerência às diversas políticas

europeias e comprometer os Estados-Membros a um processo gradual de aproximação em áreas de competência nacional.

Ao nível interno, Jorge Sampaio venceu sem dificuldades a reeleição à Presidência da República, em janeiro de 2001. No entanto, a balança de pagamentos continuava com acentuados resultados negativos desde 1998, concretizando-se numa perda de competitividade do país. A derrota eleitoral do PS nas autárquicas de outubro de 2001 ajudou a corroer a credibilidade do governo. Na própria noite eleitoral, António Guterres reconheceu a derrota e apresentou a demissão de chefe de governo. Em perspetiva, no período em que governou, Guterres não conseguiu apresentar uma alternativa governativa à estratégia cavaquista de desenvolvimento de infraestruturas. Como tal, Portugal entrou no século XXI com um acentuado défice na qualificação da população ativa, comparativamente à média europeia.

A 1 de janeiro de 2002, a moeda única entrou em circulação fisicamente. De realçar que nesse ano, Portugal não conseguiu cumprir dois dos acima referidos Critérios de Maastricht, ou seja, o défice orçamental português era superior a 3% e a dívida pública portuguesa não era inferior a 60% do PIB.

O PS apresentou-se às eleições legislativas de 2002 com Eduardo Ferro Rodrigues, como Secretário-Geral do PS, e o PSD com José Manuel Durão Barroso. Os eleitores deram a vitória ao PSD com cerca de 40,3% e o PS viu o seu eleitorado diminuir para 37,8%. Com os resultados conquistados pelo PSD e pelo CDS-PP de Paulo Portas (8,7%), os partidos da direita formaram uma coligação pós-eleitoral, de forma a conseguir uma maioria absoluta no parlamento. Após o governo tomar posse, Durão Barroso declarou que o país se encontrava numa grave crise económica e financeira, acusando o PS de ter colocado o país nessa situação. Foi o primeiro governo desde a adesão à UE, que colocou no topo das suas prioridades o combate ao défice e à dívida pública. No entanto, os resultados das políticas foram um pouco dececionantes, visto que o défice e a dívida pública mantiveram a sua tendência crescente. No entanto, importa realçar que outros membros fundadores da moeda única, como a Bélgica ou a Itália, também não cumpriram os requisitos para serem aceites. Além disso, a França e a Alemanha não cumpriram a meta do défice em 2003. Segundo os critérios de Maastricht, quando ocorria incumprimento, os Estados-membros tinham de se sujeitar a um Pacto de Estabilidade e Crescimento, com relatórios regulares enviados a Bruxelas e ajustes económicos, ou seja, flexibilização do mercado laboral e liberalização do mercado de bens e serviços. Nem a

Alemanha nem a França não foram alvo de qualquer Pacto de Estabilidade e Crescimento ou sanção.

O governo de Durão Barroso também ficou marcado pelo apoio incondicional demonstrado pelo executivo à iniciativa norte-americana de invadir o Iraque de Saddam Hussein, na sequência dos ataques do 11 de setembro de 2001, sobre o pretexto do líder iraquiano ter acolhido no seu território membros do grupo terrorista Al-Qaeda e de possuir armas nucleares. O governo português subscreveu a “Carta dos Oito”, com o Reino Unido, a Itália, a Hungria, a Espanha, a Polónia, a República Checa e a Dinamarca, que apoiava a iniciativa norte-americana. Além disso, Durão Barroso foi o anfitrião da Cimeira das Lajes, a 16 de março de 2002, entre George W. Bush, Tony Blair e José María Aznar, onde foi formalmente decidido o ataque ao Iraque, apesar de não ter o apoio do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A imagem interna do executivo não saiu ilesa quando terminada a invasão se veio a constatar que o Iraque não possuía armas nucleares nem alojava membros da Al-Qaeda.

Nos finais de 2002, os países da Europa Central e de Leste (Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria, Estónia, Letónia, Lituânia, Eslovénia, Chipre e Malta) foram aceites enquanto Estados-Membros, com a sua adesão oficial marcada para o dia 1 de maio de 2004. Este alargamento teve um grande impacto em Portugal, em especial, a nível laboral e económico, porque estes países possuíam uma mão-de-obra mais barata e qualificada, tornando-os assim mais competitivos que os trabalhadores portugueses. Além disso, iniciou-se o debate sobre o projeto para a futura Constituição da UE, elaborada pela Convenção sobre o Futuro da Europa, presidida por Giscard d’Estaing, apresentada em julho de 2003. O texto foi assinado sob forma de tratado constitucional europeu em outubro de 2004.

Nas eleições europeias de junho de 2004, o PS contava inicialmente com António Sousa Franco como cabeça-de-lista, no entanto, durante uma ação de campanha em Matosinhos, Sousa Franco sofreu um ataque cardíaco e acabou por falecer. António Costa foi então convidado a ser cabeça-de-lista, conquistando o melhor resultado de sempre do partido, em eleições europeias. O PS conquistou 44,5% dos votos, correspondente a doze eurodeputados, enquanto o PSD, liderado por João de Deus Pinheiro, obteve quase 34% dos votos.

No rescaldo das eleições europeias, Durão Barroso anunciou que tinha aceite o convite para presidir a Comissão Europeia, cargo onde se manteve até 2014, apresentando assim a sua demissão de primeiro-ministro. Jorge Sampaio viu-se perante o dilema de

convocar eleições antecipadas ou de aceitar um novo primeiro-ministro apoiado pela coligação existente. Apesar do PS ter apelado à convocação de novas eleições, Sampaio decidiu indigitar Santana Lopes, entretanto eleito Presidente do PSD, para formar governo. Como forma de protesto, Ferro Rodrigues apresentou a sua demissão de Secretário-Geral do PS. A liderança do PS foi então disputada por três candidatos: José Sócrates, João Soares e Manuel Alegre, tendo o resultado das eleições internas dado a vitória a José Sócrates. Enquanto isto, o governo de Santana Lopes e de Paulo Portas enfrentava muitas dificuldades internas, o que deteriorou a confiança na coligação. Tudo culminou com a dissolução da Assembleia da República e com a convocação de eleições legislativas antecipadas para fevereiro de 2005, por parte de Jorge Sampaio.

Como seria expetável, o PSD e o CDS-PP apresentaram-se às eleições legislativas separadamente e registaram perdas, obtendo apenas 28,8% e 7,2% dos votos, respetivamente. Por sua vez, o PS conquistou a sua primeira maioria absoluta, com 45% dos votos, permitindo aos socialistas formar, pela primeira vez, um governo estável e maioritário. José Sócrates tomou posse como Primeiro-Ministro, a 12 de março de 2005, e anunciou a necessidade de modernizar o país, apresentando como os pilares da ação governativa do executivo, “Conhecimento, inovação e tecnologia”. Sócrates aplicou também algumas medidas de austeridade de forma a cumprir os critérios impostos pela moeda única. Apesar disto, o executivo manteve a aposta em investimento público, através de políticas de grandes obras públicas e projetos ligados aos transportes: construção de um novo aeroporto em Lisboa e construção de uma linha de comboio de alta velocidade de ligação entre Lisboa e Madrid.

Em outubro de 2005, realizaram-se eleições autárquicas, das quais o PS saiu derrotado. A 22 de janeiro de 2006, realizaram-se as eleições presidenciais. Cavaco Silva apresentou-se como candidato e foi imediatamente apoiado pela direita (PSD e CDS-PP). A esquerda, Manuel Alegre apresentou então a sua candidatura, na expectativa de conseguir o apoio dos socialistas. No entanto, Sócrates recusou tal possibilidade e anunciou o apoio do PS, para surpresa geral, à candidatura de Mário Soares. A fragmentação à esquerda que, além de Mário Soares e Manuel Alegre, contava com as candidaturas de Jerónimo de Sousa, Francisco Louçã e António Garcia Pereira, permitiu a Cavaco Silva vencer a eleição à primeira volta com 50,5% dos votos. Manuel Alegre ficou em segundo lugar com 20,7% dos votos e Mário Soares sofreu uma grande derrota, ficando-se pelos 14,3%.

Apesar das duas derrotas eleitorais, José Sócrates descartou a hipótese de demissão e manteve a sua estratégia de modernização do Estado. Iniciou uma reforma da Segurança Social, com vista a manter a sua sustentabilidade a longo prazo, levada a cabo pelo ministro José Vieira da Silva. Além disso, o governo apostou fortemente na requalificação da população ativa com o Programa Novas Oportunidades e no aumento da literacia tecnológica, através da distribuição de computadores e outro material tecnológico pelas escolas e pelos alunos.

A nível europeu, a situação era um pouco mais complexa. A ratificação do Tratado Constitucional de 2004 foi inviabilizada, após ter sido chumbada em referendo pela França e pelos Países Baixos. Para superar esta crise política, os países europeus reuniram-se numa Conferência Intergovernamental, com o objetivo de criar um novo tratado reformador das instituições e que conseguisse responder às necessidades impostas pelo alargamento a Leste e pela moeda única, no entanto, excluindo o teor constitucional do documento.

Será durante a terceira Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia que a Conferência Intergovernamental dará por concluída a redação do documento. A terceira presidência portuguesa ocorreu no segundo semestre de 2007 e tinha como principais prioridades: agilizar a reforma dos Tratados; elaborar a agenda de modernização das economias e das sociedades europeias; e reforçar o papel da Europa no Mundo. Após o término das negociações para o novo tratado, Portugal empreendeu grandes esforços para que a assinatura do novo tratado regulador da União Europeia decorresse ainda durante a presidência portuguesa. O documento ficou por isso designado como Tratado de Lisboa e foi assinado pelos líderes europeus, a 13 de dezembro de 2007, no Mosteiro dos Jerónimos. Além desta grande conquista, a Presidência Portuguesa de 2007 também ficou marcada, por um lado, pela realização da II Cimeira UE-África, de onde saiu uma estratégia conjunta e um plano de ação destinados a assegurar uma realização concreta das novas ambições políticas e de desenvolvimento, a Estratégia de Lisboa; e por outro lado, a realização da I Cimeira UE-Brasil, que permitiu lançar uma parceria estratégica destinada a melhorar as relações bilaterais.

2.4.2. Do Tratado de Lisboa à atualidade

O ano de 2008 marcou o início da crise económica global que teria um impacto muito profundo nos anos seguintes. As recomendações vindas de Bruxelas continuavam a ser no sentido de incrementar o investimento público, na expectativa que expansão económica

amortecesse os efeitos da crise. No entanto, a situação portuguesa agravou-se quando, em finais do 2008, dois bancos portugueses abriram falência: o Banco Português de Negócios (BPN) e o Banco Privado Português (BPP). Ao mesmo tempo, vários casos de suspeita de corrupção envolvendo membros do executivo, em especial, o próprio primeiro-ministro, começaram a minar a popularidade do executivo e a impactar a opinião pública. O primeiro-ministro manteve-se firme no cargo e otimista relativamente à situação económica do país. Apesar do endividamento estar a aumentar e do défice ter atingido um novo teto máximo em 2009, a política económica do governo manteve-se, apoiado pelas recomendações expansionistas da Comissão Europeia.

As eleições europeias de 2009 foram o primeiro aviso ao executivo. O PSD, que contava com Paulo Rangel como cabeça-de-lista, venceu com 31,7% dos votos, enquanto o PS, liderado por Vital Moreira, não foi além dos 26,5%, perdendo assim cinco mandatos comparativamente ao último sufrágio. A grande surpresa foi o resultado alcançado pelo Bloco de Esquerda (BE) (10,7%), o que permitiu ao partido conquistar três assentos no Parlamento Europeu.

As eleições legislativas de 2009 deram novamente a vitória ao PS, no entanto, sem maioria absoluta, obtendo 36,6% dos votos. O PSD, liderado por Manuela Ferreira Leite, recuperou ligeiramente, mas não alcançou os 30% no sufrágio. O CDS-PP conquistou 10,4% dos votos, o BE subiu para 9,8% e a Coligação Democrática Unitária entre o PCP e Partido Ecologista “Os Verdes” - PEV) obteve 7,9%. Apesar destes resultados, José Sócrates formou um governo minoritário, comprometendo-se a dialogar com os restantes partidos para eventuais apoios parlamentares. Enquanto isso, no PSD, Manuela Ferreira Leite apresentou a demissão após a derrota nas legislativas, tendo sido eleito para a suceder Pedro Passos Coelho.

A estratégia governativa do segundo mandato do governo liderado por José Sócrates foi diferente do primeiro mandato, com a substituição do perfil reformador pela ação no combate aos condicionalismos financeiros que começaram, no final de 2009, a anunciar uma crise da dívida pública na zona euro. A situação portuguesa era delicada e tal tornou-se claro quando, em março de 2010, uma das agências internacionais de notação financeira, a agência Fitch, desceu o rating português para um patamar inferior.

Ao longo do mês de março de 2010 e com vista a combater a crise de sobreendividamento de Portugal, o executivo negociou com a Comissão Europeia um “Programa de Estabilidade e Crescimento” (PEC), que previa vários cortes na despesa pública até 2013. Em abril, a Grécia tornou-se no primeiro país da zona euro a solicitar

um resgate financeiro internacional. Perante o perigo de contágio, o primeiro-ministro português foi célere na resposta e afirmou que a situação portuguesa não era comparável à situação grega. Apesar disto, em maio de 2010, o governo português retomou negociações com as instâncias europeias para um reforço do PEC anteriormente aprovado. O PEC II continha um aumento de imposto e da austeridade que não estava previsto no primeiro acordo, mas justificado pelo primeiro-ministro como uma necessidade, na sequência do resgate grego. Sócrates pediu ao líder da oposição, Pedro Passos Coelho, solidariedade e apoio parlamentar na aprovação deste programa.

Ainda antes da aprovação do Orçamento de Estado para 2011, o governo apresentou o PEC III, que continha reduções ainda mais profundas nas despesas, cortes nos salários, congelamento de pensões e aumento de impostos. O PSD viabilizou novamente este programa, abstendo-se na votação no parlamento. Apesar da austeridade aplicada através dos PEC, Portugal revelou-se incapaz de inverter o contágio helénico. As taxas de juros portuguesas nos mercados internacionais encontravam-se em valores muito altos, suscitando dúvidas relativamente à capacidade do país de aguentar esses valores sem entrar em incumprimento. Enquanto Portugal tentava afastar-se da possibilidade de um resgate financeiro, em novembro de 2010, a Irlanda tornou-se o segundo país da zona euro a solicitar ajuda financeira externa, o que fragilizou ainda mais a situação portuguesa (Sousa e Gaspar, 2017).

A 23 de janeiro de 2011, realizaram-se as eleições presidenciais. Cavaco Silva foi reeleito à primeira volta para um segundo mandato com 53,6% dos votos, apesar de a taxa de abstenção ter sido superior a 50%. Em segundo lugar, ficou Manuel Alegre que obteve menos de 20% dos votos, seguido pelo candidato independente Fernando Nobre com quase 15% dos votos. No seu discurso de tomada de posse, Cavaco Silva mostrou-se bastante crítico e contestatário das medidas de austeridade aplicadas pelo governo.

A 23 de março de 2011, foi chumbada pela oposição no parlamento a proposta do PEC IV, que continha medidas de austeridade ainda mais exigentes. José Sócrates apresentou no mesmo dia a demissão de primeiro-ministro a Cavaco Silva, que convocou eleições legislativas antecipadas para 5 de junho. Apesar disso, José Sócrates decidiu manter-se à frente do PS para disputar as eleições legislativas. No entanto, enquanto governo de gestão, Sócrates não conseguiu impedir o resgate. A 6 de abril de 2011, na sequência da queda da notação de Portugal para o nível “lixo”, por parte da agência Fitch, Portugal endereçou à Comissão Europeia um pedido de assistência financeira.

Como país integrante da zona euro, a assistência financeira a Portugal não passou apenas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), mas também pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu. Este trio ficou conhecido como *troika*, que já anteriormente tinha negociado o resgate à Grécia e à Irlanda. No dia 17 de maio de 2011, foi assinado pelo PS, pelo PSD e pelo CDS-PP o Memorando de Entendimento, um plano que impunha um calendário apertado de medidas a executar ao longo de três anos e com implicações em todos aspetos da vida pública. Além disso, a execução do acordo estava sujeita a visitas periódicas por parte da *troika* a Portugal, para fiscalizar e avaliar o seu cumprimento.

As eleições legislativas de 5 de junho de 2011 deram uma pesada derrota ao PS, com apenas 28,1 % votos. A vitória coube ao PSD que obteve quase 40% dos votos. O CDS-PP de Paulo Portas também viu o seu eleitorado aumentar para os 11,7%. Pedro Passos Coelho, que inicialmente tinha excluído um acordo pré-eleitoral com Paulo Portas, aceitou formar uma coligação pós-eleitoral com o CDS-PP, conseguindo assim assegurar a maioria absoluta no parlamento. Após a pesada derrota eleitoral, José Sócrates abandonou a liderança do PS e foi sucedido por António José Seguro.

O executivo chefiado por Passos Coelho afirmou, desde logo, a gravidade da crise económica e financeira em que o país enfrentava e demonstrou a intenção de ir para além daquilo que era exigido pela *troika*. Seguiu-se um forte pacote de medidas de austeridade e o abandono dos grandes projetos de investimento infraestrutural público (Lisi, 2015). Em 2013, além da crise económica e financeira, o governo enfrentou várias greves e manifestações de descontentamento popular em relação às medidas de austeridade. A 1 de julho de 2013, o ministro das finanças Vítor Gaspar apresentou a demissão, justificando-se com a falha no cumprimento dos limites do défice, imposto pelo Memorando de Entendimento. Maria Luísa Albuquerque foi escolhida para suceder a Vítor Gaspar, escolha essa que não foi bem aceite por Paulo Portas. Este pretendia que a sucessão de Gaspar abrisse um novo ciclo político e económico e que não seguisse um caminho de continuidade da austeridade. Como tal, Portas apresentou a demissão de Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, iniciando assim uma crise na coligação. No entanto, a crise política acabou por ser resolvida, com o retorno de Paulo Portas ao executivo, mas desta vez como Vice-Primeiro-Ministro (Sousa & Gaspar, 2017).

Enquanto isto, a oposição começou a receber alguns sinais de esperança. Nas eleições autárquicas de 2013, o PS venceu a maioria dos municípios. Cenário semelhante se registou nas eleições europeias de maio de 2014. A lista do PS, encabeçada por

Francisco Assis, venceu com 31,5% dos votos, enquanto a coligação entre o PSD e o CDS-PP, designada Aliança Portugal e encabeçada por Paulo Rangel, não obteve mais de 27,7%. A lista da coligação PCP/PEV, encabeçada por João Ferreira, elegeu três eurodeputados e o BE viu a sua representação reduzida à cabeça-de-lista, Marisa Matias. No entanto, a surpresa foi a eleição de António Marinho e Pinto pelo Partido da Terra com 7,2%. Para integrar a Comissão Europeia de Jean-Claude Juncker, em setembro de 2014, foi escolhido Carlos Moedas, até então Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, ficando responsável pela pasta da Investigação, Ciência e Inovação até 2019.

Após as eleições europeias, o então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, declarou a sua intenção a candidatar-se a Secretário-Geral do PS, alegando que os resultados obtidos sob a liderança de António José Seguro não eram suficientes. Perante esta intenção pública, Seguro decidiu marcar para dia 28 de setembro de 2014 eleições internas diretas para a escolha do futuro candidato do PS a primeiro-ministro. António Costa ganhou a disputa com uma clara maioria e António José Seguro abandonou o cargo de Secretário-Geral do PS na própria noite eleitoral.

O período estipulado no Memorando de Entendimento para a permanência da *troika* em Portugal terminou a 4 de maio de 2014, com o executivo a declarar que não iria recorrer a nenhum programa cautelar. No entanto, apesar das fortes medidas de austeridade aplicadas ao longo do mandato do executivo de Passos Coelho, os resultados macroeconómicos não eram positivos. O governo não tinha conseguido atingir a meta do défice de 3%, imposto pelas normas europeias e, por isso, estava ainda sobre o Procedimento por Défice Excessivo, ou seja, Portugal continuava em risco de sofrer sanções por parte das instituições europeias. Em 2015, a taxa de crescimento da economia ainda não tinha alcançado os valores registados antes do início da crise económica, apesar da ligeira recuperação registada nos dois anos anteriores; a taxa de desemprego era superior a 12% e a taxa do risco de pobreza mantinha-se superior ao período pré-resgate. Além disso, Portugal sofreu durante os anos da *troika* uma vaga de emigração, com cerca de 600 000 portugueses a saírem do país num período de cinco anos (Ferreira, 2017).

As eleições legislativas de 2015 foram marcadas para dia 4 de outubro e Pedro Passos Coelho (PSD) e Paulo Portas (CDS-PP) apresentaram-se às urnas numa coligação, designada por “Portugal à Frente”. O PS era liderado por António Costa, entretanto eleito Secretário-Geral do partido, a coligação PCP/PEV era liderada por Jerónimo de Sousa e o BE por Catarina Martins. A vitória na noite eleitoral coube à coligação “Portugal à Frente” com 36,86% dos votos, seguida do PS com 32,31% dos votos, o BE afirmou-se

como terceira força política, conquistando 10,19% dos votos e a coligação PCP/PEV obteve 8,25% dos votos.

Apesar desta vitória, o executivo perdeu a maioria absoluta na Assembleia da República, ou seja, os resultados obtidos pela coligação impediam o executivo de governar sem o apoio parlamentar de um dos partidos da oposição, pelo menos em votações de Orçamentos de Estado e Programa de Governo. Não era a primeira vez que a esquerda conquistava mais de 50% dos votos, no entanto, nesses momentos, o PS tinha sempre governado sozinho, contando com o apoio ou a abstenção dos partidos à direita. Isto devia-se ao facto de os partidos à esquerda do PS, o PCP, o PEV e o BE, sempre foram excluídos ou se autoexcluíram do poder executivo.

Seguindo a tradição política da III República, Cavaco Silva indigitou Pedro Passos Coelho a formar governo porque a coligação tinha sido a mais votada nas eleições. O segundo executivo de Passos Coelho tomou assim posse, apoiando-se apenas na coligação pré-eleitoral entre o PSD e o CDS-PP. No entanto, na votação do programa de governo, a oposição votou em bloco contra e o XX Governo Constitucional caiu, apenas 27 dias após a sua tomada de posse. O Presidente da República, impossibilitado de dissolver o parlamento e convocar novas eleições, convidou o segundo partido mais votado, o PS, a formar governo. Para a formação deste executivo e a sua posterior viabilização na Assembleia da República, António Costa assinou Acordos com o BE, com o PCP e com o PEV de apoio parlamentar ao governo. Os acordos assinados continham um conjunto de medidas que o PS se comprometia a aplicar, o que permitiu ao PS formar um governo minoritário, mas com um apoio parlamentar maioritário. Foi a primeira vez na III República que um partido conseguiu formar governo, apesar de não ter vencido as eleições. Esta experiência inédita na democracia portuguesa foi apelidada de “Geringonça”, por parte dos partidos à direita (PSD e CDS-PP).

Existia uma preocupação profunda na viabilidade e na longevidade que este acordo podia oferecer ao país, visto ser a primeira vez que os partidos à esquerda do PS aceitavam fazer parte de uma solução governativa. Desde logo, o ex-primeiro-ministro e agora líder da oposição, Pedro Passos Coelho, mostrou-se muito crítico das políticas do governo da “Geringonça”, que apostava na redução e reversão da austeridade, temendo que tal levasse a uma nova crise financeira. No entanto, os resultados macroeconómicos revelaram o contrário. Em 2016, o défice desceu para o valor mais baixo desde 1974, o que permitiu a saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo e, em 2017, a economia portuguesa registou a maior taxa de crescimento desde 2000. A melhoria dos

resultados macroeconómicos, a subida das intenções de voto do PS nas sondagens e a pesada derrota do PSD nas eleições autárquicas de outubro de 2017 levaram Pedro Passos Coelho a anunciar que não se recandidataria à presidência do PSD. Foi eleito para o suceder o ex-Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio.

A 26 de maio de 2019, realizaram-se eleições europeias. O PS apresentou como cabeça-de-lista Pedro Marques, enquanto o PSD, a coligação PCP/PEV e o BE mantiveram os seus cabeças-de-listas das eleições anteriores, Paulo Rangel, João Ferreira e Marisa Matias, respetivamente. O PS venceu as eleições com 33,38% dos votos, seguido pelo PSD com 21,95%. O BE, a coligação PCP/PEV e o CDS-PP obtiveram 9,8%, 6,9% e 6,2% dos votos, respetivamente. A grande surpresa foi o resultado o Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) que conquistou 5,1% do eleitorado, assegurando um assento no Parlamento Europeu. Para integrar a Comissão Europeia de Ursula von der Leyen, em setembro de 2019, foi escolhida Elisa Ferreira, ficando responsável pela pasta Política de Coesão e Reformas, cargo que mantém atualmente.

Ainda em 2019, realizaram as eleições legislativas, onde o PS saiu vencedor com 36,3% dos votos, confirmando a confiança do eleitorado nas políticas aplicadas por António Costa e pela “Geringonça”. O PSD conquistou 27,8% dos votos, seguido pelo BE e pela coligação PCP/PEV com 9,5% e 6,3%, respetivamente. O CDS-PP viu-se reduzido a quinta força política com 4,2% dos votos, confirmando uma tendência decrescente já apontada nas sondagens. O PAN viu a sua representação parlamentar ser reforçada, conquistando 3,3% do eleitorado. As eleições legislativas de outubro de 2019 marcaram também a entrada de três novos partidos no parlamento: a Iniciativa Liberal, o Livre e o Chega.

A pandemia do novo coronavírus veio alterar o ritmo de crescimento económico, no entanto, desde logo o primeiro-ministro recusou a ideia de novas medidas de austeridade para combater os efeitos da pandemia na economia. Invés disso, aumentou os apoios financeiros às empresas e às famílias. Esta corrente de apoio e de investimento era apoiada pela Comissão Europeia de Ursula von der Leyen, que desenvolveu com os Estados-Membros um plano de recuperação da União Europeia, através da atribuição de fundos e empréstimos para apoiar os Estados-Membros atingidos pela pandemia, no valor de 750 mil milhões de euros, o NextGenerationEU.

É neste contexto pandémico que ocorreu a quarta Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Sob o lema “Tempo de agir: por uma recuperação justa, verde e digital”, a presidência portuguesa tinha como prioridades: promover a

recuperação económica da União Europeia, assegurando a transição verde e digital; concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e reforçar a autonomia de uma Europa aberta ao mundo. Os principais resultados da presidência foram o lançamento da Conferência sobre o Futuro da Europa, a terminar na Presidência Francesa de 2022; a realização da Cimeira Social do Porto, onde foi assinado o Compromisso Social do Porto, entre a Presidência Portuguesa do Conselho da UE, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e parceiros sociais, no sentido consolidar as bases do Pilar Europeu dos Direitos Sociais; o I Encontro de Líderes da UE e da Índia; a aprovação da Lei Europeia do Clima; e o acordo provisório conseguido entre o Conselho e o Parlamento Europeu sobre o reforma da Política Agrícola Comum (PAC) para 2023-2027.

2.5. Notas Conclusivas

Concluindo, desde as eleições legislativas de 1976, o Partido Socialista esteve mais de vinte anos no poder e venceu cinco das oitos eleições europeias realizadas em Portugal, afirmando-se assim como maior força à esquerda no espectro político português e o partido português de referência em matérias europeias, devido às vitórias eleitorais que conquistou. Ao longo do capítulo, foi possível descrever a evolução histórica do Partido Socialista desde a sua formação como partido clandestino até à sua afirmação como um dos dois grandes partidos do sistema político português. É possível compreender, pela sua evolução histórica, o papel do Partido Socialista enquanto motor da integração europeia, na figura de Mário Soares, e a forma como o partido participou nas decisões que direcionaram a integração para o projeto político e económico que é hoje a União Europeia.

Capítulo 3: Análise Programática

Depois do 25 de abril de 1974, o Partido Socialista (PS) participou em todas as eleições disputadas em Portugal, afirmando-se no sistema partidário português e conquistando o estatuto de um dos maiores partidos nacionais. Ao longo da III República, o PS participou em 16 eleições legislativas, das quais venceu oito e formou nove Governos Constitucionais. Desde a adesão de Portugal às Comunidades Europeias em 1986, Portugal participou em oito Eleições ao Parlamento Europeu, tendo o PS vencido cinco sufrágios.

Ao longo do presente capítulo, iremos analisar a evolução do posicionamento do PS em relação aos temas europeus. Para tal, analisaremos as posições socialistas relativamente à integração europeia presentes nas Declarações de Princípios, nos Programas Eleitorais, nos Programas de Governo e nos Manifestos às Eleições Europeias. Como a primeira eleição da III República tomou lugar apenas em 1975, começaremos a análise pelas Declarações de Princípios de 1973 e 1974. Serão analisadas as eleições legislativas por ordem cronológica, analisando os programas de governo do PS e os programas eleitorais das eleições em que saíram derrotados, bem como os Manifestos às Eleições Europeias, iniciando em 1987 e terminando em 2019. O capítulo irá manter a divisão usada na contextualização histórica, no entanto, serão incluídos alguns subcapítulos.

3.1. Da criação do Partido Socialista ao Período de Transição Democrática

Após a fundação do PS em Bad Munstereifel, iniciou-se o processo de elaboração da Declaração de Princípios e o Programa do Partido Socialista, durante o verão de 1973. Como já anteriormente referido, este documento era claramente mais radical, notando-se a influência dos membros do grupo da “Seara Nova”. De realçar que, em 1973, o PS não era um partido legalmente reconhecido em Portugal, devido à política de partido único seguida pelo regime do Estado Novo. Na Declaração de Princípios, o PS assumiu a necessidade da edificação de uma nova sociedade, com instituições que garantissem a democracia e o pluralismo político e ideológico, bem como necessidade de combater o sistema capitalista e a dominação burguesa, a fim de alcançar o socialismo em liberdade. Afirmou-se como um partido radicalmente anticolonialista e que aspirava à legalidade.

No Programa, além de assumir como principal objetivo, a construção de uma sociedade sem classes, o PS apresentou cinco objetivos imediatos que pretendia realizar num futuro próximo: terminar com o regime vigente; melhorar a qualidade e o nível de vida das classes trabalhadores; destruir a organização corporativa do regime e contruir a democracia económica; terminar com Guerra Colonial, reconhecendo o direito à autodeterminação das colónias; e restaurar o prestígio de Portugal no Mundo, através da melhoria das relações diplomáticas com todos os países, com a Organização das Nações Unidas (ONU) e outras organizações internacionais.

O Programa do PS encontrava-se dividido em quatro grandes capítulos, representando as diferentes esferas governativas e de ação. No capítulo dedicado à política externa, o PS defendia que o desarmamento internacional era imprescindível para uma paz duradoura e que a negociação devia ser a principal forma de solução de litígios entre os Estados e condenava a NATO e a política seguida por esta, considerando-a um instrumento de dominação dos EUA. É nesse capítulo que surgia a posição do PS em relação às Comunidades Europeias. O partido assumia que o futuro internacional de Portugal não podia ser pensado sem ter em consideração os países europeus e que o desenvolvimento da Comunidade Europeia deve ser tido em conta, no entanto, considerava que o projeto supranacional europeu e o Mercado Comum precisavam de ser consolidados porque ainda se encontravam alicerçados em fundamentos capitalistas, imperialistas e de espoliação do Terceiro Mundo, que precisavam de ser combatidos. Afirmava ainda ser por esse motivo que a Comunidade Europeia (CE) ainda não se conseguira apresentar como uma entidade distinta ou uma alternativa viável aos EUA. Defendia que a CE, em conjunto com as forças socialistas europeias, deveriam promover o desenvolvimento do Terceiro Mundo, desenvolver uma política social europeia, um conjunto de metas comunitárias de construção de uma Europa Socialista e uma estratégia comum em defesa de todos os trabalhadores e estruturas sindicais, de forma a erguer uma Europa verdadeiramente socialista e democrática. Por fim, afirmava que pretendia construir uma modalidade de integração económica favorável ao desenvolvimento de Portugal, tendo sempre em consideração que “a construção do socialismo em Portugal está indissolúvelmente ligada à evolução do socialismo democrático na Europa” (Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista, 1973, p. 63).

A 25 de abril de 1974, deu-se a Revolução dos Cravos, levada a cabo pelo MFA, derrubando o regime do Estado Novo. Mário Soares e outros dirigentes socialistas deixam o exílio, voltam para Portugal e iniciam o processo de legalização do Partido Socialista e

começam a preparar as Eleições Constituintes, que se viriam a realizar a 25 de abril de 1975. No I Congresso Nacional do PS, realizado em dezembro de 1974, foi aprovada a nova Declaração de Princípios, Programa e Estatutos do Partido Socialista. Este documento apresentava um conjunto mais pormenorizado de medidas a aplicar e mantinha os mesmos eixos do anterior documento. O quarto eixo de ação “Uma Política Internacional ao Serviço da Paz” era reservado à política externa, à política europeia, à cooperação com o Terceiro Mundo, à luta pela paz no mundo, às relações com o Vaticano, com o Brasil e com a luta dos trabalhadores a nível internacional.

Neste programa, o PS apresentava uma posição mais detalhada em relação à política europeia. Reafirmava os princípios defendidos no Programa de 1973 e defendia que Portugal devia participar na construção europeia, nunca deixando de salvaguardar os interesses dos Portugueses, para quem a construção europeia deveria significar uma melhoria da qualidade de vida e não uma exploração por parte dos países mais desenvolvidos. Preconizava a intenção de apresentar a candidatura de Portugal ao Conselho da Europa e de adotar os princípios da Convenção Europeia dos Direitos do Homem e da Carta Social do Conselho da Europa. Como já defendido no Programa de 1973, o PS afirmava que o desarmamento internacional era imprescindível para a paz mundial e defendia ainda a necessidade da edificação de um sistema de segurança coletiva para favorecer a paz na Europa, desde que não interferisse com a soberania dos Estados. Como tal, o PS congratulava a realização da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, que viria a concretizar-se em 1975 na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), da qual Portugal foi membro fundador.

Relativamente às Comunidades Europeias, o PS não ignorava o acordo preferencial de comércio já estabelecido e defendia que o futuro de Portugal era também um futuro europeu, apesar de preconizar que Portugal seria incapaz de competir economicamente com os restantes países europeus. Não se comprometia com um futuro pedido de adesão, afirmando apenas que a evolução das relações entre Portugal e CEE estariam subordinadas “às possibilidades de cada momento, implicando a curto prazo a revisão das condições de ligação no âmbito da assistência financeira e da cooperação tecnológica” (Declaração de Princípios, Programa e Estatutos do Partido Socialista, 1974, p. 62). Colocou, no entanto, como prioridade a negociação com países da comunidade europeia da igualdade de estatutos dos trabalhadores portugueses emigrados com os trabalhadores nacionais desses países.

No dia 25 de abril de 1975, realizaram-se as eleições para a Assembleia Constituinte, responsável por elaborar a futura Constituição da República Portuguesa, tendo o PS conquistado a sua primeira vitória, com 37,87% dos votos. O Programa Eleitoral apresentado pelo PS para as Eleições Constituintes consistia num documento que resumia os principais pontos do Programa de 1974, analisado acima. Nesse Programa Eleitoral, em toda a secção dedicada à política externa, o PS não fez qualquer referência direta às Comunidades Europeias, defendendo apenas que a condução da política externa portuguesa devia ter como principal objetivo a consolidação da democracia, indispensável à abertura de uma via portuguesa para o socialismo. No entanto, este argumento seria mais tarde usado como um dos motivos para o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

3.2. O Partido Socialista e a Consolidação Democrática

A Assembleia Constituinte foi dissolvida a 2 de abril de 1976, após a aprovação da Constituição da República Portuguesa, tendo o documento entrado em vigor no dia 25 de abril de 1976, data em que se realizaram as primeiras eleições legislativas do período democrático. Após a tentativa falhada de golpe de Estado a 25 de novembro de 1975 e o fim do PREC, a ala mais radical do PS perdeu internamente influência, tendo o partido começado a assumir uma posição mais moderada e pró-europeia. A 13 e 14 de março de 1976, Mário Soares mobilizou os líderes socialistas europeus, numa cimeira do Comité de Amizade e Solidariedade com a Democracia e o Socialismo em Portugal, que decorreu no Porto, sob o lema “A Europa Connosco!”. Foi nesta cimeira que o líder socialista confirmou a aposta europeia do partido, reconheceu a vocação de Portugal à adesão, anunciando a ambição de tornar Portugal num membro de pleno direito da Comunidade Europeia, desde que essa opção correspondesse aos verdadeiros interesses nacionais e o eleitorado desse a vitória ao PS nas eleições legislativas.

As eleições legislativas de 1976 deram a vitória aos socialistas, que conquistaram 34,89% dos votos. O PS decide formar um governo minoritário, como havia prometido durante a campanha eleitoral e apresentou o Programa do I Governo Constitucional, cujo debate se desenrolou de 2 a 11 de agosto de 1976. O seu programa de governo estava dividido em sete grandes objetivos ou políticas, conforme as diferentes áreas de governação. Ao longo do programa, o governo liderado por Mário Soares propunha-se a iniciar a convergência económica com a Europa, em praticamente todas as áreas da

economia, exceto na energia, onde o governo defendia que Portugal deveria procurar a autossuficiência.

No capítulo dedicado à política externa, o governo assumiu o objetivo de iniciar o processo de adesão plena de Portugal às Comunidades Europeias, invocando que a vocação europeia de Portugal era indesmentível e irrecusável. O governo afirmava que pretendia tornar o processo de adesão de Portugal à CEE o mais célere possível, no entanto, teria em conta a preparação interna necessária, especialmente os setores económicos, que iriam competir com economias de países mais desenvolvidos. Em relação à negociação com países da comunidade europeia da igualdade de estatutos dos trabalhadores portugueses emigrados, presente no Programa do PS de 1974, o governo afirmou que esse estatuto apenas seria conseguido integralmente com a adesão de Portugal ao Mercado Comum. Segundo as estimativas apresentadas pelo governo, o processo de adesão duraria cerca de três anos, no entanto, este processo iria arrastar-se até 1985. O pedido oficial de adesão de Portugal à CEE ocorreria a 28 de março de 1977, contando com o apoio de todos os partidos com assento parlamentar à exceção do PCP.

Após a queda do I Governo Constitucional, em janeiro de 1978, na sequência do chumbo da moção de confiança ao executivo no parlamento, o PS formou um novo executivo com o CDS, novamente com Mário Soares como Primeiro-Ministro. Logo no início do seu programa, na secção do Enquadramento Político e Pressupostos Políticos, o governo enunciava como uma das grandes linhas de orientação política: a opção europeia, com preservação da identidade e da soberania nacionais, sem que a experiência africana portuguesa seja desvalorizada, no plano internacional. Tal como no programa do I Governo Constitucional, o executivo apostava fortemente em medidas para iniciar o processo de convergência económica com as Comunidades Europeias, em todos os setores de atividade e de produção, a fim de preparar a adesão de Portugal à CEE, sendo a abertura ao exterior e especialização da economia vetores essenciais da vocação económica do país. O executivo alertava que o processo de convergência ia ser difícil e exigente, no entanto, defendia que o processo de adesão de Portugal à CEE iria marcar a vida portuguesa nos anos seguintes, devido ao impacto positivo que a adesão teria na consolidação da democracia em Portugal, na modernização da sociedade e no desenvolvimento do país.

No capítulo dedicado à política externa, o executivo defendia que a opção europeia de Portugal detinha uma especial prioridade, sendo Portugal favorável à harmonização da legislação portuguesa com as normas vigentes na CEE e com a

jurisdição obrigatória do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Relativamente à política de emigração, o governo comprometia-se a estabelecer ou negociar acordos com os países de destino, Estados-Membros da CEE e outros, de forma a melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida dos portugueses emigrados.

Após o líder do CDS, Freitas do Amaral, ter terminado unilateralmente a coligação com o PS, o II Governo Constitucional caiu, após alguns meses de governação. Após três governos de iniciativa presidencial falhados, Ramalho Eanes viu-se forçado a convocar Eleições Intercalares, tal como previsto na Constituição, visto que a I Legislatura só terminava em outubro de 1980. Para as Eleições Intercalares de 1979, o PS apresentou como Programa Eleitoral, uma transposição do documento “Dez Anos para mudar Portugal - Proposta PS para os anos 80”, um programa de ação aprovado no III Congresso Nacional do Partido Socialista, em março de 1979. O Programa Eleitoral procurava ser uma “orientação de um governo para dez meses com os olhos postos numa política para dez anos” (Programa Eleitoral “Mudar em Paz a Vida Portuguesa – Medidas para um Governo PS”, 1979, p. 6).

Pela primeira vez, o PS colocava a tema do processo de adesão, que se encontrava a decorrer, fora do capítulo da política externa, tornando-se assim também num tema de política interna. Isto demonstrava a convicção e o esforço que o PS pretendia empreender para acelerar e concluir o processo de adesão de Portugal à CEE. Neste programa, o tema da adesão à CEE foi colocado no eixo “Ações para um Futuro Europeu, democrático e Socialista”, onde o PS defendia que a entrada de Portugal na CEE seria um dos elementos estratégicos fundamentais para a evolução da sociedade portuguesa. No entanto, mostrava-se ciente das dificuldades do processo de adesão e das negociações, alegando que apenas um Governo PS estaria em condições de relançar as negociações, a nível político, e de se certificar que as consequências económicas e políticas da abertura dos mercados e das fronteiras seriam totalmente salvaguardadas.

Na secção dedicada à questão agrária, o PS defendia a necessidade urgente de modernizar o setor agrícola, de forma a conseguir competir com os restantes países da CEE e a responder aos desafios que seriam colocados com a adesão à CEE e com a aplicação da PAC. Por fim, o PS defendia que a Europa deveria tornar-se num espaço decisivo para consolidar um novo projeto de sociedade internacional, onde fosse possível concretizar, através de um diálogo participado e universalista, “as transformações sociais e económicas indispensáveis à construção de uma verdadeira Europa dos trabalhadores”

(Programa Eleitoral “Mudar em Paz a Vida Portuguesa – Medidas para um Governo PS”, 1979, p. 47).

Em outubro de 1980, realizaram-se novas eleições legislativas, onze meses depois das eleições intercalares. Numa tentativa de combater eleitoralmente a coligação de direita “Aliança Democrática” (AD), o PS formou uma coligação com a União da Esquerda para a Democracia Socialista e com a Ação Social Democrata Independente, a Frente Republicana e Socialista (FRS). Ambos estes partidos eram recentes e com um apoio popular pouco significativo, de tal forma que ambos se dissolveram antes do final de década de 80.

O programa eleitoral apresentava uma organização diferente daquela até então seguida pelo PS. O programa estava dividido em grandes dois eixos: consolidar a democracia e desenvolvimento e satisfação das necessidades dos portugueses. Depois esses eixos subdividiam-se em vários capítulos, desde a revisão constitucional à reforma administrativa, passando pela política externa, pelas políticas setoriais e pela política social e cultural. Outra diferença visível ao longo do programa foi as referências diretas à AD, sempre de tom crítico, negativo e disruptivo para com a coligação em funções.

No capítulo dedicado à política externa, a FRS denunciava a estagnação do processo de adesão de Portugal à CEE, devido a questões negociais em vários setores, como o setor agrícola, e a uma tentativa de compatibilizar a adesão de Espanha com a adesão de Portugal. Isto significava que a adesão oficial seria substancialmente adiada, devido ao atraso no processo de adesão espanhol. A FRS opunha-se à ideia de uma adesão conjunta porque o pedido de adesão português antecedeu o pedido de Espanha, defendendo que as adesões deviam ocorrer separadamente porque apenas assim os interesses nacionais seriam totalmente salvaguardados. Além disso, acusava a AD de não apresentar uma postura mais forte contra o processo de alargamento conjunto.

As críticas à AD mantiveram-se ao longo do programa, com a FRS a acusar a direita de utilizar o processo de adesão à CEE como uma justificação para alterar o sistema económico português e a própria Constituição, dando como exemplo a abertura à iniciativa privada europeia setores que, até então, estavam reservados ao setor público português. Afirmava ainda que a pausa nas negociações imposta pela Comunidade Europeia para realizar uma revisão orçamental e agrícola poderia afetar as reformas já levadas a cabo ao longo de processo de adesão, pelo que se tornava indispensável que Portugal exigisse participar e ser ouvido no debate interno sobre as reformas em causa.

Em seguida, a FRS afirmava a necessidade da defesa dos interesses nacionais e apresentava um conjunto de condições, que iria procurar defender nas negociações, caso fosse eleita, sendo as mais importantes: garantir uma maior transferência efetiva de recursos financeiros para Portugal, garantir uma maior flexibilidade nos mecanismos de utilização dos Fundos Comunitários, garantir um período de transição para a adoção da PAC e o respeito pelo princípio da liberdade de circulação de trabalhadores. Afirmava ainda que um dos pontos fortes de Portugal no processo de integração na CEE era o facto de Portugal poder ajudar no estabelecimento de um verdadeiro diálogo entre os países desenvolvidos e o Terceiro Mundo, devido às boas relações diplomáticas que mantinha com as suas antigas colónias.

3.3. O Partido Socialista e a Entrada na CEE

Após a vitória da AD nas eleições, Sá Carneiro tornou-se primeiro-ministro. Na sequência da sua morte, em 1980, Pinto Balsemão assumiu o cargo de chefe do executivo. No entanto, a desagregação da AD era cada vez mais visível, tornando a governação insustentável. Aproveitando a segunda demissão de Pinto Balsemão, Ramalho Eanes dissolveu o Parlamento e convocou eleições legislativa para abril de 1983. O PS venceu as eleições com 36,11% dos votos, tendo Mário Soares sido indigitado a formar governo. Como Portugal se encontrava num impasse económico, a tentar fechar um acordo de ajuda financeiro com o FMI, e num impasse no processo de integração, era necessária uma plataforma alargada de apoio político. O líder socialista decidiu então formar uma coligação pós-eleitoral com o PSD, dando início ao governo do Bloco Central.

O executivo do Bloco Central assumiu como principal prioridade concretizar a integração de Portugal na CEE, terminando as negociações com as instituições, que já se encontravam numa fase avançada, e finalizar a definição das condições para uma transição harmoniosa. No capítulo dedicado à política externa, o governo admitia lançar uma ofensiva diplomática aos países das Comunidades Europeias, pressionando a tomada de decisão dos governos e das instâncias europeias, a fim de acelerar o processo de adesão. No entanto, alertava também que a diferença no nível de desenvolvimento de Portugal face aos restantes países da CEE estava a ser tido em conta nas negociações e que ia exigir uma redefinição a médio prazo das políticas económicas e sociais. Os temas ainda em aberto no processo de adesão eram a agricultura, as pescas, os assuntos sociais e questões orçamentais. Interessante realçar que, como o governo era constituído pelo PS e pelo PSD, o programa de governo culpabilizava as instituições comunitárias e os

Estados-Membros da CEE pelo atraso no processo de adesão, contrariamente ao que tinha acontecido nos programas eleitorais anteriores, em que o PS culpabilizava o PSD pelos atrasos.

Ao longo do programa, o governo especificou de forma intensiva os setores onde seria necessário analisar o impacto da adesão à CEE, com especial relevo para a agricultura, as florestas e alimentação, as pescas, a marinha marcante, a indústria, o comércio interno e externo, a política de transportes e a política de comunicação. Para todos estes setores, o governo apresentava medidas com o objetivo de os modernizar e de os preparar para a abertura aos mercados dos restantes Estados-Membros. Foi dado especial relevo ao programa de modernização da economia portuguesa, no qual a integração europeia e os fundos estruturais e de coesão eram a base de financiamento do processo de transformação da economia portuguesa. Pela primeira vez, a Integração Europeia tinha uma posição destacada no capítulo referente à Estabilização Financeira e Desenvolvimento Económico. Tornava-se assim claro que o executivo considerava que a adesão seria um catalisador do desenvolvimento sustentado da economia, ou seja, as motivações mais visíveis no programa de governo para a adesão de Portugal à CEE eram de teor económico e financeiro.

O Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias foi assinado a 12 de junho de 1985 e a 1 de janeiro de 1986 Portugal tornou-se formalmente membro da CEE. Dias após a assinatura do tratado de adesão, o novo líder do PSD, Cavaco Silva, anunciou que iria terminar a coligação com o PS e, conseqüentemente, com o governo do Bloco Central. Ramalho Eanes dissolveu então o parlamento e convocou eleições legislativas para outubro de 1985. Como Soares pretendia concorrer às eleições presidenciais de 1986, o PS apresentou-se às eleições com António de Almeida Santos como principal candidato. No entanto, o PSD venceria as eleições e formaria um governo minoritário.

No Programa Eleitoral de 1985, o PS fazia referência direta em todos os capítulos ao processo de adesão de Portugal às Comunidades Europeias e às conseqüências da adesão. À semelhança do que tinha acontecido no programa eleitoral para as legislativas de 1980, o PS apresentou duras críticas ao PSD pela sua ação durante o governo do Bloco Central, referindo diretamente o seu líder Cavaco Silva várias vezes, acusando-o de ter tentado sabotar a adesão de Portugal à CEE. O PS afirmava ser o partido que sempre defendeu a integração de Portugal no espaço europeu e que votar no PS era votar na Europa e no que ela representava. Além disso, apresentava o seu líder, Mário Soares,

como a figura-chave do processo de adesão e como a personalidade portuguesa com mais prestígio junto dos líderes europeus.

Segundo o PS, o seu programa eleitoral podia ser resumido em três objetivos: “cumprir o acordo com a CEE, mobilizar e informar os Portugueses, tirar da integração todas as vantagens que comporta para o nosso País” (Programa Eleitoral *Um Pacto de Progresso para 4 anos de Governo*, 1985, p. 7). Afirmava o seu empenhamento em contribuir para o aprofundamento dos laços de diálogo, solidariedade e convergência política entre os diferentes Estados-membros no sentido de construir uma unidade política europeia; participar no lançamento de novas políticas comuns e no aperfeiçoamento das políticas comuns já existentes; contribuir para uma adequada reforma institucional das Comunidades no sentido de lhes conferir maior eficácia e melhores condições para o desenvolvimento das suas atribuições, através do reforço da independência da Comissão, da simplificação do processo decisório do Conselho e do alargamento das competências do Parlamento Europeu; e participar no projeto da “Europa dos Cidadãos” com a entrada nas Comunidades Europeias em novas dimensões da vida dos cidadãos dos Estados-membros (Programa Eleitoral *Um Pacto de Progresso para 4 anos de Governo*, 1985, pp. 8-9).

O PS apresentou também várias medidas a defender e a aplicar em relação à política social comunitária, ao setor industrial, ao setor agrícola e ao setor das pescas. Devido à forte tradição de emigração de Portugal, o PS referia recorrentemente os emigrantes portugueses nos seus programas, comprometendo-se a assegurar o pleno exercício de liberdade de circulação e de acesso ao emprego, consagrado no Tratado de Roma. Por fim, o PS dava especial destaque às políticas de comércio interno e comércio externo, afirmando que o comércio era um dos setores de atividade que mais sentiria o impacto da adesão, devido à abertura dos mercados e dos circuitos comerciais. Para conseguir entrar em força nesta era de modernização, Portugal teria de apostar num plano de investimentos em portos, estradas e barragens, através da mobilização e aplicação de fundos comunitários.

Após a aprovação de uma moção de censura na Assembleia da República, o Presidente da República Mário Soares dissolveu o parlamento e convocou eleições legislativas. O PS era então liderado por Vítor Constâncio, que não conseguiu impedir que o PSD de Cavaco Silva conquistasse a sua primeira maioria absoluta nas eleições de 1987.

No programa eleitoral, o PS assumia que o seu único propósito junto das Comunidades Europeias era “assegurar a defesa dos interesses nacionais numa Europa que se não reduz à construção de um espaço económico comum, mas visa a aliança plural das culturas e o desenvolvimento de uma sociedade aberta” (Programa Eleitoral *Para uma Portugal moderno e solidário*, 1987, p. 5). Acusava o PSD de submeter a vontade nacional a interesses políticos e de não possuir uma definição de políticas nacionais setoriais, acumulando apenas projetos desconexos de investimento. A CEE encontrava-se no meio de um processo de reestruturação das instituições, de reforma dos setores comunitários e de definição de novas áreas de intervenção e o PS defendia que Portugal deveria ter uma voz ativa no relançamento a construção europeia. Portugal tinha de colocar ênfase na vertente da coesão económica e social, presente no Ato Único Europeu de 1986. O PS afirmava que, apesar de Portugal ser um país pequeno, não podia desperdiçar o seu peso negocial e não podia ter posições ambíguas, era necessário que defendesse a concretização da Coesão Económica e Social.

Apresentava ainda um programa com dez linhas de ação para vencer o desafio europeu, ou seja, mobilizar, modernizar e desenvolver o país. Entre estas linhas de ação estavam a condução de uma Política Nacional de Gestão das Relações Comunitárias, na qual o PS se comprometia a relançar a integração como um grande projeto nacional, a informar os agentes económicos e a população, a coordenar e dinamizar a defesa dos interesses nacionais nos processos comunitários e a pôr as políticas e os fundos estruturais ao serviço de uma estratégia nacional de médio e longo prazo. Acusava o PSD de arrogância e de atuar como se a adesão dissesse apenas respeito ao PSD e não a Portugal, afirmando que o PS iria procurar promover um amplo debate sobre todas as questões de interesse nacional suscitadas pela adesão. Além disso, denunciava oportunidades desperdiçadas de captação de fundos comunitários devido à descoordenação e inoperância do governo em setores fundamentais, como a indústria. Por fim, o PS dava destaque à necessidade de modernizar o setor agrícola. Para tal, Portugal devia participar de forma ativa e competente nas negociações da reforma da PAC em todas as instituições europeias, apresentando e negociando propostas que melhor defendessem os interesses nacionais.

As primeiras eleições europeias em Portugal ocorreram ao mesmo tempo que as eleições legislativas, como tal, a campanha foi extremamente politizada para questões internas. No entanto, alguns temas europeus foram considerados na agenda da campanha eleitoral: o debate em relação ao posicionamento nacionalista vs. europeísta das principais

forças políticas europeias; a preocupação com a uniformização com a legislação eleitoral entre os Estados-membros para as eleições europeias e a abrangência das competências do Parlamento Europeu (Ruel, 2019).

O PS apresentou-se às eleições ao Parlamento Europeu de 1989 com o lema “Vamos Mudar Portugal para Portugal Ganhar na Europa e com a Europa”. No seu manifesto, reafirmava que a opção europeia do PS tinha sido confirmada ao longo do processo de adesão, criticando a governação do PSD por substituir os interesses nacionais por interesses partidários. Acusava ainda a direita de querer que a Comunidade Europeia ficasse reduzida a um grande mercado, onde não havia preocupações com o emprego e com o bem estar dos cidadãos. O PS e os restantes partidos socialistas europeus tinham a visão de uma união europeia onde predominasse a vontade dos cidadãos e as políticas que servissem o seu bem estar.

O PS afirmava que os seus eurodeputados iriam procurar que a realização do Mercado Interno constituísse um instrumento de incremento da qualidade de vida de todos os cidadãos europeus e de desenvolvimento socioeconómico e cultural. O partido defendia também que o Plano de Desenvolvimento Regional deveria estabelecer uma estratégia para todas as regiões do País e que os eurodeputados deviam ter a responsabilidade de fiscalizar a seriedade e transparência da aplicação dos fundos comunitários. Os eurodeputados eleitos pelo PS iriam procurar defender políticas económicas e sociais, que visasse o pleno emprego; defender a antecipação da liberdade de circulação dos trabalhadores portugueses; defender a aprovação da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais, o aumento dos meios financeiros para a educação e a formação profissional; apostar na melhoria dos sistemas de proteção social, melhoria do ambiente e das condições de trabalho, na democratização das empresas e no aprofundamento do diálogo social.

Em termos de políticas sectoriais, o PS defendia a negociação urgente da aplicação do Fundo Social Europeu, a correta aplicação dos fundos comunitários na agricultura, indústria e na realização de objetivos que as populações reconhecessem como prioridades na transformação das suas condições de vida, no quadro regional e local. Por fim, em relação à política externa, o PS defendia que a presença de Portugal na CEE deveria contribuir para a aproximação a África e a América Latina. Em relação à negociação do tratado que viria a ser assinado em 1992, a prioridade do PS era anular o duplo défice democrático existente no plano europeu e no plano nacional, reforçar as capacidades executivas da Comissão Europeia, reforçar os novos quadros de funcionamento do

Conselho e do Tribunal de Justiça e contrabalançar com um reforço das competências do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais.

3.4. Do Tratado de Maastricht até à atualidade

3.4.1. Do Tratado de Maastricht até 2000

Em 1991, realizaram-se eleições legislativas, onde o PSD não só venceu as eleições como manteve a maioria absoluta. O PS iniciava o seu programa eleitoral com uma série de políticas a aplicar para reafirmar Portugal no Mundo: uma política internacional ativa, uma cooperação europeia alargada, uma política para a língua portuguesa e uma política de cooperação. Afirmava que era necessário perceber se o governo tinha aplicado da melhor forma os recursos comunitários que tinha à sua disposição para melhorar as estruturas nacionais e o bem-estar dos portugueses. O PS considerava que era necessário colocar Portugal no núcleo central da União Europeia e da Europa do Futuro. Para concretizar este objetivo ambicioso, o partido apresentava um conjunto de medidas, que podem ser resumidas em dez grandes propostas: terminar com as políticas de clientelas e do Estado-cliente; elaborar e dinamizar um grande projeto nacional de participação comunitária; clarificar e reforçar o apoio à construção europeia; defender o paralelismo da União Económica e Monetária e da União Política; eliminar o défice democrático pela participação e responsabilização a todos os níveis; avançar decididamente a fundamentação e a prática da coesão económica e social; duplicar os apoios estruturais e reorientar os fundos comunitários; fazer progredir uma Europa social em progresso; articular e consolidar uma política externa e de segurança comum; e definir e aplicar uma estratégia flexível de presença e negociação nas instituições comunitárias, bem como dignificar Portugal exercendo a Presidência com elevação nacional e europeia.

O PS defendia que Portugal devia construir um projeto nacional de sentido europeu, de forma a dar coerência e profundidade à participação democrática, económica e social da CEE, destacando ainda a sua posição privilegiada no movimento socialista e social-democrata europeu. Os socialistas apoiavam o avanço da integração europeia, no entanto, exigiam que a reforma dos Tratados e o funcionamento da União Económica e Monetária (UEM) e da União Política fossem compatíveis com os interesses fundamentais de Portugal. Além disso, apoiavam a afirmação da cidadania europeia, no entanto, consideravam que esta deveria estar assente em direitos e deveres fundamentais políticos, económicos, sociais, culturais e ambientais, de forma a construir uma

verdadeira identidade europeia. A nível europeu, o PS defendia que a reforma dos tratados devia aprofundar os equilíbrios interinstitucionais existentes, reconhecer ao Parlamento Europeu um papel mais interventivo no processo legislativo e no controlo das instituições responsáveis pelo funcionamento da UEM. A introdução da UEM devia ser tida em conta na elaboração do plano de Coesão Económica e Social e deveria ser seguida de um reforço significativo dos fundos estruturais e de uma reforma das condições de aplicação e gestão, de forma a conseguir uma convergência real dentro da Comunidade. O PS considerava que era necessário renovar o compromisso comunitário no campo social, no sentido da concretização de uma Europa Social. Defendia ainda a criação de um pilar europeu, em matéria de segurança e defesa, sem que isso diminuísse o papel da NATO e da OSCE.

Em 1994, o PS apresentou-se às eleições europeias, de forma concertada a nível supranacional, sob a bandeira do Partido Socialista Europeu (PES). Defendiam que a Europa devia ser mais do que um mercado, devia ser uma verdadeira comunidade que se comprometesse com as grandes tradições europeias: a democracia parlamentar, os direitos da pessoa e o Estado Social, preservando sempre a diversidade cultural.

Os partidos socialistas e sociais-democratas europeus defendiam que os fundos estruturais e de coesão, previstos no Tratado de Maastricht deveriam ser usados para continuar a apostar no desenvolvimento, na reconversão das regiões industriais tradicionais, na proteção do ambiente, do emprego e dos grupos sociais mais desfavorecidos. Afirmavam que era necessário a construção de um pacto europeu sobre o emprego, criar uma política europeia comum para o ambiente e para os detritos, dar um incentivo à Carta Social Europeia, construir uma Carta do Ambiente da União Europeia e excluir a concorrência desleal no mercado interno.

Afirmavam-se a favor da moeda única, à qual todos os Estados-membros deveriam poder aderir. Além disso, os socialistas europeus também apoiavam a construção de uma política externa e de segurança comum na União Europeia, bem como uma reforma e um reforço do papel das Nações Unidas na gestão das crises e conflitos. Apresentavam-se como defensores do alargamento aos países da Europa Central e de Leste, desde que estes satisfizessem as condições económicas, políticas e sociais necessárias.

Por fim, em relação às instituições e ao processo de decisão, os socialistas europeus defendiam que o Parlamento Europeu deveria ter o direito de iniciativa legislativa, apoiavam a instituição do voto por maioria qualificada no Conselho e que fosse regulamentada a codecisão entre as duas instituições. Além de defender uma maior

participação dos parlamentos nacionais no controlo democrático sobre a política europeia dos Estados-membros, o PES afirmava que iriam defender a aplicação do princípio da subsidiariedade, ou seja, descentralizar o maior número possível de decisões nacionais e regionais, bem como regulamentações e legislação europeia, sempre que fosse necessário.

Em 1995, o PS liderado por António Guterres venceu as eleições legislativas, após o vazio deixado no PSD pela saída de Cavaco Silva. O programa de governo defendia a primazia da cooperação intergovernamental na área da Justiça, no âmbito da União Europeia e o reforço da cooperação europeia no plano da segurança interna. Afirmava que Portugal iria participar no quadro multilateral em que estava inserido e que apoiaria a reformulação dos objetivos e dos instrumentos da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e o aprofundamento da Identidade Europeia de Segurança e Defesa, no âmbito da Conferência Intergovernamental de 1996. O governo considerava que a PESC deveria compatibilizar a dimensão comunitária com as tradições específicas de ordem nacional dos Estados-Membros.

No programa de governo, o PS deu um grande destaque ao Quadro Comunitário de Apoio (QCA) que necessitava de ser reorientado. Os índices de execução dos fundos estavam baixos e o governo considerava que era imperativo reorientar a conceção e a concretização do QCA, de modo a conseguir reduzir o diferencial de desenvolvimento económico e social face aos países da Comunidades.

No capítulo dedicado à UE, o governo anunciava a sua intenção de submeter a consulta popular aspetos concretos do funcionamento e do sentido de evolução da integração europeia, resultantes da revisão do Tratado da União Europeia. A consulta popular nunca se veio a realizar. No quadro da revisão, o governo afirmava que iria procurar assegurar a maximização do poder e da capacidade de influência do Estado português. Além disso, defendia que o alargamento da UE devia incluir não só Chipre e Malta, mas também as novas democracias resultantes do colapso da União Soviética. No quadro da Conferência Intergovernamental de 1996, o governo ia procurar assegurar que qualquer evolução do processo de construção europeia mantivesse uma dimensão de coesão interna, onde fossem criados mecanismos orçamentais de estabilização a nível comunitário, para que a União Europeia assumisse uma dimensão social compatível com o nível de integração alcançado. Além disso, o governo apoiaria um impulso ao conceito da nova cidadania europeia, que envolvesse um empenho contínuo na aplicação do Acordo de Schengen e onde ocorresse um maior e mais eficaz envolvimento dos parlamentos nacionais em questões europeias, em articulação com o Parlamento Europeu.

Por fim, o executivo reafirmava ser indispensável a concretização do objetivo de Portugal participar na UEM e na construção da moeda única, de forma a assegurar a estabilidade do quadro macroeconómico e a melhoria da competitividade.

Em 1999, o programa do segundo governo liderado por António Guterres assumia como principal objetivo ultrapassar no espaço de uma geração o atraso estrutural que ainda separava Portugal dos países mais desenvolvidos da UE. O executivo afirmava que, apesar de ter cumprido o objetivo de ser um dos países fundadores do euro, era necessário continuar a apostar na convergência da economia portuguesa com as economias mais desenvolvidas da UE, através da aposta no crescimento económico, na redução da dívida pública e na redução do défice. Além disso, era necessário integrar Portugal no processo de globalização, com uma forte aposta na internacionalização das empresas e nas ligações multimodais, ferroviárias e rodoviárias com a Europa. O governo reforçava ainda o poder regulador que o Estado exercia na economia de mercado, mas manteve a política de privatizações e de liberalização dos mercados.

A alteração da filosofia da NATO e o papel que a Europa poderia vir a desempenhar nesse contexto levou o executivo a demonstrar interesse em contribuir para a criação de uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD), que se afirmaria como um complemento à PESC. Reiterava que, durante a presidência portuguesa de 2000, Portugal iria procurar apoiar a integração de Malta e de Chipre, apoiar a aproximação da Turquia às instituições da União Europeia e dinamizar um quadro de entendimento entre a UE e o Conselho de Cooperação do Golfo. A presidência portuguesa iria também ser marcada pelo lançamento de uma nova Conferência Intergovernamental, onde Portugal iria continuar a defender uma União alargada com a preservação dos equilíbrios essenciais entre os Estados e as instituições.

Nas eleições europeias de 1999, à semelhança das eleições de 1994, o PS apresentou-se com um programa eleitoral conjunto, a nível europeu, com os restantes partidos socialistas europeus, sob a bandeira do PES. Neste manifesto, o PES comprometia-se a promover a coesão económica e social, concretizar o pacto europeu para o emprego, reforçar o modelo social europeu, garantir o sucesso da introdução da moeda única, completar o Mercado Único, promover uma Europa do conhecimento, criar uma Carta Europeia de Direitos para reforçar os direitos dos cidadãos, realizar negociações sérias e aprofundadas para permitir que o processo de alargamento ocorresse o mais rapidamente possível e prosseguir com uma política externa e de segurança comum ambiciosa.

Além disso, os socialistas europeus defendiam que a reforma da PAC devia ter em consideração um desenvolvimento rural equilibrado e a proteção ambiental, sendo necessário a aplicação de fundos estruturais adaptados por combater as desigualdades regionais e sociais da União Europeia. Por fim, defendiam a reforma das instituições europeias a fim de torná-las mais abertas, democráticas e eficazes, bem como a concretização das reformas prevista pelo Tratado de Amesterdão, relativas à composição da Comissão, aos novos poderes do Parlamento, à ponderação dos votos e à extensão da maioria qualificada.

3.4.2. De 2000 ao Tratado de Lisboa

Após a demissão de António Guterres, o PS liderado por Ferro Rodrigues apresentou-se às eleições legislativas de 2002. Este sufrágio deu a vitória ao PSD de Durão Barroso, que formou uma coligação pós-eleitoral com o CDS-PP para constituir governo. No seu programa eleitoral, o PS assumia a determinação em cumprir os objetivos do Pacto de Estabilidade e Crescimento (2002-2005) e alcançar o défice zero em 2004, através de uma política de redução da despesa. O partido defendia que a UE não podia ser uma mera zona de comércio livre, onde só importasse a liberalização dos mercados e apresentava-se contra a criação de um superestado europeu centralizado. No entanto, era favorável ao alargamento da UE aos países da Europa Central e de Leste, desde que fosse salvaguardada a igualdade entre Estados.

Além disso, o PS defendia a formulação de uma política externa e de segurança comum, num espaço de liberdade, segurança e de justiça, sendo essa política externa indissociável da edificação de uma identidade europeia de Segurança e Defesa. Para tal, e seguindo o caminho iniciado no Conselho de Santa Maria da Feira de 2000, o PS apoiava a constituição de uma força militar europeia que, em articulação com a NATO, pudesse contribuir para a gestão de crises e para a paz mundial. O PS apresentava-se empenhado em colocar como prioridade a adoção pela UE de uma agenda de desenvolvimento sustentável para o século XXI, como acordado nos Conselhos Europeus de Lisboa e Estocolmo.

Por fim, o partido defendia que Portugal devia participar plenamente no debate de natureza constitucional, lançado na Cimeira de Laeken, do qual deveria resultar um tratado constitucional. O PS opunha-se à deriva intergovernamental, que acentuava as desigualdades entre Estados, favorecendo os países de maior dimensão e com maior capacidade económica, preferindo a renovação do método comunitário, baseado no

equilíbrio institucional entre Conselho, Parlamento e Comissão. Apoiava ainda a criação da Convenção sobre o Futuro da Europa, com vista à elaboração de opções a submeter à Conferência Intergovernamental de 2004.

Nas eleições europeias de 2004, o PS apresentou-se com um programa individual, sem articulação direta com os restantes partidos socialistas europeus. Neste manifesto, o partido assumia o compromisso de continuar a trabalhar pela construção da Europa Social, acelerando a aplicação das medidas previstas na Agenda Social da Estratégia de Lisboa de 2000, que afirmava ser uma marca do europeísmo do PS. O partido defendia que a UE devia apostar na segurança e na estabilidade das novas fronteiras externas da UE, na sequência do alargamento à Europa de Leste. Defendia também uma representação unificada da União para os Negócios Estrangeiros e a construção de uma estrutura europeia de Segurança e Defesa, com força militar própria.

Em relação às políticas sectoriais, o PS defendia uma reforma da PAC e dos critérios de atribuição dos apoios comunitários, de forma a atenuar as desigualdades entre produtores. Além disso, afirmava que a sociedade europeia do século XX tinha de conseguir conjugar a UEM com uma união ecológica e sustentável.

Por fim, os socialistas apresentavam seis objetivos estratégicos e um conjunto de medidas a implementar a nível nacional, com o objetivo de aprofundar a presença de Portugal na UE, que iam desde do aumento da coesão interna à competitividade da economia e ao desenvolvimento sustentável, aproveitando desta forma o manifesto eleitoral às eleições europeias para apresentar algumas medidas e posicionamentos, em termos de política interna.

3.4.3. Do Tratado de Lisboa às eleições de 2015

Após a demissão de Durão Barroso para presidir a Comissão Europeia e a queda do governo de Santana Lopes, o PS liderado por José Sócrates venceu as eleições legislativas, conquistando a primeira maioria absoluta parlamentar do partido. O programa de governo mantinha o objetivo de aproximar Portugal do nível de desenvolvimento dos países mais avançados da União Europeia, através da adoção de um amplo conjunto de políticas de coesão social, de modernização, de digitalização e de aposta na Inovação e Desenvolvimento que tornariam o País mais competitivo. Além disso, apresentava três objetivos que norteariam a participação de Portugal na União Europeia: consolidar o aprofundamento do projeto europeu e fortalecer a coesão europeia; aumentar o contributo da União a favor da segurança, da paz e do desenvolvimento; e

assegurar as condições adequadas para a modernização e afirmação de Portugal no mundo contemporâneo. Defendia também a reativação do diálogo euro-atlântico e o reforço das relações da UE com a América Latina e com África.

O executivo assumia como prioridade assegurar a ratificação do Tratado Constitucional, defendendo que essa ratificação devia ser legitimada através de uma consulta popular, reforçando assim a legitimação democrática do processo de construção europeia. Considerava que Portugal tinha de integrar todas as dinâmicas de aprofundamento que o novo Tratado perspetivava, em áreas como a política externa, de segurança e defesa, entre outras.

O Governo iria procurar centrar-se na concretização da Agenda de Lisboa, no sentido de travar a tentativa de desvirtuamento neoliberal que a UE estava a seguir, e de reafirmar a visão estratégica de valorização do modelo social europeu e dos elevados padrões europeus de qualidade ambiental. No entanto, era necessário que as Perspetivas Financeiras 2007-2013 e a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento contribuíssem claramente para tal. Em relação ao último ponto, o executivo considerava que a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento era necessária para não se limitar a garantir os equilíbrios macroeconómicos, mas também que se constituísse também como um instrumento ativo de orientação para uma despesa pública de qualidade. Por fim, o executivo apoiava a iniciativa da Comissão Europeia de lançar uma política europeia dos mares e dos oceanos.

Poucos meses antes das eleições legislativas de 2009, realizaram-se as eleições europeias, às quais o PS se apresentou sobre o mote “As Pessoas Primeiro: um Novo Rumo para a Europa”. No seu manifesto, os socialistas assumiam doze prioridades políticas para a UE, que tocavam em todas as áreas governativas. Além disso, apresentavam um conjunto de medidas que iriam procurar ajudar a implementar nos primeiros 100 dias do mandato.

Como forma de responder à crise económica de 2008 e consequente crise da Zona Euro, o PS defendia que era necessário um novo Plano de Recuperação para Europa e que a UE deveria reforçar os seus recursos financeiros, através de uma revisão orçamental e da introdução de *eurobonds*. Apoiava ainda a criação de um Pacto de Progresso Social e de uma Carta Europeia para os Estágios, de forma a relançar a economia e promover o emprego. Afirmava a necessidade da UE de efetivar a igualdade de género, liderar o combate às alterações climáticas, concretizar uma Política Energética Comum e adotar uma Diretiva de Clima com o objetivo de reduzir as emissões em 30%. Além disso, o PS

considerava necessário aplicar uma Estratégia Marítima Integrada Europeia, reorientar a PAC e a Política Comum de Pescas e definir uma nova Estratégia para as Regiões Ultraperiféricas.

Os socialistas portugueses defendiam que a UE deveria assumir as suas responsabilidades no mundo, apoiando a capacitação civil e militar da UE para intervir em defesa da paz e da segurança humana. A adoção de uma política de imigração eficaz e justa era imperativa, bem como o desenvolvimento de um Sistema Europeu Comum de Asilo. Por fim, os socialistas afirmavam ser necessário melhorar a arquitetura institucional da UE, criticando a existência de direito de veto no Conselho e apelavam à rápida ratificação e entrada em vigor do Tratado de Lisboa, onde estava previsto, entre outras alterações, o alargamento das decisões por maioria qualificada a novas áreas no Conselho e a criação de um Alto-Representante para os Negócios Estrangeiros.

O PS venceu novamente as eleições legislativas de 2009, mas perdeu a maioria absoluta, formando assim um governo minoritário. No seu programa, o governo propunha-se a assegurar a posição de Portugal entre os líderes europeus em matéria de energias renováveis e de combate às alterações climáticas e pretendia afirmar os portos nacionais como porta atlântica da Europa. Segundo o executivo, a prioridade era ultrapassar a crise económica e financeira mundial e atenuar os seus efeitos, através da promoção de medidas que fomentassem o emprego e o crescimento. Reafirmava também o empenhamento de Portugal no desenvolvimento da PESC e na construção da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), prevista pelo Tratado de Lisboa, defendendo ainda o aprofundamento de ambas as políticas. Por fim, o PS preconizava o seu apoio ao processo de alargamento em curso e ao desenvolvimento de uma política marítima integrada para a União, cuja base havia sido lançada durante a Presidência Portuguesa da União Europeia de 2007.

Após a demissão de José Sócrates e o pedido de ajuda externa, o PS perdeu as eleições legislativas de 2011 contra o PSD de Pedro Passos Coelho, que formou um governo maioritário com o CDS-PP de Paulo Portas. Devido à grave situação económica e financeira em que Portugal se encontrava, o programa eleitoral do PS era muito focado em questões económicas. Iniciava com um balanço dos anos de governo de José Sócrates, realçando as conquistas diplomáticas e económicas antes da crise e culpabilizando a oposição pelo pedido de ajuda externa e consequente queda do governo, após o PEC IV ter sido chumbado no parlamento.

O PS afirmava-se como um partido de centro-esquerda moderno e europeu que pretendia participar plenamente na defesa da moeda única e do projeto europeu, defender o aprofundamento de uma Europa competitiva e solidária, bem como participar ativamente no processo de implementação do Tratado de Lisboa. O PS notava que a crise económica e a crise da dívida soberana evidenciaram as fragilidades de uma união monetária sem união económica. Como tal, era necessário dotar a UE de mecanismos eficazes de estabilização financeira, reforçar a coordenação das políticas económicas e orçamentais entre os Estados-Membros e defender uma maior convergência no crescimento económico e nas políticas sociais e ambientais, a fim de garantir a sustentabilidade da zona euro a longo prazo. O PS preconizava ainda que o reforço não devia ser visto como uma perda das soberanias, mas como um aprofundamento necessário e desejado da integração económica na zona euro.

O PS apresentou-se às eleições europeias de 2014 com uma orientação de combate à austeridade bastante vinculada e definida. O seu manifesto defendia um corte total com as políticas de austeridade até então definidas pela Comissão Europeia e Banco Central Europeu e aplicadas pelos governos dos Estados-Membros, Portugal incluído. Argumentava que era necessário investir no emprego, na educação e na formação, apostar numa economia dinâmica e competitiva, defender finanças públicas sustentáveis e valorizar o Modelo Social Europeu.

Em termos de medidas e posicionamentos concretos, o PS defendia a criação de uma Política Europeia de combate ao desemprego, a integração da Agenda de Crescimento e Emprego no Tratado Orçamental Europeu, a implementação do programa europeu Garantia Jovem, a instalação do Banco de Fomento, a implementação plena da União Bancária, a emissão de *eurobonds*, a implementação de uma Política Europeia de Combate à Evasão Fiscal, a simplificação da aplicação do princípio de subsidiariedade na área da agricultura, a necessidade de capacitar a zona euro com receitas próprias e a aposta no papel central de Portugal em relação às políticas do Mar, visto ser o país com a maior Zona Económica Exclusiva (ZEE).

Por fim, os socialistas reafirmavam a necessidade de maior transparência e legitimidade democrática na União Europeia. Para tal, propunham a eleição direta do Presidente da Comissão Europeia e do seu programa político, o reforço das políticas de igualdade de género e direitos humanos, bem como o reforço da transparência nas decisões e nos gastos oficiais da UE. Em termos de segurança e defesa, defendiam a integração progressiva das políticas dos Estados-Membros no quadro da PESC e da

Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), de forma a favorecer uma partilha de recursos e uma gestão conjunta. No entanto, o PS já não defendia a criação de um exército europeu, como anteriormente tinha feito.

Nas eleições legislativas de 2015, PSD e CDS-PP formaram uma coligação pré-eleitoral e venceram o sufrágio, no entanto, perderam a maioria parlamentar. Apesar disto, Cavaco Silva indigitou Passos Coelho a formar governo. No programa eleitoral, o PS rejeitava a política de austeridade seguida pelo governo, comprometendo-se a respeitar o compromisso nacional com a Zona Euro e com as regras da UEM. A rutura que o PS propunha não era com o euro ou com a UEM, mas sim com a política de austeridade. Afirmava que a participação na UEM e na moeda única representam uma enorme vantagem e que Portugal devia ser mais ativo e empenhado nas instituições europeias, defendendo os interesses nacionais, mas contribuindo para uma mudança a nível europeu em favor do investimento e do emprego.

Para o PS, a Europa e a Zona Euro eram o espaço de referência de Portugal porque eram dentro da Europa e com a Europa que os desafios deveriam ser vencidos. Defendia que, apesar do programa de compra de dívida soberana do Banco Central Europeu (BCE), das novas regras de interpretação dos programas de estabilidade e do plano Juncker de investimentos, era necessário ir mais além na promoção da convergência europeia, favorecendo assim a recuperação económica de toda a União.

3.4.4. Da Geringonça à atualidade

Após a queda do governo da coligação à direita, na sequência da moção de censura apresentada pela oposição, o PS iniciou negociações com os restantes partidos da oposição para assegurar um apoio parlamentar maioritário ao governo socialista. As negociações tinham como principal foco questões económicas e sociais, tendo as questões europeias ficado fora das negociações. Como tal, as posições defendidas em matéria europeia no programa eleitoral do PS para as eleições legislativas de 2015 foram transpostas na íntegra para o programa de governo.

No seu programa, o governo afirmava que a UE tinha feito um esforço para reforçar os instrumentos da política europeia, mas sempre demasiado tarde e de modo incompleto porque uma das causas estruturais da crise estava no facto de a união monetária não ter sido acompanhada por um reforço da coesão, o que acentuou ainda mais as divergências económicas e os efeitos assimétricos no seio da Zona Euro. Reforçava

também que Portugal devia fazer uma melhor e mais eficiente aplicação dos fundos comunitários, desde os recursos do FEDER até à PAC e às pescas.

O executivo socialista defendia uma leitura mais inteligente da disciplina orçamental, o reequilíbrio da governação económica, a consolidação de uma nova ambição para a Política Monetária, a garantia de condições equitativas no contexto da UEM, a concretização da União Digital e da União Energética, a melhoria da qualidade da democracia na UE e a participação europeia na governação da globalização financeira e na promoção do investimento. Afirmava ainda que devia ser dada prioridade à redução dos desequilíbrios económicos e sociais, à harmonização fiscal e social e que os instrumentos de governação económica, como o Semestre Europeu, deviam ser aprofundados, reequilibrados e sujeitos a um maior escrutínio democrático por parte do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais. Além disso, o governo argumentava que a UE precisava de investimento para acelerar a sua transição para uma economia mais verde, inteligente e inclusiva, que viria a ser um dos lemas da Presidência Portuguesa do Conselho da UE de 2021.

O governo preconizava que as decisões na Zona Euro deviam ser adotadas no quadro dos principais órgãos da UE: Comissão Europeia, Conselho e Parlamento Europeu. Importava também consolidar o BCE como o garante da estabilidade monetária, mas também como financiador de último recurso na Europa. Apesar da leitura mais flexível do disposto no Pacto de Estabilidade e Crescimento ser uma realidade, o governo considerava que era necessário aprofundar essa flexibilidade e disponibilizar mais recursos ao Fundo Europeu de Investimento Estratégico (FEIE), de modo a auxiliar os Estados-Membros mais afetados pela crise e pelas políticas da *troika*.

O executivo do PS argumentava que era necessário avançar com a União Bancária e que a UEM necessitava de dotar a moeda única de capacidade orçamental própria, de forma a reconquistar a confiança dos cidadãos no modelo social europeu e na democracia na UE. Por fim, o governo apresentava o programa “Novo Impulso para a Convergência na Europa”, que tinha por objetivo identificar e ultrapassar um conjunto de bloqueios à competitividade das economias europeias, terminando com a ideia que reformas estruturais implicavam reduções dos direitos laborais, cortes e privatizações e introduzindo mecanismos inovadores de apoio e monitorização de programas de reforma. O financiamento do programa deveria passar por fundos estruturais, pelo Fundo Europeu de Investimento e pelo recurso a outros mecanismos de financiamento disponíveis através do Banco Europeu de Investimentos e do Mecanismo Europeu de Estabilidade.

Nas eleições europeias de 2019, o PS propunha no seu manifesto eleitoral um Novo Contrato Social para a Europa, que estava assente numa Nova Agenda Social, numa Nova Agenda de Crescimento e Emprego e numa Nova Agenda de Inovação e Sustentabilidade. Em termos de políticas sociais, o PS defendia o reforço do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a criação de mecanismos de promoção da educação, da saúde e de combate à pobreza, o reforço do programa europeu Garantia Jovem, a criação do programa Garantia Criança, a criação de um Plano Europeu de Políticas de Habitação e a promoção da justiça fiscal à escala europeia. No campo económico, os socialistas preconizavam a necessidade de desenvolver uma política orçamental europeia mais favorável ao crescimento, de completar a União Económica e Monetária e a União Bancária, dar capacidade orçamental própria à Zona Euro, reformar o Mecanismo Europeu de Estabilidade, operacionalizar o Fundo Único de Resolução bancária, criar o Esquema Europeu de Garantias de Depósitos e aprofundar a União de Mercados de Capitais.

No capítulo dedicado à inovação e sustentabilidade, o PS defendia a implementação do Fundo Europeu de Transição Ambiental, a criação de uma estratégia de investimento na investigação e na revolução digital, bem como o desenvolvimento de medidas e políticas ambiciosas para combater as alterações climáticas. Em relação à política externa, o PS reconhecia a necessidade de uma resposta solidária à crise dos refugiados, de uma política integrada para as migrações, de um reforço da cooperação entre os Estados no combate ao terrorismo, de uma estratégia de cooperação com África e do reforço de investimento e de cooperação entre Estados-Membros para fortalecer a política de segurança e defesa europeia.

Após a vitória do PS nas eleições legislativas de 2019 e as negociações para conseguir o apoio parlamentar à esquerda, o governo tomou posse. No seu programa, o governo defendia que, em termos de fundos estruturais, existiam três grandes desafios a enfrentar: em primeiro lugar, encerrar o ciclo de programação com pleno aproveitamento dos recursos disponíveis; em segundo lugar, promover uma transição suave entre o Portugal 2020 e o novo ciclo de programação; por fim, em terceiro lugar, preparar atempadamente a implementação do novo ciclo de programação dos fundos europeus.

O governo defendia que Portugal devia participar ativamente na construção europeia, promovendo uma agenda progressista, defendendo os valores europeus e o Estado de Direito, desenvolvendo a convergência económica e social e reforçando o papel da Europa no Mundo. O executivo argumentava que era necessário completar a UEM,

concluindo a União Bancária e fazendo do Instrumento Orçamental para a Convergência e a Competitividade o embrião de um verdadeiro orçamento da Zona Euro. Além disso, era imperativo implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, investir num contrato social para a Europa, contribuir para o desenvolvimento de respostas comuns a desafios como as migrações, as alterações climáticas, a transição digital, a defesa do Estado de Direito e a luta contra os populismos e os nacionalismos xenófobos. Por fim, o governo mostrava-se empenhado em preparar e realizar a Presidência Portuguesa do Conselho da UE, tendo como prioridades a Europa Social, o Pacto para a Europa Verde, a transição digital e as relações entre a UE e a África.

3.5. Notas Conclusivas

Após a análise dos vários programas de governo, programas eleitorais e manifestos às europeias, é possível perceber que o posicionamento do PS em relação à integração europeia sofreu algumas oscilações ao longo do tempo. É perceptível um posicionamento algo eurocético no período entre o pré-25 de abril e ao golpe fracassado do 25 de novembro de 1975. Posteriormente, com o impulso de Mário Soares e da Internacional Socialista, o PS assumiu-se como o partido da Europa e da integração europeia, apoiando (quase) sempre os vários passos de aprofundamento da integração e de alargamento da União Europeia. Exemplo disso, é o facto de o PS ter defendido a criação de um exército europeu e a ratificação do Tratado Constitucional. Apesar disto, é de notar que o PS apresentava sempre posições mais críticas quando se encontrava na oposição, criticando, por um lado, os adversários políticos de não salvaguardarem na totalidade os interesses nacionais e, por outro lado, as instituições europeias por não aprofundarem as políticas às quais o PS era afeto e por prosseguir políticas mais liberais. O momento onde é mais visível o choque de ideias com a UE é no período da troika, no entanto, o PS reafirmava que o seu descontentamento não era com a UE enquanto projeto, mas sim com as políticas neoliberais e de austeridade que eram seguidas pelas instituições europeias.

Capítulo 4: Análise Comparativa

A anterior análise dos programas eleitorais, dos programas de governo e dos manifestos às eleições europeias possibilitou mapear e acompanhar a evolução do posicionamento do PS em relação às matérias europeias. No entanto, como a social-democracia na Europa é caracterizada por uma certa heterogeneidade de tipologias de ideologias, variando entre a social-democracia nórdica ao socialismo da Europa do Sul, como analisado na contextualização teórica, é imperativo comparar a evolução dos posicionamentos do PS com os restantes partidos “irmãos” europeus. Além de comparar e analisar a evolução em relação às questões europeias, o objetivo deste capítulo é perceber quão profundas foram as clivagens de posicionamentos entre os partidos socialistas e sociais-democratas europeus em momentos-chave da história da integração. Para tal, iremos analisar e comparar os posicionamentos de três partidos socialistas ou sociais-democratas europeus: o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) devido à sua longevidade e a forte ligação que um dos seus líderes, Willy Brandt, manteve com o PS durante a transição democrática e o período de adesão de Portugal à CEE; o Partido Social-Democrata Sueco (SAP) devido à sua longevidade, à sua preponderância no sistema política sueco, à sua estabilidade governativa no executivo sueco e também à forte ligação que une o SAP ao PS; por fim, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) devido à sua proximidade geográfica e histórica com Portugal e com o PS. Como a adesão de Portugal à CEE ocorreu em 1986, apenas momentos-chave posteriores a esta data serão considerados nesta análise comparativa. Além da posição inicial dos partidos em relação à integração europeia e à própria adesão dos seus países, será analisada os posicionamentos destes partidos em relação à ratificação do Tratado de Maastricht, à introdução da moeda única, à ratificação do Tratado Constitucional de 2004 e à crise da zona euro.

4.1. Partido Social-Democrata Alemão (SPD)

O Partido Social-Democrata Alemão (SPD) é o partido político mais antigo da Alemanha, o segundo maior em termos de militância e um dos mais antigos partidos sociais-democratas da Europa. Foi fundado em 1875, mas apenas assumiu a denominação de SPD em 1890. Em 1919, o SPD foi um dos partidos fundadores da República de Weimar, tendo o líder social-democrata Friedrich Ebert sido eleito como o primeiro Presidente alemão. Ao longo da década de 1920, o partido sofreu um forte declínio na sua militância devido à concorrência do Partido Comunista e foi ilegalizado pelos Nazis em 1933. Os seus

dirigentes foram então forçados a exilar e foi no exílio, mais propriamente em cidades como Paris, Praga e Londres, que o partido procurou reconstruir-se. Com o fim da II Guerra Mundial e a divisão da Alemanha pelas potências vencedoras, o SPD foi oficialmente reativado na parte ocidental da Alemanha, que viria a tornar-se na República Federal Alemã (RFA). Os sociais-democratas da parte oriental da Alemanha, que se transformaria na República Democrática Alemã (RDA), foram forçados a aderir ao partido único. Isso mudou em 1989, durante o período final do regime soviético, quando um grupo de dissidentes refundou o SPD na RDA.

O SPD manteve-se na oposição desde 1949, data das primeiras eleições na RFA, até 1966, data em que o chanceler Kurt George Kiesinger dos Democratas Cristãos Alemães – a União Demócrata-Cristã Alemã (CDU) convidou o SPD a formar a primeira coligação central do período pós-II Guerra Mundial. Em 1959, o SPD adotou o programa de Bad Godesberg, onde o partido aceitou a economia de mercado, o que marcou um momento de viragem ideológico para o partido e para a social-democracia europeia. Willy Brandt tornou-se o primeiro chanceler social-democrata do pós-guerra em 1969, em coligação com os Liberais. Em 1974, o social-democrata Helmut Schmidt tornou-se chanceler, mantendo a coligação com os Liberais até 1982. Estes foram os únicos chanceleres sociais-democratas que a RFA teve antes da queda do Muro de Berlim. Em 1982, com o início do mandato de Kohl, iniciou-se um período em que o SPD se viu confirmado à oposição, período esse que durou até 1998.

O SPD voltou ao executivo em 1998, sob o comando de Gerhard Schröder, em coligação com os Verdes. Schröder manteve-se no poder até 2005 e implementou a vertente alemã da “Terceira Via”, a *Neue Mitte*, através da qual realizou uma série de reformas, compiladas no projeto Agenda 2010, que levaram a uma liberalização do mercado laboral e do sistema de benefícios sociais e de pensões, projeto esse que se revelou muito controverso e que minou a confiança política do partido junto do seu eleitorado (Crespy, 2013; Sloam & Hertner, 2012). Em 2005, a CDU venceu as eleições, mas a chanceler Angela Merkel convidou o SPD para formar coligação, opção governativa que se repetiu várias vezes até aos dias de hoje, o que permitiu ao SPD manter-se no poder, mesmo com o declínio eleitoral que tem sofrido desde 1998 (Tabela 2). Em 2021, após 16 anos de governo de Angela Merkel, a SPD venceu novamente as eleições, permitindo assim que Olaf Scholz se tornasse o quarto chanceler social-democrata do período pós-II Guerra Mundial.

Eleições Federais Alemãs	Percentagem obtida pelo SPD
1990	33,5%
1994	36,4%
1998	40,9%
2002	38,5%
2005	34,2%
2009	23%
2013	25,7%
2017	20,5%
2021	25,7%

Tabela 2: Percentagem de votos obtida pelo SPD nas Eleições Federais Alemãs.

Fonte: <https://www.bundeswahlleiter.de/en/index.html>

Em relação às eleições para o Parlamento Europeu (Tabela 3), o SPD participou em nove sufrágios, tendo vencido três deles, sendo que apenas uma dessas vitórias foi conseguida após a Queda do Muro de Berlim. A tendência de declínio eleitoral também foi registada nas eleições europeias, onde o SPD não regista nenhuma vitória no século XXI. De realçar a grande derrota eleitoral em 2019, onde o SPD conquistou apenas 15,8% dos votos, não indo além de um terceiro lugar, atrás da CDU e dos Verdes. Comparativamente, nas primeiras eleições diretas para o Parlamento Europeu em 1979, o SPD conquistou mais de 40% dos votos.

Em relação ao processo de integração europeia, o posicionamento inicial do SPD era algo reticente. Kurt Schumacher, que dominou a liderança social-democrata até à sua morte em 1952, considerava que era necessário um bloco político-económico ocidental para contrabalançar o bloco soviético, no entanto, não apoiava os planos e os projetos feitos para construir uma Europa unida, como por exemplo, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, a Comunidade Europeia de Defesa, entre outros (Wolkenstein, 2020). Parte desta posição devia-se ao facto de o SPD estar na oposição e apresentar posições àquelas estrategicamente opostas adotadas pelo chanceler Adenauer. Após a morte de Schumacher em 1952, o SPD moderou a sua estratégia para uma posição mais favorável ao processo de integração, muito devido à intensificação de contactos e encontros com os restantes partidos sociais-democratas europeus, o que fortaleceu a ligação e a relação do SPD com o projeto europeu (Imlay, 2017). Depois desta hesitação inicial, o compromisso com o processo de integração europeia tem sido quase consensual no SPD e na elite

política alemã, por ser visto como essencial para a defesa dos interesses nacionais (Crespy, 2013).

Eleições Europeias	Percentagem obtida pelo SPD
1979	40,8%
1984	37,4%
1989	37,3%
1994	32,2%
1999	30,7%
2004	21,5%
2009	20,8%
2014	27,3%
2019	15,8%

Tabela 3: Percentagem de votos obtida pelo SPD nas Eleições Europeias.

Fonte: <https://www.bundeswahlleiter.de/en/bundeswahlleiter.html>

4.2. Partido Social-Democrata Sueco (SAP)

O Partido Social-Democrata Sueco (SAP) foi fundado em 1889 e é um dos partidos sociais-democratas mais antigos e mais bem-sucedidos da Europa. Alguns anos após a sua criação, o partido associou-se a Confederação Nacional de Sindicatos (LO), estando até à atualidade estreitamente ligados em termos de estrutura organizacional e de financiamento. Ao contrário da versão ortodoxa de socialismo, a liderança do SAP considerava que o Estado devia ser visto como um aliado e que a melhor forma de alcançar o poder para conseguir implementar o seu programa era por meios parlamentares (Ahn, 1996). Este novo modelo reformador de socialismo levou o SAP ao poder em 1917, em coligação com os Liberais, o que não foi consensual dentro do partido. Durante as duas décadas seguintes, o partido começou a afirmar o seu domínio no sistema político-partidário e no modo de vida suecos, criando fortes ligações entre a social-democracia arquitetada pelo SAP e a sociedade civil. Durante grande parte do século XX, o SAP dominou a cena política sueca, graças a uma conjugação de reformas estruturais para tornar a sociedade mais igualitária e a uma sucessão de lideranças carismáticas que permitiram a concretização dessas reformas. Os líderes sociais-democratas construíram a ideia de que o país era como uma casa (“folkhem”), onde o sofrimento e a miséria de um afeta todos e, como tal, era necessário um esforço coletivo para assegurar o bem-estar

geral (Tsarouhas, 2013). O sucesso destas reformas e dos resultados eleitorais levou a que o modelo social-democrata a seguir fosse lentamente transferido do modelo alemão para o sueco (Meyer & Rutherford, 2012).

Após a Segunda Guerra Mundial e durante a primeira parte da segunda metade do século XX, o SAP conseguiu manter o seu domínio político com o apoio do LO e através das boas relações que mantinham com os meios de produção. No entanto, a crise dos anos 70, fruto do choque petrolífero, atingiu fortemente a economia sueca e a retórica social-democrata perdeu relevância. O SAP viu-se assim afastado do poder, após perder as eleições em 1976, no entanto, as suas políticas continuaram a ser seguidas pelo governo de coligação de centro-direita (Tsarouhas, 2013; Arter, 1999). Quando regressou ao poder, em 1982, o partido lançou um novo programa económico, onde apostava na redução do défice e em políticas de privatização que equilibrassem o setor público e o setor privado (Tsarouhas, 2013). À exceção de um interregno no início da década de 90, o SAP manteve-se no poder até 2006, sendo vencido por uma coligação de centro-direita que levou o SAP, nas eleições de 2010, a um dos seus piores resultados eleitorais (Tabela 4). Apesar disto, em 2014, regressou ao poder. Concluindo, desde 1945, o SAP apenas esteve afastado do governo durante três períodos: de 1976 a 1982, de 1991 a 1994 e de 2006 a 2014 (McCrone & Keating, 2013). De realçar que, nas eleições de 2018, o SAP obteve o seu pior resultado desde a II Guerra Mundial (28,3%), no entanto, foi o partido mais votado e conseguiu formar governo com uma coligação pós-eleitoral.

Eleições Legislativas Suecas	Percentagem obtida pelo SAP
1991	37,7%
1994	45,3%
1998	36,4%
2002	39,9%
2006	35%
2010	30,7%
2014	31%
2018	28,3%

Tabela 4: Percentagem de votos obtida pelo SAP nas Eleições Legislativas Suecas.

Fonte: <https://www.scb.se/en/finding-statistics/statistics-by-subject-area/democracy/general-elections/general-elections-results/>

Uma das políticas mais antigas no domínio da política externa do sistema político sueco é a política de neutralidade, face a alianças ou a conflitos armados. Esta posição remonta às Guerras Napoleónicas (1803-1918) e a Suécia e os seus governos foram capazes de a manter durante as duas Guerras Mundiais, que ocorreram na primeira metade do século XX, e durante o período da Guerra Fria (Andrén, 1996). Esta política de neutralidade foi usada como justificação para a primeira posição tomada pelo SAP em relação à integração europeia. Em 1961, quando o social-democrata Tage Erlander era primeiro-ministro, o governo afirmava que o projeto de integração europeia e uma possível adesão sueca eram incompatíveis com o modelo socioeconómico e com a política de neutralidade da Suécia.

No entanto, ao longo dos anos, o projeto do Mercado Único Europeu e a crescente internacionalização da economia tornaram o projeto europeu muito atrativo. Como tal, no início dos anos 90, o governo liderado pelo SAP anunciou a decisão de submeter um pedido de adesão às Comunidades Europeias. A crise económica do início dos anos 90 acabou por se provar decisiva para a aceitação da adesão sueca por parte da classe política e da própria estrutura do SAP, defendendo que a adesão, a cooperação europeia e a Europeização do processo de formação de políticas seriam a melhor forma de superar a crise (Tsarouhas, 2013). Os partidos de centro-direita, o SAP e vários grupos de interesse eram a favor da adesão, no entanto, os partidos à esquerda do SAP defendiam que tal decisão não deveria ser tomada sem a realização de um referendo sobre o tema (Ruin, 2000). Esse referendo acabou por se realizar no final de 1994, já com o SAP novamente no governo. A militância do partido estava bastante dividida sobre o tema, tendo a facção eurocética uma forte influência no partido. Apesar disso, o referendo sobre a adesão deu a vitória ao “Sim”, com 52,3%, vencendo assim por uma margem quase mínima. A adesão da Suécia deu-se no dia 1 de janeiro de 1995, em conjunto com a Áustria e a Finlândia.

Em termos de eleições para o Parlamento Europeu, a Suécia participou seis sufrágios, o primeiro após a adesão em 1995. O SAP venceu todas as eleições, no entanto, nunca obteve um resultado superior a 30% dos votos e a tendência que tem sido registada é negativa, ou seja, o SAP tem diminuído a percentagem de votos a cada eleição (Tabela 5). Importa realçar que, até ao início do século XXI, a Suécia acompanhou a tendência europeia de uma taxa de abstenção crescente, chegando a ultrapassar os 60% em 2004. No entanto, desde então, a participação eleitoral tem aumentado a cada eleição, atingindo os 55% de participação, nas eleições europeias de 2019.

Eleições Europeias	Percentagem obtida pelo SAP
1995	28,1%
1999	26,0%
2004	24,6%
2009	24,4%
2014	24,2%
2019	23,5%

Tabela 5: Percentagem de votos obtida pelo SAP nas Eleições Europeias.

Fonte: <https://www.scb.se/en/finding-statistics/statistics-by-subject-area/democracy/general-elections/european-parliament-elections-results/>

4.3. Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE)

O Partido Socialista Operário Espanhol (Partido Socialista Obrero Español – PSOE) foi fundado em 1879 e é um dos partidos sociais-democratas mais antigos da Europa. O partido foi crescendo ao longo do início do século XX, ganhando ainda mais preponderância quando a Segunda República Espanhola foi proclamada em 1931. Durante a Guerra Civil Espanhola, que durou de 1936 a 1939, o PSOE lutou ao lado dos republicanos, leais à Segunda República, contra os nacionalistas liderados pelo General Franco. Com a derrota dos republicanos e o início da ditadura franquista, o PSOE foi reduzido à irrelevância devido às fortes medidas repressivas que foram impostas aos opositores do regime.

Com a morte de Franco e a subida ao trono de D. Juan Carlos I, iniciou um período de transição entre o regime franquista e a monarquia constitucional. Antes disso, influenciados pela Revolução do 25 de abril em Portugal, os partidos políticos começaram a reorganizar-se e a ganhar relevo. Em outubro de 1974, no 26º Congresso do PSOE, Felipe González é eleito secretário-geral do partido. Foi durante a sua liderança que o partido abandonou totalmente a ideologia marxista e se posicionou ideologicamente na social-democracia europeia (McCrone & Keating, 2013). As primeiras eleições democráticas após o regime franquista decorreram em 1977, já após a legalização dos partidos. À semelhança do PS em Portugal, o PSOE contou com o apoio da Internacional Socialista e de líderes europeus, como Willy Brandt, para se afirmar no sistema político-partidário espanhol (Meyer & Rutherford, 2012). Contrariamente aos resultados alcançados pelo PS nas primeiras eleições pós-25 de abril, o PSOE não conseguiu vencer as eleições gerais espanholas de 1977, perdendo para a União de Centro Democrático

(UCD), liderada por Adolfo Suárez. No entanto, à semelhança do PS, o PSOE conseguiu afirmar a sua liderança à esquerda, como principal partido da oposição, porque o Partido Comunista Espanhol (PCE) não foi além dos 10% dos votos.

À semelhança do PS em Portugal, o PSOE também demonstrou interesse numa potencial adesão de Espanha à CEE, no entanto, ao contrário do seu vizinho ibérico, o PSOE não se viu envolvido diretamente do pedido formal de adesão de Espanha. Este papel coube ao líder do governo, Adolfo Suárez, que submeteu o pedido formal a 26 de julho de 1977, poucos meses depois do pedido formal de Portugal. Após vencer as eleições gerais espanholas de 1982 com 48% dos votos, o PSOE formou o seu primeiro executivo maioritário. Iniciou-se assim um período de 14 anos de governação ininterrupta do PSOE, liderado por Felipe González, que encabeçou o executivo durante todo esse período. As negociações para a adesão de Espanha nas Comunidades Europeias, à semelhança das negociações portuguesas, arrastaram durante oito anos, tendo sido finalizadas já pelo executivo do PSOE e culminando com a assinatura do Tratado de Adesão, numa cerimónia em Madrid, no dia 12 de junho de 1985. Espanha tornou-se oficialmente um Estado-Membro a 1 de janeiro de 1986, partilhando a data da assinatura do Tratado e da adesão com Portugal.

Durante os 14 anos de governação, o PSOE conseguiu consolidar o regime democrático, assegurar a adesão às Comunidades Europeias, melhorar o sistema social, promover a regionalização e tornar Espanha num dos países mais descentralizados da Europa. Na década de 90, o partido começou a ser investigado por processos de corrupção e o governo chegou a aplicar algumas medidas de austeridade para controlar a despesa pública, o que prejudicou o último mandato de González. Após este longo período de governação, o PSOE teve algumas dificuldades em adaptar-se à oposição e seguiram-se alguns anos de instabilidade na liderança do PSOE. A estabilidade na liderança regressou ao partido quando José Luis Rodríguez Zapatero foi eleito secretário-general do PSOE, em 2005. Apesar de ser pouco conhecido junto da população espanhola, representou um virar de página das anteriores lideranças, envoltas em acusações de corrupção (Kennedy, 2013).

O principal adversário político do PSOE é o Partido Popular (PP), partido que surgiu em 1989, após a fusão de alguns partidos de centro-direita. Entre 1996 e 2004, o PP liderou o governo espanhol. Em 2003, o governo do PP decidiu que Espanha participaria na invasão do Iraque. No entanto, nas eleições gerais de 2004, o PSOE de Zapatero alcançou a vitória, mantendo-se no executivo até 2011. Uma das primeiras

medidas tomadas pelo novo executivo foi a retirada das tropas espanholas do Iraque, revertendo assim a decisão tomada pelo anterior governo. Durante o governo de Zapatero, o PSOE deu importantes passos no seu posicionamento ideológico, conseguindo avanços significantes em matérias como o casamento e adoção gay, o combate à violência doméstica, liberalização do aborto e combate às alterações climáticas (Kennedy, 2013).

Eleições Gerais Espanholas	Percentagem obtida pelo PSOE
1977	29,32%
1979	30,4%
1982	48,11%
1986	44,06%
1989	39,6%
1993	38,78%
1996	37,63%
2000	34,16%
2004	42,59%
2008	43,87%
2011	28,76%
2015	22%
2016	22,63%
2019 (abril)	28,67%
2019 (novembro)	28%

Tabela 6: Percentagem de votos obtida pelo PSOE nas Eleições Gerais Espanholas.

Fonte: <http://www.infoelectoral.mir.es/infoelectoral/min/>

A crise de 2008 afetou fortemente a economia espanhola e, especialmente, a partir de 2010, com a crise da Zona Euro, as fortes medidas de austeridade exigidas pelas instituições europeias para a redução do défice, com o objetivo de impedir um pedido de ajuda externa, minaram um pouco a relação de Espanha com a UE e a credibilidade do governo de Zapatero, que decidiu então não se candidatar para um terceiro mandato. As eleições gerais de 2011 deram uma pesada derrota ao PSOE, que obteve apenas 28% dos votos, no entanto, este resultado piorou ainda mais nas eleições gerais de 2015, nas quais o PSOE obteve 22% dos votos, o pior resultado do partido desde o fim do regime franquista (Tabela 6). Os resultados destas eleições fragmentaram muito o parlamento,

não tendo sido possível encontrar uma solução governativa. Como tal, foram marcadas novas eleições gerais para 2016, das quais resultou um governo liderado pelo PP. Em 2018, na sequência de uma moção de censura apresentado pelo PSOE, o governo de Mariano Rajoy cai e o secretário-geral do PSOE, Pedro Sánchez, é investido para liderar o governo, apoiado no parlamento pelos partidos à esquerda, numa espécie de “Geringonça”, que ainda hoje sustenta o governo. Comparativamente com o PS em Portugal, desde 1976, os dois partidos partilham quase o mesmo número de anos na liderança do executivo de cada um dos países.

Eleições Europeias	Percentagem obtida pelo PSOE
1987	39,06%
1989	39,57%
1994	30,79%
1999	35,33%
2004	43,46%
2009	38,78%
2014	23,01%
2019	32,84%

Tabela 7: Percentagem de votos obtida pelo PSOE nas Eleições Europeias.

Fonte: <http://www.infoelectoral.mir.es/infoelectoral/min/>

Em termos de eleições para o Parlamento Europeu, o PSOE participou no mesmo número de sufrágios que o PS, oito, tendo saído vencedor de apenas quatro, em 1987, 1989, 2004 e 2019. Os resultados obtidos têm oscilado entre os 30% e os 40% (Tabela 3), tendo o seu melhor resultado sido registado nas eleições europeias de 2004, com 43% dos votos, e o seu pior resultado foi registado nas eleições europeias de 2014, com apenas 23% dos votos, ou seja, no espaço de dez anos, o partido perdeu cerca de 20% do eleitorado. Aqui é perceptível o impacto que a crise económica e as políticas de austeridade seguidas durante os últimos anos do governo de Zapatero tiveram no eleitorado do PSOE. Comparativamente, em Portugal, o PS conseguiu melhores resultados nas eleições europeias, mesmo com os efeitos que a crise económica teve na credibilidade do partido, visto que, apesar de ter perdido as eleições europeias de 2009 como o PSOE, em 2014 conseguiu uma vitória significativa face à coligação de direita incumbente “Aliança Portugal”.

4.4. A Ratificação do Tratado de Maastricht

O Tratado da União Europeia foi assinado em fevereiro de 1992, já durante a primeira Presidência Portuguesa do Conselho, no entanto, como as negociações tinham decorrido durante a Presidência Holandesa, a cidade escolhida para a assinatura foi Maastricht, daí o facto de o tratado ser conhecido por Tratado de Maastricht. Este documento marcou o início da União Europeia como um projeto não só económico e comercial, mas também político. Neste Tratado, foram também definidos os três pilares da União Europeia: o primeiro pilar correspondente às Comunidades Europeias, onde estavam enumeradas as competências que tinham sido objeto de transferência de soberania dos Estados-Membros para as instituições europeias; o segundo pilar correspondia à Política Externa e de Segurança Comum (PESC), um domínio que estava sujeito a cooperação intergovernamental; o terceiro pilar era referente à Justiça e aos Assuntos Internos, área também sujeita a cooperação intergovernamental. O Tratado de Maastricht reforçava também os poderes legislativos e de controlo do Parlamento Europeu e instituía o processo de codecisão entre o Conselho e o Parlamento Europeu.

Após a sua assinatura, iniciou-se o processo de ratificação em cada um dos Estados-Membros, processo esse que se veio a arrastar durante mais de um ano. O Tratado acabou por entrar em vigor no dia 1 de novembro de 1993. Dos partidos sociais-democratas e socialistas analisados neste capítulo, apenas o PSOE se encontrava no governo aquando da assinatura e ratificação do Tratado de Maastricht. Tanto o PS como o SPD estavam na oposição e a Suécia ainda não era um Estado-Membro, visto que a sua adesão apenas ocorreu em 1995. Como o governo do PSOE negociou e assinou o tratado, é lógico depreender que o partido era favorável ao tratado, ao quadro institucional nele instituído e às alterações e aprofundamentos que o documento veio trazer ao projeto de integração europeia. Apesar de estar na oposição, o SPD apoiou o Tratado de Maastricht, tendo a sua ratificação sido votada no Bundestag, em 1992, com o apoio unânime do partido. Além disso, apesar de a ratificação não ter sido sujeita a um referendo nacional, importa realçar que havia um forte apoio popular no sentido de uma maior integração europeia (Teschner, 2000). À semelhança com o caso alemão, o PS encontrava-se na oposição e apoiou o partido do governo na ratificação do Tratado de Maastricht no parlamento sem consulta popular, ainda em 1992, bem como a revisão constitucional necessária para inserir as disposições do tratado no ordenamento jurídico português. Tal como afirmado

acima, a Suécia ainda não era um Estado-Membro, encontravam-se ainda em processo negocial, no entanto, aquando do referendo de 1994, o Tratado de Maastricht já se encontrava em vigor. Por isso, quando a adesão da Suécia foi oficializada em 1995, o SAP e o país aceitaram as disposições do Tratado de Maastricht.

4.5. A Introdução da Moeda Única

O Tratado de Maastricht estabeleceu também as bases para a União Económica e Monetária e para a criação da moeda única, estabelecendo os critérios que os Estados-Membros teriam de cumprir para serem aceites na moeda única. Os critérios de Maastricht, como ficaram conhecidos, estabeleciam que um Estado-Membro para ser aceite na moeda única tinha de ter uma dívida pública não superior a 60% do PIB, o défice orçamentar não podia exceder os 3% e as taxas de inflação e câmbio tinham de estar estabilizadas.

Os Estados-Membros interessados iniciavam então uma série de reformas internas para conseguirem cumprir os critérios de Maastricht. Países como o Reino Unido e a Dinamarca decidiram não participar no projeto da moeda única. Importa realçar que, no final da década de 90, treze dos quinze países da União Europeia tinham um partido social-democrata ou socialista no seu governo. Como tal, era o momento ideal para lançar reformas que contrariassem o rumo neoliberal que as políticas económicas europeias tinham seguido ao longo dessa década (Ladrech, 2000). Por exemplo, o SPD de Schröder defendia a construção e o desenvolvimento de uma Europa Social, tendo pressionado o BCE a dar mais importância ao crescimento e ao emprego na aplicação das suas políticas (Crespy, 2013).

Na segunda metade da década de 90, o PSOE encontrava-se de saída do governo espanhol, após os 14 anos de governação de Felipe González. O partido defendia a participação de Espanha na moeda única e iniciou as reformas necessárias para tal, no entanto, já se encontrava na oposição quando Espanha foi aceite como um dos países fundadores da moeda única e quando esta entrou oficialmente em circulação. Apesar disso, importa realçar que foi durante a Presidência Espanhola do Conselho de 1995 que a moeda única recebeu a designação de “euro” e que foi aprovado o calendário para a sua entrada em circulação em 2002, coincidindo novamente com a Presidência Espanhola do Conselho. Em Portugal e para o PS, este processo foi um diferente porque foi durante o primeiro governo de Guterres que as reformas e os cortes na despesa foram aplicados de

forma a cumprir os critérios. Foi ainda durante a governação do PS que Portugal foi aceite como um dos membros-fundadores da moeda única e que o euro entrou em circulação. No entanto, tal como tinha acontecido com o Tratado de Maastricht, nem Portugal nem Espanha realizaram consultas populares para aferir se a opinião pública era favorável à adoção da moeda única.

O SPD teve uma atitude ligeiramente diferente em relação à moeda única. O partido encontrava-se na oposição desde 1982 e, em setembro de 1998, venceu as eleições e Gerhard Schröder tornou-se chanceler alemão. Anteriormente, Schröder tinha assumido uma retórica eurocética, questionando o aprofundamento da integração, a viabilidade da moeda única, considerando um erro sacrificar o marco alemão. Defendia que a convergência económica não era suficiente e que era necessário adiar o projeto da moeda única (Teschner, 2000). No entanto, quando anunciou a sua candidatura a chanceler e venceu as eleições, a sua retórica alterou-se e adotou uma postura mais europeísta e a favor da UEM porque o panorama nacional alemão era favorável à integração europeia (Crespy, 2013). Após esta hesitação inicial, tendo em conta que o projeto da moeda única tinha sido desenhado durante os anos Kohl, o SPD adotou uma posição favorável à moeda única e viabilizou a sua entrada em circulação em 2002.

No caso da Suécia, após o regresso do SAP ao poder e a vitória no referendo a favor da adesão, que veio a concretizar-se em 1995, o partido procurou consolidar a sua posição no sistema político sueco e recuperar a confiança do eleitorado. Para tal, apostou em medidas reformistas, baseadas na Agenda de Lisboa de 2000, para reformular o seu programa partidário (Tsarouhas, 2013). Em relação à moeda única e à UEM, o governo liderado pelo SAP decidiu realizar um referendo em 2003, no qual foi novamente visível as divisões existentes dentro do SAP em relação às matérias europeias. Embora a maioria da liderança partidária defendesse que a Suécia deveria comprometer-se com as obrigações inerentes à UEM e tivesse apoiado o “sim”, a maioria dos simpatizantes do SAP era contra a adoção da moeda única. Por isso, o partido não conseguiu apresentar uma posição completamente definida em relação ao tema. O referendo deu a vitória ao “não” e o SAP manteve até à atualidade a posição que os cidadãos tomaram no referendo (Lindahl & Naurin, 2005). É possível assim perceber que existiam algumas diferenças no posicionamento entre os partidos sociais-democratas do Norte da Europa e da Europa do Sul. Os partidos do sul da Europa mostravam mais euro-entusiastas e consideravam a adoção da moeda única mais vantajosa para o seu crescimento e desenvolvimento económico que os partidos no norte da Europa.

4.6. Tratado Constitucional de 2004

No início dos anos 2000, iniciou-se uma Convenção Europeia, presidida pelo italiano Giscard d'Estaing, com o objetivo de redigir uma proposta de Tratado Constitucional para a União Europeia, que conseguisse preparar o quadro institucional europeu para o alargamento a Leste que viria a acontecer em 2004. Após uma Conferência Intergovernamental que negociou e alterou a proposta apresentado, o texto final foi aprovado em junho de 2004. A assinatura do Tratado Constitucional pelos 25 Estados-Membros da União Europeia aconteceu em outubro de 2004, em Roma.

À semelhança dos tratados anteriores, o Tratado Constitucional tinha de ser ratificado por todos os Estados-Membros antes de entrar em vigor, algo que não veio a acontecer devido aos resultados dos referendos feitos em França e nos Países Baixos, que chumbaram a ratificação do Tratado.

O processo de ratificação variou entre Estados-Membros. Ao contrário do PS que se encontrava na oposição, o SAP, o PSOE e o SPD chefiavam o governo de cada um dos seus países. O PSOE de Zapatero tinha acabado de vencer as eleições e formar governo quando decorreu a assinatura do Tratado Constitucional. No entanto, para a sua ratificação decidiu convocar um referendo. Espanha foi assim o primeiro país europeu a referendar o Tratado Constitucional, tendo este sido aprovado 76% dos votos. Em Portugal, apesar de estar na oposição, o PS apoiava o Tratado Constitucional e defendia que a sua ratificação devia ser sujeita a consulta popular. Apesar desta posição e de ter vencido as eleições em 2005, o referendo em Portugal nunca se veio a realizar, visto que os resultados dos referendos realizados em França e nos Países Baixos inviabilizaram a ratificação e a consequente entrada em vigor do Tratado Constitucional. Na Alemanha, a ratificação do Tratado Constitucional foi aprovada sem consulta popular e o SPD, como presidia ao executivo, possuía uma posição favorável em relação à ratificação do documento. O governo da Suécia, liderado pelo SAP de Persson, participou ativamente nas negociações e assinou o Tratado Constitucional, o que leva a depreender que o partido, ou pelo menos a sua classe dirigente, era favorável ao Tratado e à sua ratificação. Como o processo de ratificação foi interrompido com os referendos acima referidos, a Suécia não iniciou o processo de ratificação do Tratado Constitucional.

Tendo em conta a posição apresentada pelo PS e pelos restantes partidos sociais-democratas e socialistas analisados neste capítulo, podemos depreender que havia um

certo consenso em relação ao Tratado Constitucional e às suas disposições por parte da social-democracia europeia.

4.7. Crise Financeira de 2008 e da Zona Euro

A origem da crise da dívida pública da Zona Euro remonta à crise financeira de 2008, quando a falência do banco Lehman Brothers despoletou uma crise à escala global, com efeitos nos mercados financeiros e imobiliário e no setor bancário. Como forma de responder a esta crise e seguindo as recomendações dadas pelas instituições europeias, os Estados-Membros mantiveram as suas políticas de investimento público, numa tentativa de conseguir que a expansão económica suavizasse os efeitos da crise. Esta estratégia resultou nos primeiros anos, no entanto, quando a crise começou a afetar as dívidas públicas e os juros das mesmas começaram a aumentar nos mercados financeiros, países do sul da Europa como Portugal, Espanha e Grécia foram fortemente afetados.

Seguindo as novas recomendações da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu, os Estados-Membros iniciam a execução de programas de austeridade e de cortes na despesa. A Grécia foi o primeiro país a fazer um pedido de ajuda externa, tendo sido seguida pela Irlanda e por Portugal. Neste último, após o chumbo do PEC IV, o governo liderado pelo PS apresentou a demissão e, poucas semanas depois, enviou à Comissão Europeia, ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional, a chamada “troika”, um pedido de ajuda externa. Apesar de Espanha não ter necessitado de um resgate financeiro, o presidente do governo Zapatero, líder do PSOE, apercebendo da descida da sua popularidade, decidiu não concorrer a um terceiro mandato, após ter aplicado fortes medidas de austeridade e cortes na despesa pública. Ambos os partidos, PS e PSOE, perderam as eleições seguintes em Portugal e Espanha, respetivamente, tornando-se partidos da oposição, onde se mantiveram até ao fim da crise. Em 2012, um novo partido emergiu na Grécia, o Syriza, tendo chegado ao governo em 2014. Este partido era extremamente crítico das políticas de austeridade aplicadas ao país, tendo até realizado um referendo sobre a aprovação do programa da troika, com o “Não” a obter uma vitória clara. Esta posição influenciou os partidos de esquerda e centro-esquerda dos restantes países da Europa do Sul a procurarem alternativas às políticas de austeridade.

Entre 2009 e 2013, o SPD viu-se na oposição pela primeira vez no século XXI, visto que durante o primeiro mandato da chanceler Angela Merkel, a CDU convidou a SPD para formar uma grande coligação. Este período, muito marcado pelo início da crise da Zona Euro, o SPD demonstrou-se sempre muito crítico da atuação da chanceler alemã

e à sua reticência em resgatar os países mais afetados com a crise. Os sociais-democratas alemães defendiam a necessidade de uma maior regulação dos mercados financeiros, uma maior coordenação económica, o que implicava penalizações para o não cumprimento das regras orçamentais e do défice, defendiam ainda a alteração no papel do Banco Central Europeu, no sentido de salvaguardar as dívidas públicas dos países do Sul da Europa. Além disso, posicionavam-se contra a criação de obrigações da dívida europeias, as *eurobonds*, e não se demarcaram das políticas de austeridade defendidas pela CDU, o que foi alvo de críticas por parte dos partidos socialistas e sociais-democratas da Europa do Sul (Crespy, 2013).

Esta posição compactuante do SPD para com as políticas de austeridade, chocava com o posicionamento dos partidos sociais-democratas e socialistas do sul da Europa, entretanto influenciados pelo impacto das posições do Syriza na opinião pública grega, que defendia o fim das medidas de austeridade e das penalizações por incumprimento dos limites do défice e da dívida pública, além de se posicionarem a favor da criação de *eurobonds*. Exemplo disso foi o PS, que quando chegou ao governo, após a formação da “Geringonça” em 2015, procurou liderar a construção de uma frente socialista na Europa do Sul, defendendo como uma alternativa à austeridade, o aprofundamento do domínio económico da integração europeia, como já referido acima, através da defesa da concretização da União Bancária, entre outras medidas que fortalecessem a UEM e a moeda única.

Como a Suécia não pertence à Zona Euro e tem uma economia forte, o país não foi tão afetado como os restantes países europeus pela crise económica e financeira. No entanto, isto não significa que tenha saído intocada. A estratégia da Suécia em relação à crise da zona euro é difícil de sumarizar devido ao fraco impacto que esta teve na economia sueca. Pode dizer-se que foi caracterizada pelo princípio de “Wait and See”, mantendo sempre uma postura algo passiva e neutra nas questões europeias e um forte foco na proteção da economia interna. Entre 2006 e 2014, o SAP foi o principal partido da oposição na Suécia e enfrentou um período conturbado em termos de liderança partidária, após décadas de lideranças estáveis e marcantes. Durante este período, o SAP defendeu que era necessário a inclusão e a adoção de um protocolo social nos tratados da UE e viabilizou no parlamento sueco a aprovação do Pacto Orçamental. No entanto, só o fez após ter a garantir que a política fiscal aprovada não teria um grande impacto na Suécia (Bäckman & von Sydow, 2015). Por fim, pode afirmar-se que um dos maiores impactos da crise do euro na Suécia foi o acentuar da tendência de apoio à não adesão da Suécia à

Zona Euro. Em 2013, as sondagens davam conta que cerca 80% da população sueca era contra à adoção da moeda única (Bäckman & von Sydow, 2015).

Esta crescente clivagem e disparidade de posições dentro da família partidária, especialmente entre os partidos socialistas e sociais-democratas da Europa do Norte e Central e aos da Europa do Sul foi especialmente visível durante os anos da crise da Zona Euro, visto que os países do Sul da Europa foram muito mais afetados pela crise e criticavam a falta de solidariedade dos parceiros europeus.

4.8. Notas Conclusivas

Usando os dados disponíveis no “The Manifesto Project”, é possível encontrar alguns contributos para esta análise comparativa. “The Manifesto Project” é um projeto académico que codifica e analisa o conteúdo programático e as preferências políticas presentes nos manifestos e programas eleitorais de mais de mil partidos políticos em mais de 50 países dos cinco continentes. É possível visualizar num dos quadros dinâmicos disponibilizados pelo projeto as posições programáticas de tipologias específicas de partidos (liberais, sociais-democratas, conservadores, entre outros) de um ou mais países durante um período de tempo selecionado. Além disso, é possível selecionar as variáveis referentes às menções programáticas positivas em relação à União Europeia, onde se inclui o desejo de adesão ou de manutenção da adesão, o objetivo de expandir a UE, de aumentar não só as competências da UE, mas também as competências do Parlamento Europeu. Por sua vez, também é possível analisar a evolução das referências negativas à União Europeia, onde se incluem posições contrárias em relação a políticas europeias específicas ou em matérias como as contribuições líquidas para o orçamento da UE. Abaixo é possível visualizar o quadro dinâmico retirado do website do projeto, onde é visível a evolução das referências positivas e negativas, respetivamente, dos partidos sociais-democratas da Alemanha, Portugal, Espanha e Suécia em relação à União Europeia, desde 1974 até 2020.

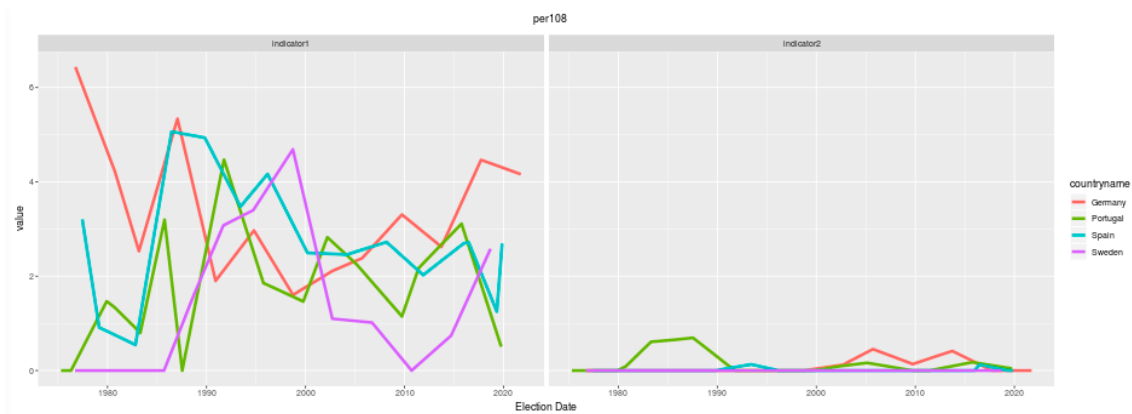


Gráfico 1: Evolução das menções programáticas positivas e negativas, respetivamente, em relação à União Europeia dos partidos sociais-democratas na Alemanha, em Portugal, Espanha e Suécia, de 1974 a 2020.

Fonte: https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard_countries/

Uma das tendências mais marcantes é o facto de as referências negativas dos partidos sociais-democratas em relação à União Europeia serem praticamente nulas nos últimos 40 anos. Realçar que, no caso do PS, as referências negativas foram mais acentuadas no período entre 1983 e 1988, coincidindo com o período em que inicialmente o PS criticava as Comunidades Europeias de continuarem a atrasar a conclusão das negociações para a adesão de Portugal. Depois da adesão, o PS esteve restringido ao papel de partido da oposição durante uma década, sendo especialmente visível as referências negativas em relação às Comunidades Europeias nas eleições de 1987.

Em termos da evolução das referências positivas, cada um dos partidos acima referidos (SPD, PS, PSOE e SAP) tiveram a sua própria evolução, com várias oscilações. Apesar disto, existem alguns padrões comuns identificáveis. No geral, as referências positivas dos partidos em relação à UE diminuíram desde 2000, em comparação com as duas últimas décadas do século XX. No entanto, importa também realçar que as variações das referências positivas têm sofrido menos oscilações desde 2000, comparativamente às últimas duas décadas do século XX, onde as oscilações registadas eram mais acentuadas e frequentes. O pico de referências positivas em cada um dos partidos analisados ocorreu em momentos diferentes: o SPD atingiu o pico no final da década de 70, coincidindo com o período em que o social-democrata Helmut Schmidt ocupava o cargo de chanceler alemão; o PS atingiu o seu pico no início da década de 90, motivado pelas eleições legislativas de 1991 e pela iminência da Presidência Portuguesa do Conselho de 1992, mesmo após registar o seu valor mais baixo em termos de referências positivas, no final da década de 80; o PSOE atingiu o seu pico em meados da década de 80, coincidindo com

a adesão de Espanha à CEE; e o SAP atingiu o seu pico no final da década de 90, coincidindo com a regresso do SAP ao poder e com o período imediatamente posterior à adesão sueca à UE.

Concluindo, através desta análise comparativa feita nos subcapítulos acima entre vários partidos sociais-democratas e socialistas europeus, é possível perceber que a social-democracia europeia teve, mais recente, alguma dificuldade em encontrar terrenos e opiniões comuns. É possível perceber existiu uma clivagem entre os partidos dos países do sul da Europa que, apesar de criticar as posições tomadas pelas instituições europeias durante a crise da Zona Euro, demonstraram uma atitude mais favorável a uma maior solidariedade em matérias económicas, e os países do norte da Europa que foram mais cautelosos nessa opção, por exemplo, visível na rejeição inicial do SPD à criação de *eurobonds*. Esta clivagem evidencia as diferenças entre as interpretações daquilo que a integração europeia significa e quais as suas dimensões. Ou seja, o que está em debate não é a integração europeia em si ou a pertença ao projeto europeu, mas sim a interpretação que cada partido socialista e social-democrata tem da integração europeia, bem como que dimensões da integração europeia (política, económica, militar ou social) deveriam ser aprofundadas. Apesar disso, as posições nem sempre diferem. Exemplo disso, foi a forma como recentemente o PS e o SAP se apoiaram mutuamente na tentativa de introduzir a dimensão social no debate europeu. É possível também perceber que os partidos sociais-democratas e socialistas europeus apresentam posições mais críticas em relação à União Europeia quando se encontram na oposição, alterando a sua retórica para posições mais europeístas e euro-entusiastas quando formam executivo. A social-democracia na Europa é caracterizada por uma certa heterogeneidade de tipologias, o que criou, ao longo da história da construção europeia, algumas posições contrárias entre os partidos desta família política. No entanto, importa realçar que este efeito tem sido minimizado pela influência e ação do Partido Socialista Europeu (PES), fundado em 1992, que tem providenciado uma plataforma de diálogo e convergência, onde os partidos sociais-democratas e socialistas europeus conseguem definir algumas estratégias conjuntas, interligando as políticas a nível nacional com as políticas a nível europeu, contribuindo assim para a europeização dos partidos, das suas políticas e dos seus posicionamentos (Ladrech, 2000).

Conclusão

A social-democracia na Europa é caracterizada por uma certa heterogeneidade de tipologias, o que criou, ao longo da história da construção europeia, alguma dificuldade a esta família política em encontrar e assumir posições comuns. O principal debate e motivo para a clivagem entre os partidos do Norte da Europa e os da Europa do Sul não se prende diretamente no projeto de integração europeia em si, mas sim nas interpretações que cada partido faz daquilo que é a integração europeia, bem como que dimensões (políticas, económicas e sociais) devem estar incluídas e ser aprofundadas no projeto. No entanto, também é comum os partidos sociais-democratas e socialistas europeus apresentarem posições mais críticas em relação à União Europeia quando se encontram na oposição, alterando a sua retórica para posições mais europeístas ou euro-entusiastas quando se encontram no governo.

Importa também realçar que cada um dos partidos sociais-democratas analisados teve uma trajetória diferente em termos de posicionamento face à integração europeia e às várias dimensões dessa mesma integração (políticas, militares, económicas e sociais), culminando em certos momentos em posições contrárias. Exemplo disso, foi a posição assumida pelo SPD durante a crise da Zona Euro de não apoiar a criação de *eurobonds*, contrariamente ao que era defendido pelo PS. Um dos motivos para esta clivagem entre partidos do Norte e do Sul da Europa pode ser o contexto histórico e económico dos países. Países como Espanha e Portugal que têm uma história democrática mais recente e economias mais frágeis e propensas a sentir os efeitos de potenciais crises, argumentam que é necessário mais solidariedade a nível europeu, em termos económicos. Apesar disto, tem sido possível minimizar estas diferenças e clivagens, através da influência e da ação do Partido Socialista Europeu (PES), fundado em 1992, que tem providenciado uma plataforma de diálogo, de europeização e convergência para os partidos sociais-democratas e socialistas europeus definirem algumas estratégias conjuntas. Além disso, em algumas matérias, os posicionamentos dos partidos alinham-se naturalmente. Um dos exemplos mais recentes foi a tentativa de introduzir a dimensão social da UE no debate político, começando com a Cimeira Social de Gotemburgo em 2017, promovida pela Comissão Europeia e pelo primeiro-ministro social-democrata sueco Stefan Löfven, onde foi proclamado o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Durante a Presidência Portuguesa do Conselho de 2021, o tópico retomado e reforçado com a Cimeira Social do Porto. É possível afirmar também que a social-democracia europeia tem dado provas de alguma

resistência e tem conseguindo manter-se relevante, apesar das oscilações eleitorais que tem sofrido nas últimas décadas.

O Partido Socialista foi fundado em 1973 como um partido clandestino e, após a revolução de 25 de abril de 1974, afirmou-se como um dos dois principais partidos do sistema político português, como a maior força política à esquerda no espectro político português e como o partido português de referência em matérias europeias. Em relação ao último ponto, o PS assumiu-se como motor da integração europeia, iniciando esta matriz ideológica sob a liderança de Mário Soares, consolidando-a através da sua participação ativa nas decisões que direcionaram a integração para o projeto político e económico, que é hoje a União Europeia. De realçar que, desde as eleições legislativas de 1976, o PS esteve mais de vinte anos no governo e venceu cinco das oitos eleições europeias realizadas em Portugal.

Em termos de evolução programática, é possível perceber que o PS seguiu quase os mesmos passos até então seguidos pelos restantes partidos socialistas e sociais-democratas europeus, embora com algumas variações em termos temporais. O posicionamento do PS em relação à economia e ao sistema capitalista era mais radical no período pós-revolucionário. No entanto, no final da década de 1970 e na década de 1980, o PS moderou o seu posicionamento, quebrando qualquer tipo de ligação com a matriz marxista e iniciando a sua aproximação ao centro do espectro político. Na década de 1990, sob a liderança de António Guterres, o PS adotou posições mais liberais e menos intervencionistas, um pouco em linha com o que tinha acontecido ao longo da década, por toda a Europa. Durante a crise económica e a intervenção da troika, os socialistas mostraram-se muito críticos das medidas de austeridade e das políticas de liberalização e privatização de vários setores da economia, adotadas pelo então governo. Nos últimos anos, fruto dos acordos à esquerda para a viabilização do governo minoritário (“Geringonça”), o posicionamento do partido sofreu uma inclinação mais à esquerda.

Após a análise dos vários programas de governo, programas eleitorais e manifestos às europeias, é possível concluir que as posições adotadas do PS em relação à integração europeia sofreram algumas oscilações, em especial quando o partido se encontrava na oposição, apresentado aí posições mais críticas em relação a algumas políticas seguidas pelas instituições europeias, bem como críticas à atuação dos governos em funções na discussão e aplicação dessas políticas. No entanto, importa realçar que ser crítico não significa ter posições eurocéticas. Aliás, desde a adesão de Portugal à CEE, em termos gerais, o euroceticismo demonstrado pelo PS tem sido praticamente nulo.

Além disso, os líderes do PS que formaram governo (Mário Soares, António Guterres, José Sócrates e António Costa) demonstraram uma atitude mais euro-entusiasta comparativamente aos outros líderes do PS. Importa realçar que os líderes socialistas acima referidos participaram também ativamente em momentos-chaves da história da integração portuguesa nas Comunidades Europeias e da própria construção da UE, como por exemplo, a assinatura do Tratado de Adesão, a Presidência Portuguesa do Conselho de 2000, a Agenda de Lisboa, a Presidência Portuguesa do Conselho de 2007, o Tratado de Lisboa, a Presidência Portuguesa do Conselho de 2021 e a Cimeira Social do Porto. O posicionamento face às várias dimensões da integração (política, económica, militar e social) também sofreu algumas alterações ao longo do tempo. É perceptível um posicionamento algo eurocético no período pré-25 de abril até ao golpe fracassado do 25 de novembro de 1975. Posteriormente, com o impulso de Mário Soares, com o apoio financeiro e logístico da Internacional Socialista, o PS assumiu-se, a nível nacional, como o partido da Europa, apoiando de forma geral os vários passos de aprofundamento da dimensão política e militar da integração da União Europeia, mesmo passos que mais tarde se revelaram inviáveis e deixaram ser apoiadas pelo partido, como a criação de um exército europeu e a ratificação do Tratado Constitucional. Apesar disto, foi registada uma diminuição nas referências positivas e a emergência de algumas referências negativas em relação à UE, no final da década de 80, durante os primeiros anos do governo de Cavaco Silva. Esta tendência foi muito efémera porque, no início da década de 90, o PS voltou novamente a níveis bastante altos de referências programáticas positivas em relação à UE. Importa realçar que, nos últimos anos, ainda antes da “Geringonça”, o PS tinha defendido um aprofundamento da dimensão económica de integração europeia. Exemplo disso, é a defesa de emissões de obrigações de dívida europeia e a concretização da União Bancária, que o PS defende desde a crise da Zona Euro.

Por norma, o PS apresentou posições mais críticas às decisões europeias quando se encontrava na oposição, criticando, por um lado, os adversários políticos e, por outro lado, as instituições europeias. Recentemente, sob a liderança de António Costa, o PS tem sido uma voz ativa na defesa do aprofundamento da dimensão social do processo de integração europeia, através da construção da Europa Social e da consolidação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Exemplo disso, foi a assinatura do Compromisso do Porto na Cimeira Social em 2021, onde as instituições europeias, os Estados-Membros e os parceiros sociais acordaram um conjunto de metas sociais a atingir até 2030. Importa

referir também que, em Portugal, o debate dos tópicos europeus foi muito elitizado politicamente. Prova disso é que nenhuma das decisões em termos de integração europeia foi sujeita a referendo popular.

Esta investigação contribui para os estudos existentes sobre o tema com uma reconstituição histórica, através da análise qualitativa de documentos, da evolução do posicionamento do PS em relação à integração europeia, bem como com as alterações ocorridas, ao longo do tempo, na defesa do aprofundamento das certas dimensões (política, económica, militar e social) da integração europeia. São vários os limites desta investigação. Em primeiro lugar, a não utilização de dados empíricos existentes relativos às posições programáticas dos vários partidos europeus, bem como do Partido Socialista, representa um grande limite deste estudo. No entanto, o objetivo desta investigação prende-se no mapeamento das posições socialistas face às questões europeias, através de uma análise qualitativa de fontes primárias, neste caso, manifestos/programas eleitorais e programas de governo. Em segundo lugar, a análise feita nesta investigação é muito generalizada e pouco aprofundada, procurando apenas demonstrar que cada um dos percursos ideológicos dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus, em relação às várias dimensões da integração europeia, divergem entre si. Por fim, esta investigação não tem em conta o potencial impacto que outras organizações ou grupos internacionais, como a Internacional Socialista, tiveram na definição e alteração dos posicionamentos do PS.

Os resultados desta investigação, apresentados acima, demonstram que, além das posições em relação à integração europeia no seu todo, o mapeamento da evolução das posições em relação às várias dimensões da integração deve ser tido em conta porque é nestas dimensões que são visíveis as principais clivagens entre os partidos socialistas e sociais-democratas europeus, tendo em conta que todos eles apresentam posições gerais pró-europeias. Eventuais estudos futuros podem passar pelo uso de dados empíricos para definir a evolução das posições do PS em cada uma das dimensões da integração europeia, bem como a sua comparação com a evolução de outros partidos socialistas e sociais-democratas europeus. Além disso, investigar o impacto da atuação de certas organizações internacionais, como a Internacional Socialista, na definição das posições partidárias em relação às várias dimensões da integração europeia. Por fim, como foi referido, as questões europeias foram quase sempre debatidas pela elite política, sem grande consulta ou participação popular (por exemplo, a adesão à CEE não foi referendado, nem a ratificação dos sucessivos Tratados), como tal, importará também investigar se os

posicionamentos do PS nas várias dimensões da integração europeia seguem a vontade geral do seu eleitorado ou se refletem apenas a vontade da elite política.

Referências Bibliográficas

- Ahn, J. (1996). Ideology and Interest: The Case of Swedish Social Democracy, 1886–1911. *Politics and Society*, 24(2), 153–187.
- Andersen, S., & Eliassen, K. (2000). *Making policy in Europe*. SAGE Publications.
- Andrén, N. (1996). *Maktbalans och alliansfrihet: svensk utrikespolitik under 1900-alet*. Norstedts juridik.
- Arter, D. (1999). *Scandinavian Politics Today*. Manchester University Press.
- Avillez, M. J. (1996). *Soares: democracia*. Público.
- Avillez, M. J. (1997). *Soares: o presidente*. Público.
- Bäckman, P., & von Sydow, G. (2015). Swedish EU policy during the economic and financial crisis – a shift away from the core? In P. Bäckman, J. H. Nielsen, J. Jokela, J. Lewander, & G. von Sydow (Eds.), *Same, same but different: The Nordic EU members during the crisis* (pp. 50–73). Swedish Institute for European Policy Studies.
- Bartolini, S. (2007). *The Political Mobilization of the European left, 1860–1980: The class cleavage*. Cambridge University Press.
- Benedetto, G., Hix, S., & Mastroiocco, N. (2020). The rise and fall of social democracy, 1918–2017. *American Political Science Review*, 114(3), 928–939.
- Berman, S. (2006). *The primacy of politics: Social democracy and the making of Europe's twentieth century*. Cambridge University Press.
- Berman, S., & Snegovaya, M. (2019). Populism and the decline of social democracy. *Journal of Democracy*, 30(3), 5–19.
- Branco, R., Fernandes, T. (2020). 45 Anos de Democracia em Portugal: Balanço e Reflexões. In R. Branco, & T. Fernandes (Eds.), *45 anos de democracia em Portugal* (pp. 19–31). Assembleia da República.
- Bürzel, T. (1999). Towards convergence in Europe? Institutional adaptation to Europeanization in Germany and Spain. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 37(4), 573–596.
- Cowles, M. G., Caporaso, J. A., & Risse, T. (2001). *Transforming Europe: Europeanization and domestic change*. Cornell University Press.
- Crespy, A. (2013). Germany. In J. de Waele, F. Escalona, & M. Vieira (Eds.), *The Palgrave Handbook of Social Democracy in the European Union* (pp. 163–184). Palgrave Macmillan.
- Cronin, J., Ross, G., & Shoch, J. (2008). *What's Left of the Left: Democrats and Social Democrats in Challenging Times*. Duke University Press.
- Cruz, M. B. (2005). O Partido Socialista Português: Vinte anos de evolução (1973–1993). In V. Canas (Ed.), *O Partido Socialista e a Democracia* (pp. 169–180). Celta Editora.
- Cunha, A., Lã, J. R., & Nunes, P. S. (Eds.). (2019). *As Décadas da Europa*. Bookbuilders.

- Dockès, P. (2003). *Les théories des crises économiques* (5th ed.). La Découverte.
- Escalona, F., Vieira, M., & De Waele, J. (2013). The Unfinished History of the Social Democratic Family. In J. De Waele, F. Escalona, & M. Vieira (Eds.), *The Palgrave Handbook of Social Democracy in the European Union* (pp. 3–29). Palgrave Macmillan.
- Ferreira, A. R. (2013). Socialismo Democrático. In R. Ferreira & J. Cardoso Rosas (Eds.), *Ideologias Políticas Contemporâneas* (pp. 93–126). Almedina.
- Ferreira, A. R. (2017). *The Portuguese government solution: the fourth way to social-democratic politics*. FEPS – Foundation for European Progressive Studies & Fundação Res Publica.
- Freire, A., & Moury, C. (2014). O Apoio dos “Cidadãos” e das “Elites” à UE, antes e depois da Crise Financeira: Os Países Periféricos da Europa do Sul (Grécia, Portugal e Espanha) numa perspetiva comparada. *R:I Relações Internacionais*, 41, 97–122.
- Frente Republicana Socialista (1980) *Programa para um Governo da FRS – Garantir o Futuro, governar para todos*, Lisboa: PS
- Giddens, A. (1999). *The Third Way: The Renewal of Social Democracy*. Polity.
- Green-Pedersen, C., & van Kersbergen, K. (2002). The Politics of the “Third Way”: The Transformation of Social Democracy in Denmark and The Netherlands. *Party Politics*, 8(5), 507–524.
- Guedes, N. (2012). Convergência ideológica? Uma análise comparada dos programas eleitorais do PS e do PSD (1991–2009). *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68, 103–125.
- Gunther, R., & Diamond, L. (2003). Species of political parties: A new typology. *Party Politics*, 9(2), 167–199.
- Henderson, K. (2009). Europeanization of Political Parties: Redefining Concepts in a United Europe. *Slovak Sociological Review*, 41(6), 526–538.
- Hine, D. (1986). Leaders and followers: Democracy and manageability in the social democratic parties of Western Europe. In W. E. Paterson & A. H. Thomas (Eds.), *The Future of Social Democracy: Problems and Prospects of Social Democratic Parties in Western Europe*. Oxford University Press.
- Imlay, T. (2017). Socialist Internationalism after 1914. In G. Sluga & P. Clavin (Eds.), *Internationalisms: A Twentieth-Century History* (pp. 213–243). CUP.
- Katz, R. S., & Mair, P. (1995). Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Party Politics*, 1(1), 5–28.
- Jalali, C. (2007). *Partidos e Democracia em Portugal 1974–2005*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Keating, M., & McCrone, D. (2013). The crisis of social democracy. In M. Keating (Ed.), *The Crisis of Social Democracy in Europe* (pp. 1–13). Edinburgh University Press.
- Kennedy, P. (2013). Spain. In J. de Waele, F. Escalona, & M. Vieira (Eds.), *The Palgrave Handbook of Social Democracy in the European Union* (pp. 331–346). Palgrave Macmillan.

- Kirchheimer, O. (1966). The Transformation of the Western European Party Systems. In J. La Palombara & M. Weiner (Eds.), *Political Parties and Political Development* (pp. 177–200). Princeton University Press.
- Kitschelt, H. (1989). *The Logics of Party Formation: Structure and Strategy of Belgian and West German Ecology Parties*. Cornell University.
- Kitschelt, H. (1994). *The Transformation of European Social Democracy*. Cambridge University Press.
- Kohler-Koch, B. (1999). The Evolution and Transformation of European Governance. In B. Kohler-Koch & R. Eising (Eds.), *The Transformation of Governance in the European Union* (pp. 14–36). Routledge.
- Kopecký, P., & Mudde, C. (2002). The two sides of Euroscepticism: Party positions on European integration in East Central Europe. *European Union Politics*, 3(3), 297–326.
- Ladrech, R. (1994). Europeanization of Domestic Politics and Institutions: The Case of France. *Journal of Common Market Studies*, 32(1), 69–88.
- Ladrech, R. (2000). *Social Democracy and the Challenge of European Union*. Lynne Rienner Publishers.
- Ladrech, R. (2002). Europeanization and political parties: towards a framework for analysis. *Party Politics*, 8(4), 389–403.
- Ladrech, R. (2008). Europeanization and the variable influence of the EU: national parties and party systems in Western and Eastern Europe. *Journal of Southern Europe and the Balkans*, 10(2), 139–150.
- Ladrech, R. (2012). Understanding Causality and Change in Party Politics. In T. Exadaktylos & C. Radaelli (Eds.), *Research Design in European Studies: Establishing Causality in Europeanization* (pp. 178–194). Palgrave Macmillan.
- Lawton, T. (1999). Governing the skies: Conditions for the Europeanisation of airline policy. *Journal of Public Policy*, 91–112.
- Lindahl, R. & Naurin, D. (2005). Sweden: The Twin Faces of a Euro-outsider. *Journal of European Integration*, 27(1), 65–87.
- Lipset, S. M., & Rokkan, S. (1967). *Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction*. Free Press.
- Lisi, M. (2015). *As Eleições Legislativas no Portugal Democrático (1975–2015)*. Assembleia da República.
- Lisi, M. (2020). All Quiet on the European Front? Assessing the Impact of the Great Recession on Euroscepticism in Portugal. *South European Society and Politics*, 1–29. <https://doi.org/10.1080/13608746.2020.1797308>
- Lobo, M. C. (2005). *Governar em Democracia*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Lobo, M. C., & Lains, P. (2007). *Em Nome da Europa - Portugal em Mudança (1986–2006)*. Principia.
- Lobo, M. C., & Magalhães, P. C. (2011). Room for manoeuvre: Euroscepticism in the Portuguese parties and electorate, 1976–2005. *South European Society and Politics*, 16(1), 81–104.

- Mair, P. (2000). The limited impact of Europe on national party systems. *West European Politics*, 23(4), 27–51.
- Marks, G., & Wilson, C. J. (2000). The past in the present: A cleavage theory of party response to European integration. *British Journal of Political Science*, 30(3), 433–459.
- Martins, S. (2005). *Socialistas na Oposição ao Estado Novo: Um Estudo Sobre o Movimento Socialista Português de 1926 a 1974*. Casa das Letras.
- Meyer, H., & Rutherford, J. (2012). Building the Good Society. In H. Meyer & J. Rutherford (Eds.), *The Future of European Social Democracy: Building the Good Society* (pp. 3–9). Palgrave Macmillan.
- Moxon-Browne, E. (1999). *The Europeanisation of political parties: the case of the Irish Labour Party*. 6th International Conference of The European Community Studies Association, Pittsburgh, EUA.
- Neumann, S. (1956). Towards a Comparative Study of Political Parties. In S. Neumann (Ed.), *Modern Political Parties* (pp. 395–421). Chicago University Press.
- Nunes, H. C. (2001). *Adesão de Portugal às Comunidades Europeias: História e Documentos*. Assembleia da República.
- Nunes, F. (2005). “A nossa via”: A política e as políticas nos programas eleitorais do Partido Socialista (1980, 1987 e 1995). In V. Canas (Ed.), *O Partido Socialista e a Democracia* (pp. 181–204). Celta Editora.
- Partido Socialista (1973). *Declaração de Princípios – Programa e Estatutos do PS*.
- Partido Socialista (1974). *Declaração de Princípios – Programa e Estatutos de PS*. Lisboa: PS.
- Partido Socialista (1975). *Programa Eleitoral para a Assembleia Constituinte*. Lisboa: PS.
- Partido Socialista (1976). *Discurso - A Europa Connosco!*, Porto: PS.
- Partido Socialista (1979). *Programa Eleitoral - Mudar em paz a vida portuguesa – Medidas para um governo PS*. Lisboa: PS.
- Partido Socialista (1985). *Programa Eleitoral - Um Pacto de Progresso para 4 anos de Governo*. Lisboa: PS.
- Partido Socialista (1987a). *Programa Eleitoral – Para um Portugal moderno e solidário*. Lisboa: PS.
- Partido Socialista (1987b). *Manifesto Eleitoral às Eleições Europeias*. Lisboa: PS.
- Partido Socialista (1989). *Manifesto Eleitoral às Eleições Europeias – Vamos Mudar Portugal para Portugal Ganhar*. Lisboa: PS.
- Partido Socialista (1991). *Programa Eleitoral – Programa de Governo do Partido Socialista*. Lisboa: PS.
- Partido Socialista (1994). *Manifesto para as Eleições Europeias de junho de 1994*. Lisboa: PES.
- Partido Socialista (1999). *Manifesto Eleitoral – A Nova Europa: 21 compromissos para o século XXI*. Lisboa: PES.
- Partido Socialista (2002). *Programa Eleitoral – Renovar a Maioria*. Lisboa: PS.

- Partido Socialista (2004). *Manifesto Eleitoral – Pela Europa, Pelos Portugueses: 10 compromissos*. Lisboa: PS.
- Partido Socialista (2009). *Manifesto Eleitoral – As Pessoas Primeiro: Um novo Rumo para a Europa*. Lisboa: PS.
- Partido Socialista (2011). *Programa Eleitoral – Defender Portugal, Construir o Futuro*. Lisboa: PS.
- Partido Socialista (2014). *Manifesto Eleitoral – Mudar Portugal, Mudar a Europa*. Lisboa: PS.
- Partido Socialista (2015). *Programa Eleitoral – Alternativa de Confiança*. Lisboa: PS.
- Partido Socialista (2019). *Manifesto Eleitoral – Um novo Contrato Social para a Europa*. Lisboa: PS.
- Pennings, P. (2006). An empirical analysis of the Europeanization of national party manifestos, 1960–2003. *European Union Politics*, 7(2), 257–270.
- Poguntke, T., Aylott, N., Ladrech, R., & Luther, K. R. (2007). The Europeanisation of national party organisations: A conceptual analysis. *European Journal of Political Research*, 46(6), 747–771.
- Programa do I Governo Constitucional (1976), Lisboa.
- Programa do II Governo Constitucional (1978), Lisboa.
- Programa do IX Governo Constitucional (1983), Lisboa.
- Programa do XIII Governo Constitucional (1995), Lisboa.
- Programa do XIV Governo Constitucional (1999), Lisboa.
- Programa do XVII Governo Constitucional (2005), Lisboa.
- Programa do XVIII Governo Constitucional (2009), Lisboa.
- Programa do XXI Governo Constitucional (2015), Lisboa.
- Programa do XXII Governo Constitucional (2019), Lisboa.
- Radaelli, C. (2000). Whither Europeanization? Concept stretching and substantive change. *European Integration Online Papers*, 4(8), 1–25.
- Reis, A. (2005). O Partido Socialista na revolução: Da via portuguesa para o socialismo em liberdade à defesa da democracia pluralista. In V. Canas (Ed.), *O Partido Socialista e a Democracia* (pp. 51–94). Celta Editora.
- Ruel, T. (2019). O Partido Socialista: a socialização e vínculo externo de um partido europeísta. In A. Cunha, *Os Partidos Políticos Portugueses e a União Europeia* (pp. 49–77). Almedina.
- Ruin, O. (2000). The Europeanization of Swedish Politics. In L. Miles (ed.) *Sweden and the European Union Evaluated* (pp. 51–65). London and New York: Continuum.
- Sanches, E., & Pereira, J. S. (2010). Which Europe do the Portuguese Parties Want? Identity, Representation and Scope of Governance in the Portuguese Euromanifestos (1987–2004). *Perspectives on European Politics and Society*, 11(2), 183–200.
- Sartori, G. (1976). *Parties and Party Systems: Volume 1: A Framework for Analysis*. CUP Archive.

- Sloam, J., & Hertner, I. (2012). The Europeanization of Social Democracy: Politics without Policy and Policy without Politics. In H. Meyer & J. Rutherford (Eds.), *The Future of European Social Democracy: Building the Good Society* (pp. 27–30). Palgrave Macmillan.
- Sousa, T., & Gaspar, C. (2017). Portugal, a União Europeia e a crise. In N. S. Teixeira & A. C. Pinto (Eds.), *A Europeização da Democracia Portuguesa* (pp. 223–240). Imprensa de Ciências Sociais.
- Stock, M. J. (2005). O PS de 1973 a 1983: Trajectória de uma década. In V. Canas (Ed.), *O Partido Socialista e a Democracia* (pp. 129–168). Celta Editora.
- Szczerbiak, A., & Taggart, P. (2003). *Theorizing party-based Euroscepticism: Problems of definition, measurement and causality*. 8th Biannual International Conference of the European Union Studies Association, Nashville, EUA. 1–18.
- Taggart, P. (1998). A touchstone of dissent: Euroscepticism in contemporary Western European party systems. *European Journal of Political Research*, 33(3), 363–388.
- Teixeira, N. S. (2017). Portugal e a integração europeia, 1974–2015: uma introdução histórica. In N. S. Teixeira & A. C. Pinto (Eds.), *A Europeização da Democracia Portuguesa* (pp. 19–34). Imprensa de Ciências Sociais.
- Teschner, J. (2000). No longer Europe's Europhiles? Euroscepticism in Germany in the 1990s. *Journal of European Integration*, 22(1), 59–86.
- Tsarouhas, D. (2013). Sweden. In J. de Waele, F. Escalona, & M. Vieira (Eds.), *The Palgrave Handbook of Social Democracy in the European Union* (pp. 347–371). Palgrave Macmillan.
- Verney, S. (2011). Euroscepticism in Southern Europe: A diachronic perspective. *South European Society and Politics*, 16(1), 1–29.
- Vieira, J. (2014). *De Abril à Troika: quatro décadas de democracia que transformaram Portugal*. Objectiva.
- Wolinetz, S. B. (2002). Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. In R. Gunther, J. R. Montero, & J. J. Linz (Eds.), *Political parties: Old concepts and new challenges* (pp. 136–165). Oxford University Press.
- Wolkenstein, F. (2020). The social democratic case against the EU. *Journal of European Public Policy*, 27(9), 1349–1367.
<https://doi.org/10.1080/13501763.2020.1753229>.